

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**JEFERSON CAMARGO TABORDA**

**GENEALOGIA-CARTOGRÁFICA: DITOS E ESCRITOS**  
**SOBRE FAMÍLIAS-CUIDADO**

**CAMPO GRANDE-MS**  
**2012**

Ficha catalográfica

Taborda, Jeferson Camargo  
T114g Genealogia-cartográfica: ditos e escritos sobre famílias-cuidado /  
Jeferson Camargo Taborda; orientação, Anita Guazzelli Bernardes. 2011  
116 f. + anexos

Dissertação (mestrado em psicologia) – Universidade Católica Dom  
Bosco, Campo Grande, 2011.

1. Família – Cuidados 2. Família – Cuidados – Saúde 3. Família –  
Aspectos psicológicos I. Bernardes, Anita Guazzelli II. Título

CDD – 155.924

**JEFERSON CAMARGO TABORDA**

**GENEALOGIA-CARTOGRÁFICA: DITOS E ESCRITOS  
SOBRE FAMÍLIAS-CUIDADO**

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação –  
Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade  
Católica Dom Bosco, como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre em Psicologia, área de  
concentração: Psicologia da Saúde, sob a orientação da  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Anita Guazzelli Bernardes.

**CAMPO GRANDE-MS  
2012**

## **JEFERSON CAMARGO TABORDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), intitulada “**Genealogia-Cartográfica: Ditos e Escritos sobre Famílias-Cuidado**”, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Anita Guazzelli Bernardes (orientadora/UCDB)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luciane Pinho de Almeida (UCDB)

---

Prof. Dr. Fr. Márcio Luis Costa (UCDB)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Neuza Maria de Fátima Guareschi (UFRGS)

Campo Grande, MS, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

*Dedico este trabalho a meu pai*

*Altevir Taborda.*

## AGRADECIMENTOS

*Em primeiro lugar meu pai Altevir, que dentre tantos motivos cito apenas três: por ter dado a meus irmãos e a mim uma vida digna em meio a tantas adversidades; por ter demonstrado na prática a necessidade de correr atrás dos próprios sonhos, na falta de financiamentos exteriores, acreditar em mim e investir financeiramente para que esta pesquisa fosse realizada.*

*A minha mãe Cida, pelo afeto e dedicação em cuidar de Lucas, meu filho, sempre quando precisávamos.*

*Fabiana minha inestimável esposa, pela compreensão e paciência em suportar todos os processos envolvidos nesta caminhada.*

*Anita Guazzelli Bernardes minha orientadora, pelos esclarecimentos, sugestões, e principalmente pela liberdade com a qual pode ser realizada estas investigações.*

*Aos professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia especialmente professora Ângela Coelho.*

*Aos professores membros da banca de qualificação e de defesa, prof. Dr. Márcio Luis Costa, profª. Drª. Luciane Pinho de Almeida e profª. Drª Neuza Guareschi.*

*A professora Jacy Curado, e aos colegas do grupo de estudos que me auxiliaram com diversas ideias para esta pesquisa.*

*A todas e a todos participantes dos seminários de Foucault que com exposições e discussões norteadoras enriqueceram esta pesquisa e meu aprendizado no universo foucaultiano.*

*Enfim, agradeço a todas as pessoas, que de maneira direta ou indireta, contribuíram para a efetivação desta pesquisa.*

*A palavra  
é uma roupa que a gente veste  
Uns gostam de palavras curtas.  
Outros usam roupa em excesso.  
Existem os que jogam palavra fora.  
Pior são os que usam em desalinho.  
Alguns usam palavras raras.  
Poucos ostentam caras.  
Tem quem nunca troca.  
Tem quem usa a dos outros.  
A maioria não sabe o que veste.  
Alguns sabem e fingem que não.  
E tem quem nunca usa a roupa certa pra ocasião.  
Tem os que se ajeitam bem com poucas peças.  
Outros se enrolam em um vocabulário de muitas.  
Tem gente que estraga tudo que usa.  
E você, com quais palavras você se despe?*

*(Viviane Mosé)*

## RESUMO

Esta pesquisa lança um olhar de estranhamento sobre alguns discursos em que a família apresenta-se como enunciado para o cuidado. Por meio dos referenciais genealógicos de Michel Foucault e do conceito de linhas cartográficas de Gilles Deleuze, uma genealogia-cartográfica será o modo de colocar em análise materialidades diversas que conformam desenhos/discursos sobre uma família-cuidado. Para tanto, as relações de poder e os regimes de verdade constituem as principais ferramentas conceituais para esta forma de pesquisa. A proposta de emparelhar materialidades variadas, indo de referências acadêmicas ao senso comum, embasa-se, portanto, numa perspectiva pós-estruturalista, e tem como objetivo tanto analisar como se constitui múltiplo o traçado desta família-cuidado quanto problematizar o conceito de neutralidade científica. Ao invés de conceber os discursos contidos nestas materialidades como representações da realidade, propõem-se que suas linhas traçadas performam determinadas realidades, sendo as marcas identitárias de gênero pulverizadas pelos saberes “psi”, importantes vetores na conformação de justificativas de intervenções sobre o cotidiano familiar, em específico das famílias mais pobres. O campo da saúde e o campo social constituem assim, dois eixos por onde esta pesquisa problematiza as proveniências e condições de emergência de algumas práticas ancoradas neste desenho. Conceituam-se de séries, enunciados como “cuidado familiar-identidade feminina” e “família desestruturada-enfermidade-pobreza” que quando articulados compõem as linhas de uma ontologia da família-cuidado. Ao desnaturalizar as linhas/discursos das famílias como *locus* do cuidado, em que se toma também o das “famílias desestruturadas” e o dos “menores infratores”, torna-se possível cartografar que antes de constituir uma essência indissociável, a constituição de uma família-cuidado implica muito mais analisá-la como mecanismo e agência.

**Palavras-chave:** Família; Cuidado; Genealogia; Cartografia; Discursos.



## ABSTRACT

This research takes a look of estrangement on some speeches in which the family presents itself as to the statement to care. Through references to Michel Foucault and genealogy of the concept of cartographic lines of Gilles Deleuze, a genealogy-cartographic will be put in the way of analysis differ materially conform to drawings/speeches about a family-care. For this purpose, the relations of power and regimes of truth are the main conceptual tools for this form of research. The proposed match varied material, ranging from academic references to common sense, underlies, therefore, a post-structuralist perspective, and aims to analyze how much is the layout of this multi-family care and problematize the concept of scientific neutrality. Instead of conceiving of the speeches contained in this material as representations of reality, it is proposed that lines drawn perform certain realities, and the gender identity marks sprayed by knowledge "psi", important vectors in the conformation of the justifications of interventions on family life in particular the poorest families. The field of health and social field are two axes where this research discusses the origins and conditions of the emergence of practices anchored in this drawing. To conceptualize the series, listed as "family care, feminine identity" and "disarranged family-disease-poverty" that when the lines articulated consists of an ontology family-care. By denaturing the lines/statements of the families as a locus of care, which also takes the "disarranged families" and the "delinquency", it becomes possible to map that before constituting an indivisible essence, the establishment of a family-care requires much more analyze as a mechanism and agency.

Keywords: Family; Care; Genealogy; Cartography; Discourses.

## **LISTA DE SIGLAS**

CadÚnico - Cadastro Único

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ESF – Estratégia Saúde da Família

FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

INSERM – Institut National de la Santé et de la Recherche Medicale

DSM – Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais

MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

OMS – Organização Mundial da Saúde

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNBEM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor

PBF – Programa Bolsa Família

SUS – Sistema Único de Saúde

TOP – Troubles Oppositionnels avec Provocation

## SUMÁRIO

<b>1 ANÚNCIOS INICIAIS.....</b>	<b>11</b>
<b>2 ANÚNCIOS DE UMA PESQUISA POR IMPLICAÇÃO .....</b>	<b>18</b>
2.1 Implicações em linguagem-saber ou uma pesquisa Pragmática .....	21
2.2 Implicações sobre quem cuida .....	24
2.3 Marcas identitárias: uma outra implicação .....	26
<b>3 CIÊNCIAS HUMANAS E NÃO-HUMANAS? .....</b>	<b>36</b>
3.1 Atenção cartográfica em documentos do cotidiano .....	37
3.2 Encontro entre cartografia e genealogia: o acompanhamento de processos e a análise genealógica.....	40
3.3 História da família-cuidado como acontecimento .....	48
3.4 Pesquisa por processualidade .....	50
<b>4 A LINHA FAMÍLIA-CUIDADO E O CAMPO DA SAÚDE .....</b>	<b>53</b>
4.1 Do governo pela sexualidade a confissão das desestruturas.....	54
4.2 O agonístico campo da saúde na proveniência de uma família-cuidado.....	61
4.3 Integração biopsicossocial ou fragmentação do corpo-saúde da família-cuidado? ..	67
4.4 Saúde ampliada como linha de fuga para a família-cuidado .....	70
<b>5 A LINHA FAMÍLIA-CUIDADO E O CAMPO SOCIAL .....</b>	<b>80</b>
5.1 Algumas linhas da questão social .....	80
5.2 Proveniências das políticas sociais da questão social no Brasil .....	84
5.3 Se pode trabalhar por que não trabalha?.....	91
<b>6 MAIS ALGUMAS LINHAS SOLTAS NO TECIDO DA FAMÍLIA-CUIDADO.....</b>	<b>100</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>102</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>111</b>

## 1 ANÚNCIOS INICIAIS

*“A ficção consiste não em fazer ver o invisível,  
mas em fazer ver até que ponto é invisível a invisibilidade do visível”  
(FOUCAULT, 2004)*

É fácil encontrar diversos discursos tanto políticos, acadêmicos quanto do senso comum, tomando a família e a prática do cuidado como um elemento natural. Aliás, várias políticas sociais bem como projetos de saúde são traçados tendo esta tecnologia do cuidado<sup>1</sup> pela família como uma centralidade inquestionável.

Problematizando a evidência na qual as articulações entre família e cuidado se encontram, a partir de uma perspectiva da Psicologia Social, objetiva-se contribuir com a desnaturalização<sup>2</sup> de discursos que tomam a noção de família como um enunciado para o cuidado. A economista feminista Cristina Carrasco (2003) afirma que tão básico quanto se alimentar são as relações de cuidado em que se inclui desde os laços afetivos até bens e serviços. É importante frisar que mesmo dentro do campo da Psicologia esta pesquisa não questiona a característica afetiva do cuidado familiar, mas o cuidado em sua dimensão política, analisando assim alguns discursos que responsabilizam a família por determinados problemas sociais como uma ficção política.

O neologismo família-cuidado se trataria assim de uma ficção, uma narrativa alternativa que procura desmembrar o cuidado como uma tarefa única e exclusiva da família. Para Foucault (2003) e também para Butler (2002) fazer ficção política significa colocar em análise certos discursos que precisam continuamente serem repetidos para existirem. Esta pesquisa, portanto, procura retirar de opacidade algumas ficções sobre estas famílias-cuidado, acompanhando o modo como pequenos enunciados compõe este tecido discursivo. Tomando algumas linhas pulverizadas em materialidades diversas, acompanha-se desde textos acadêmicos provenientes de saberes psi<sup>3</sup>, textos técnicos como livros de Psicologia e de

<sup>1</sup> Tecnologia do cuidado é uma referência aos estudos das tecnologias do eu de Nikolas Rose (2001) entendidas aqui como as racionalidades aplicadas a prática do cuidado pela família.

<sup>2</sup> Apesar de naturalização e essencialização constituírem processos diferenciados – o primeiro focado nas ciências naturais e o segundo em ontologias metafísicas –, tanto a desnaturalização quanto a dessencialização aqui proposta remetem ao trabalho do genealogista que busca “[...] não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas. (FOUCAULT, 1979, p. 18)”

<sup>3</sup> O conceito de saberes psi é utilizado nesta pesquisa como forma de englobar os saberes da Psicanálise, Psicologia, Psiquiatria, ou seja, saberes que possuem em comum o campo psi (ROSE, 2001).

Economia, cartilhas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), relatórios de imprensa, *folders* impresso de cursos religiosos, matérias em *blogs*, letra de música e imagens.

Partindo de uma perspectiva Pragmática, esta pesquisa se ancora em autores chamados pós-estruturalistas como Michel Foucault e Gilles Deleuze, associado aos conceitos de Robert Castel (1994, 1998, 2001), Zygmunt Bauman (1998, 1999, 2005, 2008), entre outros estudiosos que referenciam estas análises.

Pela genealogia de Foucault (1979) mediante a análise de proveniência torna-se possível trilhar as derivações dos discursos e a constituição de regimes de verdade sobre as famílias, pela análise da emergência é possível decompor as relações de força/poder que possibilitam a existência de determinados discursos em detrimento de outros. Já em Deleuze (1992) que se apropria de alguns conceitos da Geografia, esta pesquisa utiliza seu conceito de linhas cartográficas. Para o autor, os efeitos destas relações de força e de saber constituem linhas, isto é, discursos ao mesmo tempo discursos instituídos e instituintes que compõe ontologias, mas que ao serem colocados em análise tem-se a possibilidade de acompanhar e traçar suas coordenadas (KASTRUP; BARROS, 2010).

Em específico, articulando os referenciais foucaultianos da genealogia junto aos estudos deleuzianos sobre as linhas cartográficas, passou-se a definir de genealogia-cartográfica como um método para acompanhar estas formas de saberes que constituem uma ontologia da família-cuidado.

Esta pesquisa se inicia problematizando a chamada neutralidade científica, ainda muito em vigor nas ciências humanas e sociais, tendo no conceito de implicação uma forma de compreender que toda produção de conhecimento se constitui atravessada pela política, entre aquele que pesquisa e seu objeto pesquisado. Partindo da impossibilidade de um saber neutro, busca-se apresentar uma breve trajetória que levou a realização desta pesquisa: de um polo apontando como a chamada perspectiva construcionista serviu de suporte para um trabalho de monografia sobre avós cuidadoras, que culminou no problema de pesquisa desta dissertação. Num outro polo, este trabalho também se encontra ancorado pela importância das implicações da linguagem que possibilitaram a transição para uma perspectiva Pragmática, tendo também como efeito a mudança do enfoque das avós cuidadoras para uma família-cuidado.

O que uma letra de um frevo-canção composta em 1945 teria em comum com um informal dicionário de gírias e um manual de Psicologia contemporâneo? “Criado pela avó”,

crise de identidade, assim como outras marcas identitárias<sup>4</sup> constituem assim uma linha comum entre estas materialidades. Tais correlações entre saberes diversos passam a ser assim analisadas como estratégia crítica ao conceito de neutralidade, ao mesmo tempo em que busca revelar como os discursos compõem territórios diversos.

“Por que é importante identificar corretamente essas famílias?” constitui tanto um título do “Guia de Cadastramento Único de Famílias Indígenas” (BRASIL, 2011, p. 49), quanto um questionamento constante nesta pesquisa. De igual modo, o chamado “senso de identidade feminino” disponível no mesmo manual de Psicologia constitui algumas linhas possíveis que conformam a importância de uma cartografia identitária.

Problematiza-se assim, as implicações sobre este “quem” cuida, tão caro ao conceito de identidade da Psicologia tradicional, por meio dos estudos de Silva (2000) e Bauman (2005), bem como pela perspectiva de gênero com as críticas de Butler (2003), reposiciona-se este “quem” pelo conceito de marcas identitárias, por entender que identificar os sujeitos já implica uma política de subjetivação. As linhas cartográficas propostas por Deleuze (1992) passam a ser explicadas, situando como seu traçado se compõe de séries que conformam certos desenhos ou ontologias sobre a família-cuidado. A crítica de alguns pastores sobre o chamado Estatuto da Família<sup>5</sup> – que entre outras questões versa sobre direitos civis a homossexuais –, veiculada em um *blog* constitui uma importante linha na constituição de uma ontologia desta família-cuidado. Linhas de dizibilidade e linhas de fuga, isto é, discursos instituídos e discursos intuitivos sobre uma família-cuidado passam a ser acompanhados, pois mesmo estes sendo atravessados por questões jurídicas, a pulverização destas materialidades, acaba por performar a conformação de determinados discursos ao invés de outros no cotidiano.

“Ciências Humanas e Não Humanas?” constitui um segundo momento desta pesquisa. Problematiza-se, de início, os pressupostos de realidade no ocidente (IBÁÑEZ, 1994), para discutir o quanto a performatividade de elementos não-humanos possibilitam ontologias sobre a família-cuidado. Por meio da observação cartográfica de um *folder* religioso foi possível traçar os primeiros passos para a realização desta pesquisa, também a autoridade dos especialistas em comportamento, por meio dos estudos de Rose (2001) constitui materialidades de análise.

---

<sup>4</sup> Utiliza-se nesta pesquisa o conceito de marcas identitárias tanto como forma de conferir sua potência dinâmica e política, quanto para diferir dos estudos que enfocam a identidade como uma essência a ser perscrutada.

<sup>5</sup> Devido a diversas lacunas do Novo Código Civil de 2002, o Estatuto das Famílias (ainda tramitando no congresso durante esta pesquisa) visa retirar todo o Livro da Família deste Código, passando a estabelecer uma lei especial e mais atualizada. Cf. <http://www.ibdfam.org.br/> Acesso em: 31 jan. 12.

O encontro entre os referenciais cartográficos e genealógicos se constitui em outro ponto de destaque deste estudo. Se o acompanhamento de processos pela perspectiva cartográfica permite realizar uma pesquisa-experiência, possibilitando trançar uma multidirecionalidade de linhas sobre esta família-cuidado, pelos referenciais genealógicos, problematiza-se a proveniência e condições de emergência que determinados discursos se sobrepuseram a outros. Pelo fato dos referenciais foucaultianos e deleuzianos partirem de perspectivas semelhantes, e por isso mesmo, ser comum o uso concomitante destes nos textos acadêmicos, um método genealógico-cartográfico seria mais uma oportunidade de deixar explícito este enlace.

Utilizando-se das pesquisas de Castel (1998), a emergência de uma família-providência passa a ser problematizada, onde a questão dos suportes sociais outrora conquistados com a emergência da propriedade privada/social, passam a ser diminuídos com o movimento econômico do neoliberalismo, possibilitando esta forte centralidade do cuidado pela família. As ciências humanas e sociais por sua vez, emergem como oferecimento de serviços ao Estado no que tange ao controle social. Já as ciências psi se destacariam, conforme as análises realizadas por Rose (2001), pela “generosidade” característica em fornecer modelos do “eu”.

A seguir, passa-se a discutir as implicações no modo de realizar uma pesquisa de “campo” desta natureza. Sobre a questão de “sair da teoria e ir para a prática”, Spink (2008) fornece o conceito de campo-tema, onde mais que ir a campo implica no posicionamento da relação pesquisador-pesquisado e de seu tema, que neste caso implica uma pesquisa que opera com problemas e não evidências.

Contrariando a ideia de alienação proveniente dos estudos marxistas, Foucault (2010) propõe o governo de si e do outro ancorado pelo princípio de liberdade, que remete a esta pesquisa ao quanto os sujeitos destas famílias-cuidado querem o que os *experts* querem que elas queiram. A “hipótese avó” veiculada num *site*, em que as avós possuem em sua essência um papel social de cuidadora, passa a ser colocado em análise como agenciamento dos efeitos do saber-poder.

Constituindo um terceiro momento desta pesquisa, algumas linhas genealógico-cartográficas são traçadas como os eixos de trabalho desta pesquisa. A fim de problematizar a evidência desta família-cuidado, num primeiro eixo o campo da saúde constitui um traçado histórico-político sobre o tema, analisando por este viés algumas condições que possibilitaram tornar a família um enunciado de cuidado. Um trecho de uma pesquisa de mestrado capturado num site de notícias, o enunciado de que a “deseestrutura” familiar leva os jovens as drogas dá

início a estas análises. Pelo fato desta pesquisa privilegiar os saberes diversos, com certo destaque aos do cotidiano, mesmo o termo “família desestruturada” se constituir superado no meio científico<sup>6</sup>, o forte contato com esta expressão durante as investigações necessitou incluí-la nas análises. Desta forma, o conceito de desestrutura familiar assim como a medicalização do ocidente estudado por Foucault (1979) constituem ferramentas que auxiliam a compreender como o conjunto familiar passou a se constituir num campo de saúde e cuidado privilegiado.

Do mesmo modo, embasa-se nos estudos deste autor sobre o governo pela sexualidade, em que os rústicos procedimentos de confissão religiosos se constituíram em proveniência às inúmeras técnicas de inquérito sobre a família e uma saúde normal.

Desestrutura familiar constitui um enunciado tão pulverizado no cotidiano, que a imagem de um adesivo de carro recebida por e-mail também passou a compor as materialidades analisadas por esta pesquisa. Mediante os estudos foucaultianos a respeito do dispositivo da sexualidade e a questão da anormalidade (FOUCAULT, 1977; 2001) as técnicas de exame de saberes diversos, inclusive os psi, emergem como necessidade de compreender estas famílias que escaparam das normas. Do mesmo modo, os enunciados do cotidiano contidos nas materialidades analisadas também parecem conformar uma necessidade de conter estas famílias anormais/desestruturadas que falharam em cuidar.

O artigo 227 da Constituição Federal de 1998 também é colocado em análise. Em específico, se toma o modo como o constituinte deixa explicitado a hierarquização de deveres entre família, sociedade e Estado em garantir que os direitos da criança e do adolescente sejam efetivados. Analisa-se como este código constitui o campo da saúde, proveniente de um discurso higienista no ocidente, passando a forjar perspectivas biomedicalizantes sobre a família.

Dentre algumas destas perspectivas, um trecho do *best seller* “*Freakonomics*” (LEVITT; DUBNET, 2005) é objeto destas problematizações. Neste sentido, quando seus autores, provenientes do campo da Economia, sustentam como o aborto entre famílias pobres

---

<sup>6</sup> Isso também acontece com o termo menor infrator, isto é, mesmo ciente que “adolescentes em conflito com a lei” o substitui, esta pesquisa privilegia exatamente a atualidade destes conceitos nos discursos do cotidiano. Para se ter uma noção do vigor e da aplicabilidade do conceito de famílias desestruturadas, no caso de jovens em conflitos com a lei, os conceitos de família desestruturada ou estruturada “constituem-se em justificativa, desde a defesa prévia feita pelo advogado do adolescente até os laudos da equipe técnica, para a escolha da medida a ser aplicada bem como justificativa para a desinternação”. Cf. SANTOS FILHO, J. dos R.; SILVA, T. M. Notas sobre o processo de institucionalização do adolescente responsável por ato infracional. In: Simpósio Internacional do Adolescente, 2., 2005, São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=MSC0000000082005000200093&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 30 Jan. 2012.



diminuiu os índices de criminalidade nos E.U.A., coloca-se em análise os efeitos que a biomedicalização se apresenta no corpo familiar como principal estratégia de governo.

Mediante a emergência da perspectiva biopsicossocial, ao mesmo tempo em que possibilita a consolidação dos saberes psi no campo da saúde, também forja um discurso que fragmenta corpo-mente-ambiente. Em alguns discursos da UNICEF (2007; 2011), coloca-se em análise como a ampliação do discurso biopsicossocial ao mesmo tempo em que permite uma ampliação da chamada desestrutura familiar, conforma também a consolidação dos saberes psi. Igualmente se faz importante notar a constituição do discurso biomedicalizante por meio de uma cultura do remédio. Colocando em análise a publicidade de um medicamento ansiolítico tendo como público-alvo as mulheres, é possível articular a série mulher-mãe-trabalhadora nestes discursos.

A emergência da reforma sanitária e do Sistema Único de Saúde (SUS) marcam uma certa transição no campo da saúde, mas nem por isso os discursos biomedicalizantes são abandonados. Prova disso é o “Programa Estratégia Saúde da Família (ESF)”, que ao mesmo tempo em que privilegia os cuidados primários, constitui tanto uma centralização dos problemas no conjunto família, quanto estratégia biopolítica de controle da população mais pobre.

Pelo fato das famílias pobres serem referência de diversos programas de governo, inicia-se o segundo eixo desta pesquisa, que passa a se traçar uma linha histórico-política, mediante a articulação existente entre questão social e a família-cuidado. Para tanto, utilizando dos estudos de Castel (1998) sobre o pauperismo, é possível acompanhar duas notícias do âmbito jurídico, uma em 2002 e outra de 2011, articulando uma “família desestruturada” como produtora de “menores infratores”. E assim como o conceito de famílias desestruturadas, superado academicamente, mas que não perdeu sua potência discursiva, a superação do termo menor infrator por adolescentes em conflito com a lei, nos discursos analisados aparecem ainda abundante e fortemente articulados as famílias pobres, e é neste sentido que algumas proveniências das políticas sociais passam a ser problematizadas. Em outra matéria divulgada por um site de notícias, o perfil dos menores infratores são traçados, dando destaque a “falta de sonhos”. Igualmente curiosos são os estudos que correlacionam menor infrator e baixa inteligência. A teoria do capital humano problematizada por Foucault (2008b) passa a ser utilizada para compreender como o empreendedorismo se constitui numa premissa básica para estas articulações analisadas. Na esteira dos discursos sobre jovens oriundos de famílias pobres e perspectivas biomedicalizantes, o Relatório do *Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale* (INSERM), apresenta suas considerações sobre um

novo transtorno de conduta previsto ainda na gravidez, o *Troubles Oppositionnels avec Provocation* (TOP), que traduzido seria algo como Distúrbios de Oposição por Provocação.

Os pressupostos bem como as diferenças contidas entre a política social de Bem-Estar e do neoliberalismo são acompanhadas, elencando a política do Imposto Negativo e sua relação com o Programa Bolsa Família (PBF) como objetos de análise. As condicionalidades do PBF e o Cadastro Único (CadÚnico), instrumento utilizado para efetivar a participação dos usuários, passam a ser problematizados junto a outros discursos próprios de uma sociedade de controle. A repugnância da classe média para com esta política social encerra estas análises.

## 2 ANÚNCIOS DE UMA PESQUISA POR IMPLICAÇÃO

*“Não há saber neutro. Todo saber é político”.*

*(MACHADO, Prefácio, XXI, 1979).*

É comum nas pesquisas em ciências humanas encontrar textos em que visivelmente seus escritores procuram manter uma boa distância do seu objeto de estudo. Com fins de não “contagiar” seu objeto com sua experiência pessoal, tal distanciamento objetiva tornar o saber produzido em algo neutro e, portanto, mais “científico”.

Quando se diz que todo saber é político, significa compreender a impossibilidade de estudar os objetos sem nenhuma preocupação com seus efeitos ou suas consequências. Já em 1979, em meados da Crise na Psicologia Social, Garcia-Roza (1979, p. 55) responde aos defensores da neutralidade científica colocando que tal mito servia apenas para encobrir uma sutil forma de dominação que o saber científico dispunha: “Como se fosse possível um saber neutro; como se o saber não implicasse necessariamente uma forma de compromisso, sob pena de não estar dizendo nada sobre coisa nenhuma”. Agindo sob esta aura angelical, o denso manto branco da neutralidade envolveria o cientista isentando-o, assim de seu meio. Este estudo não segue esta metodologia.

Partindo do pressuposto de que não há conhecimento neutro, esta pesquisa sustenta-se sob o argumento de que todo conhecimento é performático, ou seja, constitui e intervém na própria realidade, neste caso a família-cuidado. Conhecimento performático significa que conhecer/dizer não é apenas representar a realidade, mas já se encontra implicado um fazer (FERREIRA; BEZERRA; TEDESCO, 2008).

Oriundo dos estudos da Física Quântica, o conceito de implicação emergiu a partir do Princípio de Heisenberg ao indicar aquele que observa já se encontra implicado no campo observado, pois ambos se modificam neste processo (PASSOS; KATRUP; ESCÓSSIA, 2010). Portanto, numa ressonância recíproca, observador-observado não se separam. Muito pelo contrário, como afirmam Hillesheim, Bernardes e Medeiros (2009), não há um anterior a outro, já que ambos somente existem no e pelo encontro.

Desta forma, como parte das implicações no desdobramento do tema família-cuidado, faz-se necessário registrar meu primeiro contato se deu concomitantemente com a prática de estágio do curso de Psicologia e com o nascimento de meu filho.

Tendo em vista necessidade curricular de estagiar na área social, por intermédio de meu colega de estágio, Alex Fabiano, levamos uma proposta de intervenção junto a uma entidade filantrópica que realiza atendimentos psicoterápicos à população carente. Já nas primeiras reuniões, durante a fase do planejamento, a equipe nos informava que uma de suas maiores demandas, eram de avós que precisavam cuidar de seus netos e netas. Gravidez na adolescência e família desestruturada foram algumas das conjecturações produzidas por todos nós na época.

Com a necessidade de mudança do local de estágio, fomos alocados em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) com foco no grupo de idosos. Como junto à estrutura deste CRAS funcionava ao mesmo tempo um Centro de Educação Infantil (CEINF), não foi difícil perceber também por ali a presença de diversas avós cuidadoras.

Outra implicação necessária diz respeito ao fato de que na perspectiva deste estudo, não há qualquer divisão entre a prática científica e a cotidiana (SPINK, 2008). Minha experiência pessoal com as avós de meu filho, o contato pessoal com familiares e vizinhos, aliado a militância feminista de minha orientadora de estágio-monografia, contribuiu e muito para identificar o quanto esta prática de cuidado por meio das avós se fazia presente no cotidiano campograndense.

Aguçado por uma nova percepção sobre a relação mulher-família-cuidado, nesta aventura exploratória os primeiros auxílios provieram tanto da perspectiva construcionista, utilizada para a construção de minha monografia de graduação, quanto dos livros de história sobre as amas-de-leite e as práticas do cuidado no Brasil Colônia.

Segundo Gergen (1985), os estudos sócio-construcionistas focam-se nos processos cotidianos, ou seja, como as pessoas falam, percebem e experienciam o mundo em que vivem. Diferente de teorias que realizam suas investigações sem questionar seus objetos, concebendo-os como uma evidência, a postura básica desta perspectiva é criticar a naturalização dos fenômenos sociais.

Desta forma, analisar as procedências de como o cuidado era realizado no Brasil, já constituíam anúncios da necessidade de historicizar uma prática tão comum. Diferente do cuidar contemporâneo, até o século XIX no Brasil, o uso das amas-de-leite pelas classes abastadas era algo cotidiano: “Se o recém nascido pertence a uma classe distinta, raro é que a própria mãe o amamente: este cuidado é incumbido usualmente a uma mulata ou preta”

(FERDINAND DENIS, 1816, p. 213 *apud* LEITE, 1997, p. 29). Sendo a atividade de cuidar dos filhos uma grande exigência de esforços por parte das senhoras, a utilização das amas-de-leite neste período era tão conveniente que havia inclusive o aluguel destas (MAUAD, 2000; LEITE, 1997).

Para Curado (2008), ao contrário de outras teorias que naturalizam os fenômenos criados pelo próprio ser humano, a perspectiva construcionista critica os modelos tradicionais problematizando-os com investigações sociais e históricas. Experimentar este tipo de perspectiva acabou por trazer uma importância ainda maior em desnaturalizar os processos históricos sobre o cuidado e suas articulações com as relações de gênero.

Outro ponto a se destacar nesta perspectiva se refere aos seus pressupostos. A aproximação de seus pressupostos pós-modernos permitiram de alguma forma compreender que é possível trabalhar com uma perspectiva ampla e aberta, inclusive a contradições, sem se fechar necessariamente a uma “escola” ou “corrente teórica” (IÑIGUEZ, 2008). Neste sentido, uma pesquisa construcionista se faz “[...] buscando sua origem, seu processo, os efeitos que gera a quem beneficia, a quem prejudica, por que aparece em determinado momento e não em outro” (IÑIGUEZ, 2004, p. 127). A família, as mães, as avós, enfim os sujeitos são efeitos dos discursos, pois são neles posicionados e possíveis de existirem. Assim, as amas-de-leite possuem um sentido bem próprio daquele período, diferente da concepção de “terceirização do cuidado” tão em voga atualmente.

Segundo Ariès (1978), a tradição de entregar o cuidado dos filhos a outra pessoa remonta a Europa do século XVII. No Brasil colonial, o uso das amas-de-leite era tão comum que quanto mais alta a classe social, mais distante era o convívio das crianças com seus pais (MAUAD, 2000). Este contato com a literatura histórica sobre o cuidado, bem como seus questionamentos implícitos serviram tanto para sustentar uma melhor discussão sobre a questão das avós cuidadoras e as relações de gênero na pesquisa que se seguia, quanto para aguçar a percepção sobre outros problemas relacionados às famílias.

Para a pesquisa de monografia, parte do processo de estudo foi realizado mediante uma série de oficinas com um grupo de sete avós cuidadoras durante o estágio. Neste sentido, uma importante herança para a atual pesquisa foi a respeito do uso da linguagem. Entendendo que os seres humanos só podem ser concebidos em interação, nesta perspectiva, a linguagem constitui-se a mais importante manifestação interacional, não apenas numa forma de expressão desarticulada e solta, mas como intercâmbio onde as articulações do poder e do saber se manifestam (SPINK, 2004; IÑIGUEZ, 2004; FOULCAULT, 1977).

Pelo interesse suscitado pelo tema e por se tratar de um assunto pouco explorado pela Psicologia em geral, não hesitei em dar continuidade ao mesmo no mestrado. De início, este pré-projeto de pesquisa seguia os mesmos rumos do estudo anterior, tanto nos pressupostos construcionistas, quanto na técnica de oficinas com avós, mas agora pretendendo analisar a relação entre o cuidado exercido pelas avós e as políticas públicas.

Conforme se avançou na construção desta pesquisa, as leituras, assim como as orientações realizadas, possibilitaram novas provocações do projeto, expandindo a questão das avós cuidadoras como objeto inicial. O problema da pesquisa passou a ser “quem é este que cuida?” Ao se perguntar “quem”, implicitamente questiona-se sobre marcas identitárias, marcas que definem e controlam. Logo, refletir sobre este “quem” implicou primeiramente em problematizar as questões identitárias, de modo a desconstruir algumas das obviedades que permeiam o campo família-cuidado. Entretanto, objetivando problematizar algumas nuances referente às marcas identitárias e suas implicações, é preciso antes de tudo, refletir sobre o fenômeno do giro linguístico, que com a centralização da linguagem possibilita a criticidade aqui pretendida.

## **2.1 Implicações em linguagem-saber ou uma Pesquisa Pragmática**

É certo que uma grande contribuição do contato com a perspectiva construcionista foi ter me introduzido nas questões da linguagem e na importância do fenômeno do giro linguístico – ou virada linguística – ocorrido entre a década de 60 e 80 (IBÁÑEZ, 2004).

Para Iñiguez (2004, p. 55) “[...] o giro linguístico foi um giro no sentido de ter sido uma mudança radical graças ao seu questionamento se a linguagem cotidiana é suficiente para explicar o mundo e a vida real”. Com a ascensão do discurso cartesiano, o “penso, logo existo”, consolidou pela dicotomia corpo-alma, os discursos platônicos-cristãos de mundos separados, e se por um lado a introspecção passou a ser o principal modo de acesso a subjetividade, por outro centrou por mais de dois séculos toda uma “filosofia da consciência” ancorada nas noções de mundo interior e mundo exterior (IÑIGUEZ, 2004). A noção de uma família ideal, tão disperso nos discursos cotidianos já encontra aí alguma ancoragem.

Como próprio do período positivista, a neutralidade do conhecimento científico se constituía como postura essencial para percorrer o caminho entre mundos separados, até mesmo a introspecção como uma auto-observação feita em primeira pessoa, necessitava de

um terceiro acompanhando todo o processo a fim de manter a distância necessária do sujeito observado (FERREIRA, 2008).

Contudo, dois grandes movimentos diagonais incitaram diversos questionamentos no hegemônico discurso introspectivo: a primeira grande ruptura pela linguística moderna destacada por Saussure, e a segunda pela teoria da quantificação, tornada base da lógica moderna, possibilitaram novos discursos centrados na linguagem como de Russell, Wittgenstein e os neopositivistas do “Círculo de Viena” (IBAÑEZ, 2004). A emergência de um novo campo epistemológico, proveniente do deslocamento do mundo das idéias com a introspecção privada, por um discurso linguístico público e objetivado, possibilitou além de novos modos de praticar o conhecimento, a mudança de concepção de que as idéias não apenas representam os objetos da realidade, mas é na linguagem que eles são construídos (IBAÑEZ, 2004).

Abre-se aqui um breve parêntese sobre estas implicações. Ao contrário de expor ou mesmo analisar fatos históricos sobre o cuidado, trabalha-se com uma linguagem que vai além do campo das representações, que na perspectiva desta pesquisa, significa trabalhar com uma escrita política, que ao invés de ser apenas rebuscada, procura problematizar os sentidos das palavras que utiliza. Em entrevista a Prins e Meijer, Butler (2002) coloca isto da seguinte maneira:

Com efeito, parece-me crucial recircular e ressignificar os operadores ontológicos, mesmo que seja apenas para apresentar a própria ontologia como um campo questionado. Acho, por exemplo, que é crucial escrever frases que começam com ‘acho’, mesmo correndo o risco de ser mal interpretada como adicionando o sujeito ao ato. Não existe nenhuma forma de contestar esses tipos de gramáticas a não ser habitá-las de maneira que produzam nelas uma grande dissonância (BUTLER, 2002, p. 159).

É neste sentido também que esta pesquisa evita o conceito de paradigma – que concebe os movimentos em blocos mais ou menos homogêneos – trabalhando-se ao invés disso com o conceito de constituição, significando que os discursos são compostos de diversos enunciados ou linhas de enunciação (KASTRUP; BARROS, 2010).

Fechado este parêntese, talvez agora se possa compreender porque no primeiro movimento do giro linguístico, ao invés de uma transição linguística paradigmática, foi um movimento que carregou ainda diversos resquícios como as aspirações neopositivistas de alcançar uma linguagem absolutamente lógica e pura (IBAÑEZ, 2004).

Segundo Ibañez (2004), o cientificismo que ainda concebia a linguagem como objeto representativo e passivo, passou a ser duramente criticado pelas perspectivas neopragmáticas, que sustentaram que apenas parte da linguagem seria representativa, sendo sua maioria ativa e responsável pela realidade analisada.

Como afirmam Ferreira, Bezerra e Tedesco (2008), neste íterim, desencadeada pela Linguística e pela Semiótica, os estudos de Austin, Searle, Foucault e Deleuze fomentaram o que se chamou de Pragmática desaguando sobre diversas ciências um movimento que consolida a linguagem como performática, plano de possibilidades e imanente, que entrelaça conhecer, dizer e fazer.

Considerado como o segundo giro linguístico, segundo Ferreira, Bezerra e Tedesco (2008), quando Austin insere o conceito de performatividade afirmando que não apenas parte da linguagem performa a realidade, isto implica que todo dizer é fazer. Dizer e pesquisar sobre família e o cuidar implica assim, num posicionamento político daquele que pesquisa, consciente de que as informações produzidas podem dar condições de possibilidade ou não para a continuidade de certas práticas.

Concomitante a pragmática e a performatividade, Foucault (1979) ao estudar as condições de emergência e proveniência histórico-políticas, reconsidera a linguagem, mas agora pelo conceito de saber-poder, e vai além ao analisar as práticas discursivas não apenas como atributos humanos, em suas proposições e atos de fala, mas também atributos não-humanos, ou seja, documentos, arquiteturas e outros elementos derivados das ações e estratégias implementadas pela emergência dos saberes.

É desta maneira que Foucault (2010) defende que analisar os saberes, consiste em não diferenciar os saberes, em não separar o conhecimento em leigo ou erudito, em científico ou não-científico, mas igualar os saberes, isto é, conceber que os diversos discursos, sejam eles da ciência ou do cotidiano, são constituintes de regimes de verdade. E é sobre este nivelamento entre os saberes/verdades que esta pesquisa se ancora.

Sem abandonar alguns pressupostos da perspectiva construcionista, esta pesquisa passou assim a ser operada a partir do enfoque da Pragmática, tamanha influência dos estudos de Foucault, e posteriormente de Deleuze. De qualquer modo, vale citar que tanto para o construcionismo quanto para a perspectiva pragmática, não há como a Psicologia apenas descrever, sem o risco de interferir nos processos, tal como almejaram os clássicos experimentos introspectivos, pois a cada vez que define/fixa os seres humanos, a Psicologia já inscreve políticas de subjetivação/identificação (FERREIRA, BEZERRA, TEDESCO, 2008).



Portanto, inicialmente o escopo desta pesquisa era se restringir as avós cuidadoras, contudo, a objetivação das avós só torna-se possível em relação da afirmação da família como campo de cuidados. Um impasse se desenvolveu, pois esta afirmação também contribuía na naturalização dos cuidados e família.

Neste sentido, ao invés de conceituar a marca identitária das avós que cuidam como algo natural desta fase humana, foi preciso deslocar esta problematização deste “quem cuida”, como processos de identidade/subjetivação, colocando em análise os modos como se constituem essa figura família-cuidado, ou seja, ao modo como estas práticas de cuidado passaram a ser correlacionadas à família.

## 2.2 Implicações sobre quem cuida

### *Criado Com Vó<sup>7</sup>*

*O Lourival sempre foi abobalhado.*

*Dele até eu tenho dó.*

*Sabe por que ele é assim, minha gente?*

*Porque foi criado com vó. (bis)*

*O Lourival sempre foi assim,*

*Cheio de dengo, cheio de mágoa.*

*Toma café e, depois de muito tempo,*

*Ele pergunta:*

*"Vovó, eu já posso beber água?"*

*Pode, pode, Lourival!*

*Beber água não faz mal!*

Pelo fato deste pesquisador trabalhar numa instituição de Educação a Distância, a grande maioria dos materiais analisados nesta pesquisa foram capturados aleatoriamente por

<sup>7</sup> Frevo-canção escrito por Marambá em 1945, gravado na mesma época por Linda Batista, posteriormente eleita primeira rainha do rádio (DICIONÁRIO CRAVO ALBIN DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA, 2002).

meio de ferramentas de busca e em sites de notícias. A expressão “criado pela avó”, segundo um “Dicionário de Gírias” (2008) disponível na *internet*, possui a seguinte definição: “Envaidecido; pessoa cheia de não me toques. Homossexual. Delicado. *Ex<sup>1</sup>: O cara é cheio de coisa, né? Deve ter sido criado pela avó*” Como estratégia de romper os pressupostos da neutralidade, torna-se cada vez mais comum em pesquisas da Psicologia Social o uso concomitante de materiais científicos e do senso comum (SPINK, 2008). Desta forma, a utilização de um dicionário não especializado, assim como a letra da música “criado com vó” de Linda Batista, não são vistas como representações da realidade, mas ferramentas para problematizar o cuidado e seus regimes de verdades. Além disso, possibilita o questionamento da neutralidade científica, revelando o quanto as marcas identitárias constituem tanto o erudito quanto o senso comum.

Tais questões devem ser problematizadas, pois, cotidianamente nos mais diferentes âmbitos psicólogas e psicólogos são questionados sobre as marcas identitárias de indivíduos ou grupos, seja para explicar a “crise de identidade” na adolescência, seja para dar respostas sobre a “identidade” de quem é criado por avós, por exemplo. O escopo da presente pesquisa também trata, portanto, de indicar alguns movimentos no intuito de intrigar e provocar as práticas psi que intervêm sem questionar seus objetos de estudo.

A principal tarefa da adolescência, disse Erikson (1968), é confrontar a **crise de identidade versus confusão de identidade** (ou de papel) para tornar-se um adulto único com um senso de identidade coerente e um papel valorizado na sociedade. A crise de identidade raramente se resolve completamente na adolescência; questões relativas à identidade podem aparecer repetidas vezes durante a vida adulta (PAPALIA; OLDS, 2000, p. 342, grifo do autor).

Nas visões tradicionais, a estabilidade da circunscrição identitária parece ser a questão por excelência para a resolução dos problemas sociais, sendo lançada como o grande desafio da Psicologia como um todo, seja ela clínica, social, jurídica... Mesmo o conceito de crise de identidade essencializado como algo próprio da adolescência, a fixação deste conceito não se restringiu apenas a estes sujeitos, alcançando também outros estratos:

Assim, disse Erickson, as mulheres (em contraste dos homens) desenvolvem a identidade por meio da intimidade, e não antes dela. Como veremos, a orientação masculina de Erickson foi alvo de críticas. Mesmo assim, o conceito de Erickson de crise de identidade inspirou muitas pesquisas valiosas (PAPALIA; OLDS, 2000, p. 343).

Os conceitos relativos à identidade, pulverizado em materialidades discursivas como jornais, livros, revistas e inclusive em manuais científicos<sup>8</sup> constituem-se vestígios de como a “inspiração” das pesquisas psicológicas, como formação discursiva, tornam-se arquivos. Foucault (1982) entende o arquivo como a expressão registrada dos discursos, daquilo que pode ser dito num determinado momento histórico, e como traços de existência. A compreensão quase uníssona do sentido mulher-intimidade revela todo o potencial enunciativo destas materialidades.

Pelo fato de Foucault (1980) trabalhar por problematizações e não com teorias fixas ao modo tradicional, seus conceitos móveis o permitiram posteriormente deslocar os conceitos de saber-poder para o governo pela verdade expondo o quanto os saberes científicos constituem-se por meio de rituais de manifestação de verdades para que possam existir. E justamente por meio da problematização destas “verdades identitárias” que se faz necessário maiores considerações.

### 2.3 Marcas identitárias: uma outra implicação

*“Por que é importante  
identificar corretamente essas famílias?”*

Título de capítulo do Guia de Cadastramento  
Único de Famílias Indígenas (BRASIL, 2011, p. 49).

Caso se peça para uma pessoa dizer por meio de um mapa político onde termina um longínquo país e onde começam seus vizinhos, certamente se obteria facilmente e de maneira segura suas respostas. Por não se tratar de um especialista a facilidade estaria garantida pelas fronteiras ali estabelecidas. De outra forma se pede para um leigo mostrar alguma localidade desconhecida, num mapa do tipo geográfico, que não contenha legendas ou fronteiras, isto é, ausente de coordenadas, as dificuldades seriam bem maiores.

Esta pode ser uma metáfora para demonstrar que a fixação da identidade e da diferença significa, conforme Silva (2000), sobretudo, no estabelecimento de fronteiras, e por isso mesmo também serve para ora incluir, ora excluir.

<sup>8</sup> A citação acima encontra-se num manual utilizado durante quatro semestres na graduação deste pesquisador.

Segundo Carol Gilligan (1982, 1987a, b; L. M. Brown & Gilligan, 1990), o senso de identidade feminino se desenvolve mais pelo estabelecimento de relacionamentos do que pela conquista de uma identidade individual. **As meninas e as mulheres, diz Gilligan, julgam a si mesmas de acordo com sua capacidade de lidar com suas responsabilidades e de cuidar de si mesmas e dos outros. Toda mulher de alto desempenho alcança a identidade mais pela cooperação do que pela competição** (PAPALIA; OLDS, 2000, 345, grifo meu).

Neste caso, “lidar com suas responsabilidades” e “cuidar de si mesmas e dos outros” como está compreendido para a marca identitária feminina, não “deveriam” pertencer ao masculino. Como as palavras não apenas descrevem, mas possuem capacidade performativa de produzir subjetividades, o mesmo ocorre nos processos de fixação da identidade e da diferença. Assim, marcas identitárias de gênero trazem em seu bojo implicações políticas, pois seus significados carregam valores: “Toda mulher de alto desempenho alcança a identidade mais pela cooperação do que pela competição” (PAPALIA; OLDS, 2000, 345). Articular desempenho, cooperação e competição fazem parte de um campo do qual emerge aquilo que é da mulher e aquilo que é do homem, campos que não se ligam a anatomia exclusivamente, mas sim ao papel social. Além disso, as subjetivações provenientes dos saberes psicológicos tenderão a fortalecer ainda mais estes discursos-verdades.

Bauman (2005) expõe como a identidade constitui-se em nossa sociedade “líquido-moderna” uma faca de dois gumes tendo em sua ambivalência o poder de ora tranquilizar ora martirizar seus usuários. Conforme o autor, num mundo globalizado o poder de identificar, tal como ocorre em manuais de Psicologia tradicionais, ocorre mais ou menos entre dois pólos: de um lado sujeitos que tem a seu bel-prazer inúmeras possibilidades de escolha de identidades; do outro, estão aqueles que possuem sua identidade escolhida, sendo que a maioria oscila entre estas duas dimensões (BAUMAN, 2005).

A questão da identificação se complexifica quando o estabelecimento de fronteiras se torna instrumento capaz de garantir ou não certos benefícios, como no polêmico caso das cotas para afrodescendentes ingressarem em universidades ou no caso da identificação de famílias indígenas por meio do Guia de Cadastramento Único de Famílias Indígenas<sup>9</sup>.

A pergunta contida neste guia (BRASIL, 2011, p. 49) “[...] por que é importante identificar corretamente essas famílias?” precisará nesta pesquisa ser então reescrita no seguinte sentido: por que é importante identificar essas famílias? Isto é, deixa-se de lado a necessidade de examinar a exatidão dos discursos sobre a família, para se ater ao modo como estes fragmentos de identidade compõem certas ontologias sobre uma família-cuidado.

<sup>9</sup> Guia destinado a orientar os agentes quanto ao cadastro das famílias indígenas no Programa Bolsa-Família. As análises do Cadastro Único se encontram no último capítulo desta dissertação.

Na argumentação de Bauman (2005) seria impossível “descobrir uma identidade”, como pregam algumas autoridades científicas tradicionais, já que se trata de algo a ser inventado num campo agonístico<sup>10</sup>. Para Bauman (2005, p. 83): “[...] a identidade – sejamos claros sobre isso – é um ‘conceito altamente contestado’. Sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha. O campo de batalha é o lar natural da identidade”.

Na concepção de Deleuze (1992) em relação às modificações na sociedade como campo agonístico, garante ter sofrido duas grandes modificações especificamente entre espaço e tempo. Em sua leitura de Foucault, Deleuze (1992) afirma que desde o século XVIII, uma sociedade disciplinar fundada em instituições de confinamento e calcada sob princípios rígidos e metódicos produzia subjetividades do tipo “toupeira”. Deleuze (1992) utiliza da imagem deste animal explicando que a fixação de identidades ocorria espacialmente, ou seja, eram nos espaços e instituições fechadas que se disciplinavam os sujeitos: na família a casa, na educação a escola, no trabalho a indústria, na saúde o hospital e no crime a prisão, a instituição de confinamento por excelência.

Esta sociedade disciplinar na perspectiva de Deleuze (1992), ou sólida, nos dizeres de Bauman (2005), de modo gradativo vai sendo substituída pelas atuais sociedades de controle, que se caracteriza uma dinamicidade muito maior, pois as fixações identitárias ocorrem não tanto pelo espaço, mas pelo tempo, produzindo subjetividades flexíveis e heterogêneas semelhantes às serpentes (DELEUZE, 1992). Encaixar peças certas nos locais corretos, conforme as perspectivas tradicionais sobre a identidade seria, assim, minimizar o potencial do conceito de identidade (BAUMAN, 2005).

A chamada “crise na instituição familiar”, assim como a crise nas escolas, são alguns dos efeitos que as instituições tradicionalmente fechadas sofreriam por esta transição de modos de subjetivação/objetivação.

Parafraseando Foucault (1977), a vontade de saber, de certa forma, remete no desejo de identificar, e mais precisamente consiste numa vontade de saber/fixar identidades. Mesmo este autor não trabalhando diretamente com os processos de fixação de identidades, seus estudos sobre os modos de subjetivação versam, mesmo de modo transversal, sobre as implicações que as produções de verdades têm sobre os modos de viver. Não é à toa que Foucault (CASTRO, 2009), sabendo das limitações que as definições fechadas ocasionavam,

<sup>10</sup> O conceito de agonística remete as relações de poder estudadas por Foucault (1979, p. 257): “Quem luta contra quem? Nós lutamos todos contra todos. Existe sempre algo em nós que luta contra outra coisa em nós”.

se esforçava ao máximo para não apresentar nenhum de seus estudos numa condição conclusiva de modo a não se fechar para outras possibilidades.

Grande parte dos estudos desenvolvidos na área das ciências humanas e sociais, e mais especificamente os de Psicologia, tomam a identidade como ponto central de suas discussões. A infância, a adolescência ou a família, por exemplo, geralmente são taxonomizados em fases, etapas ou estágios sem qualquer problematização, tomados como objetos prontos e acabados, só restando ao pesquisador perscrutar sua verdadeira essência.

Para a perspectiva dos Estudos Culturais, nos quais se estabelece a perspectiva contrucionista em Psicologia Social, definir a identidade sem questionar seus pressupostos, deriva-se da autossuficiência implícita nestes modelos:

Em uma primeira aproximação, parece ser fácil definir ‘identidade’. A identidade é simplesmente aquilo que se é: ‘ou brasileiro’, ‘sou negro’, ‘sou heterossexual’, ‘sou jovem’, ‘sou homem’. A identidade assim concebida parece ser uma positividade (‘aquilo que sou’), uma característica independente, um ‘fato’ autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria (SILVA, 2000, p. 74).

Ao naturalizar a identidade tão somente como a afirmação daquilo que é ao mesmo tempo em que se inscreve uma definição, fecham-se todas as outras possibilidades. Silva (2000) afirma que nesta mesma vertente, a diferença é tomada como aquilo que o outro é apenas invertendo seu posicionamento: ele é filho de pais separados, ela é mãe solteira, eles são amasiados, e daí por diante. Em ambos os casos, os conceitos identidade e diferença são adotados como meras definições autoexplicativas.

Foucault (2003) considera grave considerar a subjetividade, ele cita a identidade e a individualidade, como eventos naturais conforme prega a Psicologia tradicional – posto que são processos determinados por fatores sócio-políticos, que podem mais aprisionar do que libertar.

A primeira problematização em decorrência da afirmação da identidade, bem como da diferença, está na implicação de suas negações: por trás da declaração “sou mãe solteira”, pode-se entender “não sou casada” ou “sua família é monoparental”, “sua família é desestruturada”, e assim por diante, num longo e quase interminável encadeamento. Apesar de soar como uma obviedade, Silva (2000) aponta que a mesma gramática que permite impor uma definição, também esconde estas cadeias negativas, pois naturaliza a identidade tomando-a como ponto de referência.

Entendendo que a identidade e a diferença são moldadas por meio de definições criadas culturalmente e socialmente, estas demarcações fazem parte de um determinado

vocabulário, sendo este mesmo um grande sistema de diferenciação, pois a linguagem estrutura-se por meio de códigos inconstantes, onde as palavras existem como os rastros dos objetos originários (SILVA, 2000).

Deste modo, tendo como pressuposto o devir, a diferença entendida como processo e não resultado é sugerida como referência para o processo de produção da identidade e da própria diferença, já que ambas são performadas linguisticamente. E se a linguagem é uma estrutura instável, a identidade e a diferença também são marcadas pela instabilidade e indeterminação, permitindo outras possibilidades de significação menos coercitivas (SILVA, 2000).

Scott (1995, p. 09-10), referência na defesa dos direitos feministas que: “[...] a linguagem não designa unicamente palavras, mas os sistemas de significação, a ordem simbólica que antecede o domínio da palavra propriamente dita, da leitura e da escrita [...] é através da linguagem que é construída a identidade de gênero”.

No que concerne às marcas identitárias, um vetor interessante para analisar suas implicações linguísticas está em relacioná-las com as questões de gênero. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/2007), três grandes revoluções sociais são dignas das transformações familiares: a) revolução da contracepção, que é a dissociação entre sexualidade e reprodução humana; b) revolução sexual, ou seja, a separação de sexualidade e casamento e; c) revolução da posição social, que são as mudanças tradicionais de gênero.

Butler (2003), outra importante teórica feminista, entende que mesmo entre as teorias feministas há um discurso falocêntrico baseado numa categoria singular de identidade, que fixa a noção de gênero à mulher. Tal discurso além de corroborar com o determinismo biológico reforça um determinismo cultural, esquecendo-se que tanto a noção de corpo quanto de gênero são construções sociais.

Contudo, se o conceito de gênero só existe em relação ao outro não se deve calcá-lo num binarismo masculino/feminino, já que apenas fortalece noções pré-discursivas em que o sexo carregaria atributos essenciais e imutáveis. De tal forma, Butler (2003, p. 25) vai além e cogita: “[...] talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma”. A dissociação entre sexo e gênero mostra-se redundante, posto que esta visão binária remeta aos discursos ancorados nos pressupostos humanistas, que reforçam a anatomia ao papel social e vice-versa. Em outras palavras tratam-se de ficções, racionalidades fictícias que ganharam estatuto de verdades inquestionáveis. A autora ainda enfatiza a tomada de posicionamentos alternativos,

objetivando o distanciando das noções universalistas, entendendo que gênero só existe mediante as relações, e por isso mesmo construídas em determinados contextos. E assim como sexo e gênero se essencializaram, não seriam as práticas de cuidado essencializadas nos discursos sobre o feminino e a família? É neste sentido que o conceito de maternidade, na cultura ocidental, se apresenta muito mais colado as práticas do cuidado do que um atributo da paternidade.

A identidade, antes posta sobre um pedestal sagrado, quando colocada em análise, graças à centralização da linguagem na ciência, muito da composição de sua obviedade está imersa em naturalizações. A problematização a partir das marcas identitárias torna-se importante, pois até uma metafísica dos objetos também inscrevem regimes de verdade e, portanto, lutas políticas. Deste modo, conceitos como os de “papel social” ou de “fixação de identidade” tratam-se, sobretudo de produções na direção de essencializá-las, ou seja, de políticas de identidade, pois de um lado se tem o sujeito e de outro o papel/identidade. O problema reside em que o sujeito torna-se assim pré-existente ao papel, a metafísica é do sujeito, da verdade do sujeito, inaugurada na modernidade por Descartes (FERREIRA, BEZERRA, TEDESCO, 2008).

O pensamento inicial desta pesquisa tratava-se de analisar sob quais jogos heterogêneos e difusos as marcas identitárias das avós foram institucionalizadas. Contudo, o estranhamento ocasionado pela implicação observador-observado, ao tomar a marca identitária da família dentro de uma série com interferências, ausente de estabilidade e repleta de movimentos oscilantes, o cuidado emergiu como diagonal possibilitando tomar a família-cuidado como caso-pensamento<sup>11</sup>.

Do mesmo modo, a perspectiva de gênero constitui-se como vetor substancial aos estudos do campo da família. E enfatiza-se nesta pesquisa este elemento, pois antes de se questionar sobre o “mito da família estruturada”, é preciso compreender quais jogos de verdade e de poder encontram-se implicados. As marcas identitárias, especialmente as de gênero, quando articuladas a discursos essencializados sobre o campo família-cuidado, por exemplo, são costurados por inúmeros discursos, podendo tecer fatídicos enunciados, como:

<sup>11</sup> Método que visa se distanciar das pesquisas em que a neutralidade é sempre invocada, privilegiando-se, portanto, a experiência sensível entre observador-observado, dependendo do estranhamento e da emergência dos processos envolvidos. Quanto maior o estranhamento sobre determinados processos, maior a potência de se tornar um caso-pensamento, isto é, um dispositivo para fazer-pensar. Cf. SIEGMANN, C.; FONSECA, T. M. G. Caso-pensamento como estratégia na produção de conhecimento. **Interface**, Botucatu, v. 11, n. 21, abr. 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141432832007000100006&lng=pt&rm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832007000100006&lng=pt&rm=iso)> . Acesso em 03 fev. 2012.



“famílias desestruturadas geram problemas de identidade”, “só podia ser criado pela avó”, dentre outros.

Com a ampliação destas questões, de objeto inicial, as avós passaram a ser compreendidas como derivações subjetivadas. Do mesmo modo, a questão do cuidado foi estendida para além das práticas das avós, tornando-se, o que se acredita ser, a principal tecnologia ou prática essencializada a família. Uma das principais questões passou então a ser: quais as condições que possibilitaram tornar a família um enunciado para cuidado?

Tomar o operador família como família-cuidado, ao mesmo tempo em que causou um estranhamento, tamanha obviedade associada em ambos, bifurcou completamente os rumos da pesquisa. Com estas novas provocações sob o objeto de pesquisa, bem como o contato com novas ferramentas conceituais possibilitaram a substituição das técnicas de entrevistas pela perspectiva construcionista para as análises de elementos não-humanos do cotidiano, ao que se passou a denominar de uma genealogia-cartográfica.

“Pesquisar é da ordem da criação e, como coloca Deleuze [...], criar é ter uma idéia, o que, em Filosofia, implica a criação de conceitos” (HILLESHEIM; BERNARDES; MEDEIROS, 2009). As implicações destes estudos provocaram na genealogia-cartográfica aqui empreendida, não mais traçar linhas apenas pelas marcas identitárias femininas, sejam mães ou avós que cuidam, e sim avançar por linhas transversais, problematizando como tais práticas sustentam uma certa ontologia da família-cuidado no contemporâneo.

Entende-se por linhas os vetores de subjetivação constituídos a partir de jogos de força e de forma que conformam certos desenhos cartográficos, que na metáfora deleuziana se assemelhariam aos novelos de linhas. (KASTRUP; BARROS, 2010). Segundo Kastrup e Barros (2010), a aplicação cartográfica perpassa quatro tipos de linhas: visibilidade, enunciação, força e de subjetivação.

Linhas de visibilidade, compreendidas como linhas de visibilidade-dizibilidade são, segundo concepção deleuziana, dois campos indissociáveis que conformam as formações históricas. As visibilidades são os efeitos das formas dos saberes, dos arquivos, ou seja, quando as linhas de dizibilidade envergam, produzindo um campo de expressão, um plano de constituição de objetos. A realidade constitui-se assim tanto de regimes discursivos quanto de regimes de visibilidade ou de luz<sup>12</sup> (BARROS; KASTRUP, 2010). Dito de outro modo, fala-se o que é possível falar, vê-se o que é possível ver. Isto explica o entendimento da pesquisa

<sup>12</sup> Aproveitando esta concepção deleuziana, uma metáfora possível da linha visibilidade-dizibilidade pode ser feita mediante a própria constituição da luz. Sendo ao mesmo tempo partícula e onda, características, portanto, indissociáveis, seu efeito continua o mesmo. Cf. <<http://www.infoescola.com/fisica/dualidade-onda-particula/>>.

supracitada em remeter a linha “competição” para a linha da masculinidade, na mesma medida, só que de maneira inversa, na qual a linha de “cooperação” se articularia a linha do feminino.

Acontece também que distintas linhas de visibilidade-dizibilidade podem ser mescladas. As linhas de enunciação seriam como linhas aparentemente uniformes, mas que tateando sua superfície, experienciando sua textura, denuncia-se um longo trançado feito de objetos distintos<sup>13</sup>. Família como instituição cuidadora constitui-se em algo tão óbvio que não se problematiza os motivos de tal prática e responsabilidade. Tendo isto como pressuposto, isto pode explicar os motivos de muitas pesquisas de cunho psicológico “pularem” diretamente para “o que interessa” ignorando suas construções: “As meninas e as mulheres, diz Gilligan, julgam a si mesmas de acordo com sua capacidade de lidar com suas responsabilidades e de cuidar de si mesmas e dos outros” (PAPALIA; OLDS, 2000, p. 345). A obviedade poderia assim, ser a marca principal das linhas de enunciação.

Como as linhas/tranças enunciativas não flutuam no vácuo, estas somente se constituem por meio de jogos, suas existências só são possíveis por meio das relações de poder, ou mais precisamente, é através das relações de força que atualizam ou não tal visibilidade. As abstratas linhas de força poderiam ser assim descritas como linhas magnéticas, que racionalizadas pelos discursos, constrangeriam as demais linhas: não se receita qualquer livro ou manual para um curso de Psicologia, só são aceitos aqueles que cumprem determinadas diretrizes, livros/conhecimentos que “orbitam” em torno do campo gravitacional acadêmico.

Parafraseando Deleuze (1992), rachar as palavras e as frases contidas em documentos do cotidiano<sup>14</sup> será o modo de considerar as visibilidades das tecnologias do cuidado, o modo de decompor os enunciados sobre as famílias-cuidado, ou seja, colocam-se em análise as linhas que amarram estas relações de poder-saber.

Nesta empreitada, o pesquisador muito longe de estar neutro destas amarrações, caminha e compõe esta complexa rede, no qual seus movimentos também ativam ou desativam pontos que sustentam todo o emaranhado, toda a cartografia existente (KASTRUP;

<sup>13</sup> Para melhor compreender as linhas de enunciação basta compará-las a construção do pigmento de cor verde, ou seja, do mesmo modo que não se percebe o amarelo e o azul em sua composição, certos discursos se tornam tão evidentes que sua heterogeneidade é ignorada.

<sup>14</sup> Documentos do cotidiano é uma estratégia de enfatizar o senso comum na constituição dos discursos.

BARROS, 2010). E se são as linhas de força que sustentam os diversos discursos existentes, isto decorre porque caminhamos todos dentro de dispositivos<sup>15</sup>.

Mas apesar de aderentes, como as teias de aranha, estas complexas redes são maleáveis e líquidas, possuidoras de diversas instabilidades que permitem o movimento por linhas de fuga, que nas palavras de Deleuze (1992) consiste no caminhar na borda entre os dispositivos. As linhas de subjetivação seriam as linhas quebradas ou de fuga por onde os sujeitos escapam e inventam novos modos de existência, mesmo que depois sejam apreendidos novamente pelas malhas do poder-saber. É o próprio devir.

As audiências públicas bem como as conferências são alguns dos vetores de subjetivação que possibilitam estas fissuras entre dispositivos. Em uma audiência pública, ocorrida em 12 de maio de 2010 sobre o Estatuto das Famílias – projeto que retira o livro da família do Novo Código Civil de 2002 –, teve como maior polêmica as reivindicações de direitos sobre as uniões homoafetivas. Mesmo os defensores alegando não terem interesse sobre casamento, e sim sobre direitos iguais tais como herança e separação de bens, muitos líderes religiosos contrários a estas transformações, utilizaram argumentos ancorados na tradicional instituição familiar, isto é, se ancoraram nas linhas de visibilidade e dizibilidade que compõem uma ontologia da família:

O pastor da Assembléia de Deus Silas Malafaia afirmou que conceder os direitos civis é a porta para depois aprovarem o casamento. Ele defendeu que a família é o homem, a mulher e a prole, sendo que a própria Constituição defende esse desenho familiar. [...] ‘Então vamos liberar relações com cachorro, vamos liberar com cadáveres, isso também não é um comportamento?’ O pastor foi muito aplaudido durante sua exposição (CRUZUÉ, 2010).

De fato, o Novo Código Civil de 2002, no artigo 1.723 cita: “É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”. Contudo, conforme o desembargador Carlos Roberto Gonçalves na palestra intitulada Responsabilidade Civil e Relações Familiares, como no concubinato regido no Código Civil de 1916 as mulheres não tinham direito algum após a separação, começou-se a questionar o enriquecimento ilícito por parte de muitos maridos. Desta forma, o desembargador afirma que a maior intenção do artigo 1.723 do Novo Código Civil de 2002, não estaria na “reafirmação”

<sup>15</sup> Os dispositivos podem ser entendidos como a “residência” dos discursos ou os “lugares” do poder, um bom exemplo de dispositivo é a prisão, não em seu sentido de instituição, mas como possuidora da capacidade de diferenciar o crime e o criminoso ao mesmo tempo em que formaliza a lei (CASTRO, 2009). Maiores explicações sobre o conceito de dispositivo ocorrem no tópico “Pesquisa por processualidade”.

da instituição familiar, mas principalmente, na regularização da união estável como conceito substituto do concubinato.

Contrariando as linhas já instituídas pela ciência, isto é, em oposição aos livros e os saberes psicológicos sobre cuidado e feminilidade, as uniões homoafetivas, como novos modos de existência ativam linhas de fuga e a “desconstrução da família” passa a ser um grande temor:

Na mesma linha crítica, o pastor da Igreja Assembleia de Deus Abner Ferreira afirmou que o Estatuto das Famílias seria, na verdade, o Estatuto da Desconstrução da Família. Segundo ele, ao admitir a união de pessoas do mesmo sexo, a proposta pretende destruir o padrão da **família natural**, em vez de protegê-la. **Ele disse que todas as outras formas de família são incompletas** e que toda manobra contrária à família natural deve ser rejeitada. (CRUZUE, 2002, grifo meu).

No artigo 25 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), há a seguinte definição sobre o termo família natural: “Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”. Segundo Muniz (1998), família e casamento, para a Constituição de 1988, constituem-se realidades distintas, assim, seja a família fundada pelo casamento, o que se chama família natural, seja a família fundada na união de fato ou a família adotiva, ambas possuem a mesma equivalência jurídica.

Com a emergência de uma linha família-homoafetividade, os discursos provenientes das tradicionais linhas de dizibilidade que conformavam a família-cuidado são postos em questionamento, onde “família natural” seria o “padrão”, frente as “família incompletas” – isto é, configurações familiares ainda não instituídas.

Deleuze (1992) afirma que, assim como as famílias, todos os meios de confinamentos, característicos das sociedades disciplinares encontram-se em crise. Família, escola, hospitais e prisões são algumas das instituições que gradualmente são problematizadas numa transição para as sociedades de controle. Nestas sociedades, as configurações maleáveis, não propriamente substituem, mas sofisticam as antigas estruturas disciplinares e estáveis – a família nuclear burguesa citada pelos estudos freudianos, em que pai, mãe e filhos formavam a regra geral, nas sociedades de controle cada vez mais se torna exceção.

### 3 CIÊNCIAS HUMANAS E NÃO-HUMANAS?

Colocando em análise algumas linhas que percorrem a família, por meio de documentos do cotidiano, percebe-se o quanto a performatividade de elementos não-humanos possibilitam a ontologia de uma família-cuidado. Para tanto, problematizar alguns pressupostos do que se entende por realidade constitui-se primordial para justificar as orientações metodológicas escolhidas.

O problema da realidade, para Ibañez (1994) na forma como foi constituída a ciência no ocidente, deve-se a duas ancoragens recíprocas: a crença numa realidade inteiramente externa e fora de alcance e a crença de que haveria um modo de acesso exclusivo a esta. A imparcialidade nos testes ericksonianos, por exemplo, forjado a partir das linhas de força positivistas da academia, constitui numa das principais garantias da correlação entre a linha de dizibilidade identidade feminina e a linha cuidado. O discurso positivista sobre uma realidade universal abraça a neutralidade científica como principal pressuposto nas estratégias de produção do conhecimento, inclusive no campo das ciências psicológicas. Caso se parta de uma perspectiva de que o conhecimento é construído, e que este mesmo conhecimento implica modos de subjetivar os sujeitos que se estuda, o que vem a ser a realidade bem como as formas de acesso a esta constituem pressupostos epistemológicos fundamentais (FERREIRA, BEZERRA, TEDESCO, 2008).

Do mesmo modo, Foucault (2003) tece críticas a noção essencialista de uma realidade única e inequívoca. Nas palavras do autor (2003, p. 329):

É preciso desmistificar a instância global *do* real como totalidade a ser restituída. Não há 'o' real do qual se iria ao encontro sob a condição de falar de tudo ou de certas coisas mais 'reais' que as outras. [...] Um tipo de racionalidade, uma maneira de pensar, um programa, uma técnica, um conjunto de esforços racionais e coordenados, objetivos definidos e perseguidos, instrumentos para alcançá-los etc., tudo isso é algo do real, mesmo se isso não pretende ser a própria 'realidade', nem 'a' sociedade inteira.

Nesta perspectiva, a realidade não seria tão somente constituída de determinados eventos registrados pela história oficial. Discursos oficiais e extra-oficiais, como e-mails, notícias e manuais, enfim, uma série de tecnologias humanas e não-humanas podem ser correlacionadas como estratégias racionais que corroboram para que certos eventos ocorram em detrimento de outros (FOUCAULT, 2003). E nem por isso essas tecnologias serão

“menos” reais. Nesta perspectiva, os documentos do cotidiano também se constituem como uma realidade, que mesmo originárias do senso comum implicam efeitos diversos em outras instâncias.

### 3.1 Atenção cartográfica em documentos do cotidiano

A necessidade de pontuar a escolha de uma racionalidade epistemológica, longe de revisitar conhecidas trilhas históricas, através de monótonas cronologias lineares da constituição da ciência, tem o potencial de revelar o solo em que são germinadas as estratégias de produção do conhecimento.

Uma mudança de percurso desta pesquisa, que vale a pena ressaltar, foi o contato com o livro *Pistas do Método da Cartografia* de autoria de Passos, Kastrup e Escóssia (2010). Originária dos estudos de Gilles Deleuze e Félix Guatarri, o método cartográfico não objetiva representar objetos – tão caros aos métodos tradicionais – mas acompanhar os processos de produção dos objetos (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2010). Desta forma, o contato mais denso com os referenciais foucaultianos aliados aos estudos da cartografia, lançaram novas luzes sobre o terreno epistemológico escolhido a ser traçado.

Conforme Passos e Barros (2010) o intuito da cartografia se constitui em acompanhar a multidirecionalidade dos processos por onde transitam distintas linhas de visibilidade, e ao embutir as ferramentas genealógicas sobre a família-cuidado, será então um modo de empreender uma genealogia-cartográfica.

Ao colocar em análise as condições que possibilitam uma ontologia da família-cuidado, foi necessário delinear sobre quais eixos epistemológico-metodológicos esta análise percorre. Como primeiro eixo desta pesquisa está a análise de materialidades que compõem arquivos, campos de saber, que mesmo por sua diversidade, acabam por conformar uma história do presente sobre a família-cuidado. A principal ideia de utilizar materiais do cotidiano proveio de uma correspondência recebida em minha casa, ainda no começo do Mestrado. Em formato de *folder* impresso, trata-se de um folheto denominado “Curso Família Feliz” (ANEXO A). A estranheza partiu, não tanto pelo caráter religioso relacionado à família-cuidado, mas pelo fato do seu principal argumento ser uma pesquisa científica:

Há alguns anos, **uma revista** de Nova York publicou **um estudo** realizado sobre as famílias norte-americanas. De um lado estava o lar de Maximiliano Jukes, homem incrédulo, casado com uma jovem tão irreligiosa quanto ele. Até o momento em que se completou o referido estudo, observou-se que seus descendentes foram 1.206, dos quais 300 morreram cedo; 100 foram encarcerados por vários delitos; 109 se entregaram ao vício e a imoralidade; 102 puseram-se a beber; toda esta família custou ao Estado de Nova York 1.100.00 dólares (aproximadamente **2 bilhões**, trezentos mil reais).

Por outro lado, examinou-se a família de Jônatas Edwards, homem cristão, que se uniu em matrimônio com uma mulher também cristã. Seus descendentes foram 729, dos quais 300 foram pregadores; 13 foram reitores de universidades; 6 autores de bons livros; 3 deputados e 1 vice-presidente da nação. Essa família não custou um dólar sequer ao Estado.

[...] Se a fé cristã fosse cultivada em todos os lares, não existiria rebeldia por parte dos filhos, nem delinquência juvenil, nem uso de drogas, nem prostituição, muito menos os males por estes causados (CURSO FAMÍLIA FELIZ, s/d, sic, grifo meu).

O uso do discurso científico pelos religiosos tendo como foco a família não contém, a princípio, nada de novo. Contudo, a metodologia cartográfica ensina que ao cartógrafo cabe exercitar uma “atenção a espreita”, onde o pressuposto é uma concentração sem focalização (KASTRUP, 2010). Assim, com o olhar treinado em normas e metodologias acadêmicas, ao pousar a atenção sob o *folder* em questão, certa estranheza adveio pelo fato de que, mesmo se utilizando da autoridade científica, a mencionada pesquisa não continha nenhuma referência de quem ou quando foi realizada.

Nem seria preciso dizer que não se objetiva aqui realizar uma análise de normas de metodologia de material ou muito menos aferir se tal estudo foi realizado ou não. Objetiva-se, sobretudo, apontar por um lado o modo como se articula a atenção na perspectiva cartográfica e por outro a capacidade performativa do material em relação à família-cuidado.

Desta forma, mesmo a estranheza da atenção cartográfica se assemelhando à atenção flutuante freudiana, há entre ambas uma diferença considerável. Enquanto na perspectiva psicanalítica a associação livre é essencialmente auditiva, na cartografia trata-se de uma associação livre multissensorial, em que todos os sentidos são valorizados (KASTRUP, 2010). Utilizando de uma metáfora do filósofo William James, Kastrup (2010) explica como a atenção cartográfica assemelha-se ao vôo dos pássaros que, em constante movimento, não faz paradas bruscas, mas pausa momentaneamente sobre algo: “Há alguns anos, **uma revista** de Nova York publicou **um estudo** realizado sobre as famílias norte-americanas”. (CURSO FAMÍLIA FELIZ, s/d, grifo meu).

Para Bauman (1998), como efeito do projeto moderno, há cada vez mais, na pós-modernidade, uma desenfreada busca, não por autoridades religiosas, mas por especialistas em identidade. Não à toa, assim como muitos outros religiosos, o pastor Silas Malafaia reafirma sua formação em Psicologia para enfatizar seu posicionamento perante o Estatuto

das Famílias e utilizar da autoridade de um especialista em comportamento: “Então vamos liberar relações com cachorro, vamos liberar com cadáveres, isso também não é um comportamento?” (CRUZUÉ, 2010). Contra a ambivalência intrínseca a dinâmica das famílias, os mais diversos especialistas “psi” apresentam respostas para tais ambivalências, ancorados desta forma no projeto moderno, onde o pressuposto seria o controle e a administração da natureza (BAUMAN, 1999).

Rose (2001) problematiza esta questão dos *experts* perguntando-se sobre quais aparatos se sustentam a autoridade das autoridades e qual a relação entre quem governa e quem é governado? Para tanto, o autor sugere que se parta pela heterogeneidade dos saberes ao invés de tomar como pressuposto um “poder” intrínseco das autoridades e questionar sobre quais formas de vida, sobre quais programas particulares se constituem estes modelos:

[...] o pai responsável que vive uma vida de prudência e moderação. O trabalhador que aceita sua sorte com uma docilidade que se baseia em uma crença na inviolabilidade da autoridade ou na recompensa de uma vida futura. A boa esposa que cumpre seus deveres domésticos com uma eficiência invisível, sem se exhibir. O indivíduo empreendedor que se esforça por melhorias seculares em sua “qualidade de vida”. O amante apaixonado nas artes do prazer. Que códigos de saber sustentam esses ideais, e a que valorização ética estão eles ligados? (ROSE, 1999, p. 39).

Quando os saberes e as técnicas psi performam alguns modelos de conduta, não se deve esquecer que estes são objetos de programas particulares e específicos, constituídos para responder alguma urgência histórica e não uma característica inviolável das culturas humanas (ROSE, 2001).

Um conceito como “cooperação feminina” definida/fixada pelas autoridades psi, é um tipo de agenciamento, já que se torna um campo de conexão, podendo tanto fortalecer práticas como as defendidas pelo Curso Família Feliz como enfraquecer possibilidades como uma “competitividade feminina”.

Tal como na audiência pública sobre o Estatuto das Famílias, a linha de força sobre a qual orbita o curso “Família Feliz” é também traçada por ciências que visam prescrever o comportamento, que mesmo indiretamente, se amparam sobre a autoridade dos saberes psi para fortalecer as linhas que compõem a família-cuidado. Ciência e religião como amplos domínios de saber-poder, quando mesclados, constituem linhas enunciativas, que produzem diversos modos de subjetivação sobre outros objetos, inclusive sobre uma família-cuidado.

Concomitantemente, outra forte influência para este projeto de pesquisa se voltar à análise de documentos do cotidiano, foi o contato com estudos que problematizaram os



modos de subjetivação por meios pouco ortodoxos nas pesquisas psicológicas. Neste sentido, pesquisas com arquivos históricos (FOUCAULT, 1982; 1977; 2010), com documentos públicos (SPINK, 2008), com articulações entre elementos humanos e não-humanos, (LATOUR, 1994), com conversas do cotidiano (MENEGON, 1999), podem se constituir como linhas de fuga no meio acadêmico, já que, ao caminharem por dispositivos diversos, dão condições de outras possibilidades de se produzir conhecimento. A pesquisa por meio de elementos não-humanos na Psicologia revela-se como uma estratégia singular de perscrutar quais os efeitos dos mais diversos discursos na construção da realidade e dos sujeitos/subjetividades.

É possível perceber que, diferente das pesquisas tradicionais que precisam invocar a neutralidade entre quem pesquisa e quem é pesquisado, o abandono do projeto inicial das entrevistas com as avós para a família-cuidado como caso-pensamento deve-se justamente pelos encontros fortuitos do pesquisador e a elaboração desta pesquisa. É neste sentido que o contato com o pressuposto cartográfico da atenção a espreita, foi também o que deu possibilidade para tal transição metodológica. Passando a privilegiar os saberes do senso comum no mesmo nível das autoridades psi, procura-se colocar em realce a importância dos acontecimentos extra-oficiais e menores na constituição dos regimes de verdade sobre a família, ao mesmo tempo em que se alerta as autoridades psi, em específico aos psicólogos e psicólogas, a quais regimes de verdade suas práticas e pesquisas estão servindo de sustentação.

Assim, a atenção das linhas desta pesquisa, almeja tanto percorrer livros e manuais acadêmicos como também discussões em blog, matérias veiculadas em jornais, materialidades que, enfim, podem ser percebidas como performadoras de uma ontologia da família-cuidado.

### **3.2 Encontro entre cartografia e genealogia: o acompanhamento de processos e a análise genealógica**

Se a atenção desta pesquisa passou do dilema das avós cuidadoras para os agenciamentos provocados pelas práticas, especificamente as psi, de uma família-cuidado, um novo território passou a ser habitado. O método cartográfico procura justamente abordar as conexões e os agenciamentos, que neste caso visa às práticas sobre família-cuidado, em que o acompanhamento de processos se destaca.

Acompanhar processos, segundo Passos, Kastrup e Escóssia (2010) ancora-se nas noções de implicação, onde a análise dos atravessamentos do *locus* pesquisado é a pressuposto do fazer-intervir. A pesquisa é assim uma pesquisa-experiência, em que as obviedades são tomadas como principal ferramenta de trabalho. A transição do objeto avós cuidadoras para família-cuidado, proveniente do contato com materialidades conjuntamente com novas teorias e métodos, podem ser entendidos como alguns disruptores que transformaram os rumos desta pesquisa.

Passos e Barros (2010) apontam que um dos princípios da estratégia cartográfica, esta em não se sustentar sobre formas pré-determinadas, sobre um saber para fazer pesquisa, mas sugerem-se pistas, implicando num fazer-saber, e que por isso mesmo, esta permeado por toda esta pesquisa. Desta forma, como estratégia ético-política, não há um tópico específico sobre coleta de dados já que desde o início os dados foram sendo produzidos, pois todo o caminho que se traça já constitui num saber-intervenção, onde o princípio não é conhecer para transformar, mas transforma-se para conhecer (PASSOS; BARROS, 2010).

Deste modo, não se busca realizar uma análise da representação social dos discursos, mas, conforme Rose (2001) uma espécie de genealogia da subjetivação da família-cuidado, onde as práticas, e não uma idéia geral de família, possibilitam esta pesquisa. Acompanhando o raciocínio de Foucault (1979) sobre as relações de poder, para Rose (2001) as tecnologias não são intrinsecamente “malignas”, mas produtivas, assim, uma genealogia dos modos de subjetivação por meio das tecnologias do cuidado pode ser um campo fecundo nas investigações da família-cuidado.

Concomitantemente a cartografia, a genealogia, constitui outra interessante estratégia para a realização desta pesquisa. Assim, ancorado nos referenciais foucaultianos, um primeiro entendimento da estratégia genealógica está em compará-la a uma caixa de ferramentas frente aos processos de investigação e produção do conhecimento. Diferentemente de metodologias que perscrutam a essência da realidade, a genealogia foucaultiana caracteriza-se pela constante problematização das condições de emergência e consolidação de certas práticas em detrimento de outras, não se buscando assim, uma origem “primordial” da família, por isso mesmo “mais verdadeira”, mas como certas linhas enunciativas da família-cuidado foram forjadas em detrimento de outras (FOUCAULT, 2001).

Em outras palavras, se propõe uma genealogia-cartográfica de algumas linhas que tornam possível a essencialização da família tal como a conhecemos e suas implicações. Conforme o manual de Psicologia apresenta: “[...] a orientação masculina de Erickson foi alvo de críticas. Mesmo assim, o conceito de Erickson de crise de identidade inspirou muitas

pesquisas valiosas” (PAPALIA; OLDS, 2000, p. 343). Realizar o acompanhamento destas “inspirações” ou conforme o vocabulário foucaultiano, objetiva-se acompanhar algumas proveniências e o modo que conformam ou não o desenho da família-cuidado.

Convém arguir-se mais detalhadamente a respeito dos conceitos de saber e poder, implícitos para o entendimento da estratégia genealógica aqui explicitada. Sendo saber e poder conceitos correlatos, entende-se que toda relação constitui-se numa relação de poder/força e, concomitantemente, numa relação de saber/forma (DELEUZE, 1992). Isto significa que o saber, outrora imaculado, trata-se de um produtor de verdades quando descreve um campo, como o da família, além de possuir a capacidade de engrossar ou não suas linhas de visibilidade.

De acordo com um site de busca com o termo “avó cuidadora”, o título de uma notícia chama atenção: “Novas configurações familiares aumentam avós cuidadoras de netos”. Tratando-se da divulgação de uma dissertação de mestrado concluída, no qual as avós e sua relação com o cuidar são enfatizadas, com a atenção a espreita, tornou-se possível encontrar mesmo em uma materialidade diferente, vestígios da teoria Ericsoniana, agora relacionada ao conceito de geratividade:

A relação entre avós e netos remete a estudos da geratividade, propostos pelo psicanalista Erik Erickson nos anos 60. O conceito propõe uma reação à estagnação, destacando a **tendência** de pessoas maduras cuidarem das próximas gerações, por meio de comportamentos de liderança (FURTADO, 2011, s/p - grifo meu). Para Foucault (2001), a relação saber/poder pode ser assim correlacionada: todo exercício de poder sobre algumas linhas de visibilidade, como no caso do Estatuto das Famílias, produz determinados saberes, por outro lado, todo saber produzido sobre a família, como no caso das ciências psi, pode ser transformado em instrumento político. E mesmo esta mesma pesquisa ressaltando que estas tecnologias do cuidado longe de serem fatos naturais do envelhecimento, ancoram-se principalmente em questões sócio-econômicas, as linhas de saber/visibilidade que perpassam o discurso em análise, não se distinguem das linhas pulverizadas pelo manual de Psicologia sobre identidade feminina, mas parecem conformar novamente discursos sobre um padrão de família cuidadora.

Esta pesquisa, por conseguinte, longe de buscar qualquer evolução progressiva e linear da família-cuidado, pela metodologia genealógico-cartográfica realiza suas análises na singularidade dos eventos como os principais rastros a serem seguidos, pois são os pequenos saberes sobre a família-cuidado pulverizados no cotidiano, na maioria das vezes casuais, que mais interessam na produção e reprodução de verdades (FOUCAULT, 1979). Dito de outra forma, o escopo da genealogia consiste em “[...] considerar o saber – compreendido como materialidade, como prática, como acontecimento – como peça de um dispositivo político

que, enquanto dispositivo, se articula com a estrutura econômica”. (MACHADO, 1979, p. XXI).

Ao olhar dentro da caixa de ferramentas genealógica, dois importantes instrumentos de pesquisa aparecem como fundamentais: a análise de proveniência e de emergência. Conforme Foucault (1979), com a análise de proveniência, basicamente ligada ao conceito de verdade/saber, pode-se perscrutar as lacunas dos discursos, as fissuras de acontecimentos que podem proporcionar ou não a consolidação de certos saberes/verdades: “cooperação feminina”, “família natural” e “avós cuidadoras” podem ser lidas como linhas de visibilidade provenientes de um discurso que conforma um desenho de família-cuidado. E é possível perceber na proveniência do tronco destes saberes, que eles acabam sendo de alguma forma atravessados pelo discurso científico: “cooperação feminina” encontra-se num manual de Psicologia, “família natural” provém das ciências jurídicas, e “avós cuidadoras” numa dissertação de Mestrado em Psicologia. Do mesmo modo, o termo “criado por vó” que se encontra numa letra de música de 1945 e num atual dicionário de gírias e “famílias incompletas” no discurso teológico dos pastores, mesmo de caráter heterogêneo, também reforça os discursos de famílias cuidadoras.

Se de um lado, a proveniência indica como a inscrição de certas verdades construíram os objetos, a análise de emergência procura desmembrar as articulações estratégicas do poder. Visto que a emergência constitui-se de forças abstratas podendo-se apenas experimentá-las, é somente pela proveniência, mesmo de origem heterogênea, que circunscreve o campo de visibilidade e dizibilidade operado por estas relações de força (FOUCAULT, 1979).

Sobre a emergência de uma família-providência no período medieval, em nenhum momento Castel (1998, p. 51) cita como um acontecimento devido ao instinto natural de cooperação feminina, mas pela ausência de suportes sociais mínimos, emergindo assim, diversas formas de assistências não especializadas: “[...] o órfão será assumido pela família ampliada, o inválido ou o indigente terão um mínimo de solidariedade ‘natural’ na comunidade ou aldeia”, já que o abandono dos sujeitos abalaria a coesão de todo o grupo. As estratégias destas sociedades sem suportes sociais básicos, Castel (1998) chama de sociabilidades primárias.

O autor defende que somente com a emergência de instituições caritativas laicas e religiosas, e posteriormente com a propriedade privada, deram condições de possibilidade para o surgimento de uma sociedade de indivíduos positivos. Ou seja, como efeito de certas condições se tornou possível a indivíduos/famílias alcançarem uma maior independência e

serem possuidores da propriedade de si mesmos, com um maior controle sobre o próprio corpo e o sobre o próprio destino (CASTEL, 1998).

Contudo, por mais tentador que seja acreditar que um modelo ideal de família cuidadora sempre existiu, o que se assume agora nas sociedades contemporâneas, desde a emergência do neoliberalismo na segunda metade do século XX, conforme este autor, é que os suportes sociais, outrora conquistados com o advento da propriedade privada/social, vêm sendo destruídos em detrimento das leis do mercado. Neste sentido, o neoliberalismo cada vez mais propicia um retorno a uma individualização negativa, uma individualização nos moldes feudais, onde os indivíduos ficam despossuídos da propriedade de si mesmos, sob um forte discurso que tende a responsabilizar as famílias de suas condições (CASTEL; HAROCHE, 2001).

Desta forma, colocar em análise a emergência de uma família-cuidado significa considerar os múltiplos fatores que engendram os discursos aparentemente uniformes. E mesmo que muito das linhas de visibilidade sobre família-cuidado possuam sua proveniência no período feudal, pela hegemonia da Igreja Católica (ARIÈS, 1978), a noção de família, tal como se propaga, deve-se muito mais na contemporaneidade pela emergência das ciências humanas como oferta de serviços ao Estado.

Conforme Foucault (1979), por volta do século XVIII, devido a um aumento demográfico considerável no ocidente europeu, o cruzamento de novas estratégias de assistência com a ascensão de uma polícia médica, possibilitaram a emergência de novos saberes como tecnologias de controle em razão dos investimentos que passam a ser feitos na objetivação da população por meio das categorias indivíduo e família: “[...] estimativas demográficas, cálculo da pirâmide das idades, das diferentes esperanças de vida, das taxas de morbidade, [...] diversas incitações ao casamento e à natalidade” (FOUCAULT, 1979, p. 198). E em todas estas políticas de controle social, o corpo da família e dos indivíduos tornaram-se os principais instrumentos de dominação.

Com a emergência das ciências humanas no ocidente, inseridas no discurso moderno de evolução e progresso de “um mundo melhor para todos”, partem de uma posição a-moral e a-política, tornando a produção de conhecimento um ato neutro que não faz mais do que categorizar a realidade (BAUMAN, 1999). Mas ao taxionomizar a família e os indivíduos, não estão isentas dos processos, pois se tornam uma oferta de serviços ao Estado no controle das condutas.

Segundo Rose (2001), neste sentido, diferente de outras ciências que restringem ao seu próprio campo seu conhecimento profissional, as ciências psi, por sua heterogeneidade

característica, constitui-se num campo singular que fornece “generosamente” diversos modelos do eu, como instrumento nas práticas da conduta das condutas:

O eu não constitui um objeto trans-histórico das técnicas para se tornar humano, sendo, em vez disso, apenas uma das formas por meio das quais os seres humanos foram convocados a compreenderem a si mesmo e a se relacionarem consigo mesmos. (ROSE, 2001, p. 42).

Dentre os campos de atuação das ciências psi, Rose (2001) argumenta que a família, o mercado e a sociedade civil, são entendidos como autoridades autônomas, isto é, domínios possuidores de saberes “naturais” e “não-políticos”, mas que por seus saberes serem fortes reguladores de condutas são de vital interesse as estratégias e programas liberais. É desta forma que o Estado faz uso das ciências, especificamente das “psi”, para compreender e sustentar seus escopos políticos sem ferir os interesses destes domínios (ROSE, 2001).

Observando alguns destes aspectos da proveniência e da emergência das ciências humanas e das ciências psi, é possível perceber como as pesquisas que reforçam uma família-cuidado com conceitos como cooperação feminina e geratividade, acabam por servir de sustentação a uma razão de Estado em termos de controle e segurança social.

Mas longe de apontar-se aqui, uma melhor caixa de ferramentas para a investigação de um determinado campo de racionalidades, a análise de emergência, juntamente à análise de proveniência, constituem-se como ferramentas capazes de problematizar a essencialização de determinados discursos, perscrutando detalhada e demoradamente seus efeitos no cotidiano sobre as famílias. Assim, a estratégia genealógica permite desembaraçar quais os discursos utilizados na produção de verdades, ou seja, quais as condições sociais-econômicas-históricas, que sobrepostas, naturalizaram certos acontecimentos ao invés de outros (MACHADO, 1979).

Neste sentido, ao acompanhar algumas linhas definidas pelas práticas psi sobre a família, conceitos como cooperação feminina, avós cuidadoras, criado por avó e geratividade ao mesmo tempo em que define/fixa marcas identitárias, não apenas performam a realidade como escorrem pelos mais diversos cotidianos subjetivando os sujeitos com seus modelos do eu.

Materialidades como estas, por fim, acabam por constituírem um arquivo sobre família-cuidado. *“El archivo es en primer lugar la ley de lo que puede ser dicho, el sistema que rige la aparición de los enunciados como acontecimientos singulares”* (FOUCAULT, 1982, p. 219). Compreender um arquivo, a partir das considerações genealógicas visa focar nos acontecimentos singulares, transversais e irregulares, que segundo suas relações múltiplas

definem um sistema de enunciabilidade como algo funcional. Isto significa que a materialidade do arquivo família-cuidadora define e por isso mesmo permite um determinado discurso e não outro (FOUCAULT, 1982), mesmo tendo uma existência múltipla, como no caso das famílias homoafetivas.

Isto não significa que a história da família-cuidado seja algo que remeta somente ao passado. Conforme Castel (1998), o presente estende-se para além do contemporâneo, pois é sempre o efeito de uma herança, e como tal, capaz de nortear as ações práticas de hoje. Neste entender, as vivas problematizações atuais sobre o conceito de família, jamais se desviam do modo que chegou esta herança e suas implicações. Assim, fazendo uma história do presente das famílias, parafraseando Castel (1998), pode-se por em questionamento, isto é, problematizar certas condutas tidas como naturais e óbvias sobre uma família-cuidado.

Desta forma, ao entender o arquivo família-cuidado por meio de documentos do cotidiano como um sistema que rege a aparição de novas linhas-enunciativas, a simetria entre o par humanos e não-humanos – artefatos tecnológicos – emerge como uma possibilidade de investigação. Latour (2008) contrariando a crença de uma pureza estanque entre natureza, tecnologias e pessoas, afirma que a cada conceito e explicação científica, isto é, a cada tentativa de purificar os objetos, ao invés disso, traz consigo novos problemas, ou seja, novos seres híbridos emergem. Em suma, se não há puros humanos nem puros objetos, eles só existem na forma de agenciamentos, agenciamentos estes nada neutros, pois se encontram imersos em relações de poder e de saber.

Vale lembrar que mesmo apontando um conceito simétrico, se entende que há uma clara distinção entre humanos e objetos, entre famílias e conceitos sobre família, portanto, sugere-se que tal diferença não seja uma divisória, mas uma possibilidade de compreender a intencionalidade de tais tecnologias do cuidado (LATOUR, 2008). A simetria do par humanos e não-humanos correlaciona-se com as linhas de força da cartografia, já que é por meio do plano político que se sentiriam os efeitos ocasionados pelos saberes, inclusive os psi, sobre uma família-cuidado. Entendendo que a construção da realidade é profundamente heterogênea quanto difusa, pesquisas realizadas por meio de documentos (LATOUR, 2008; SPINK; 2008) procuram expor como as tramas que constroem o social são híbridas, isto é, mutuamente constituídas tanto de elementos humanos quanto de não-humanos.

E sendo estas materialidades objetos elaborados dentre de um campo de discursos, produtos de certas racionalizações, é possível encontrar em sua superfície algumas proveniências dos saberes psi, demonstrando a performatividade dos elementos não-humanos nos modos de conduta.

Não se pode assim, isentar os modelos do eu fornecidos pelas práticas psi, tal como suas conformações de uma família-cuidado, visto que cartograficamente podem ser entendidos como processos de lentificação<sup>16</sup> de um determinado jogo de forças (KASTRUP; BARROS, 2010): “Assim, disse Erikson, as mulheres (em contraste dos homens) desenvolvem a identidade por meio da intimidade, e não antes dela” (PAPALIA; OLDS, 2000, p. 343).

Do mesmo modo, não se pode conceber estes modelos do eu, tal como as premissas eriksonianas, sem mencionar suas condições de emergência, que neste caso só foram possíveis por antecederem os discursos feministas atuais. Segundo Kastrup e Barros (2010) é devido a lentificação dos objetos que se dá este efêmero equilíbrio, que ilusoriamente busca convencer da universalização dos modos de conduta, ocasionada pela noção de realidade fornecida por determinadas saberes (KASTRUP; BARROS, 2010).

Outro ponto que se deve salientar, é que a pesquisa genealógica, assim como esta pretendida genealogia-cartográfica, não necessariamente precisa ser realizada somente com seres humanos. Conforme, salientado anteriormente, a realidade sendo resultado das interações humanas e não-humanas, implica muito mais no posicionamento da relação pesquisador-pesquisado e de seu campo-tema.

Partindo do pressuposto que o cotidiano está em todo lugar, mais precisamente entendido como “micro-lugar”, Spink (2008) afirma que uma forma de exorcizar o fantasma da neutralidade, está na clareza de que qualquer que seja o cotidiano do pesquisador, o mesmo estará contribuindo para a produção de sentidos. Deste modo, o contato com o *folder* Curso Família Feliz, as leituras já realizadas no livro Desenvolvimento Humano, assim como em outros textos que versavam sobre família e cuidado, a cada contato, provocaram mais e mais rupturas no projeto original ao ponto de se permitir abandonar as entrevistas com alguma pessoa que exerce a atividade do cuidado.

Relacionado ao caso-pensamento da família-cuidado, pesquisar o campo-tema sugere muito mais num reposicionamento ético-político de quem pesquisa do que simplesmente “[...] sair da teoria e ir para a prática” (SPINK, 2008). Neste sentido, pesquisar documentos é pesquisar “[...] no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações”. (FOUCAULT, 1982, p. 07). Uma genealogia-cartográfica pode ser assim, uma forma de entrevista, que no seu sentido original, “entre vistas”, guarda a noção simétrica entre duas posições, isto é, uma certa simetria entre aquele que entrevista e aquele que é entrevistado.

<sup>16</sup> Os processos de lentificação podem ser compreendidos como a estabilização provisória entre os jogos de força reforçando a continuidade dos sujeitos aos posicionamentos tradicionais tal como na questão do gênero.



Por esta lógica, ancorando-se no conceito de implicação, poderia se atrever a dizer que, seja em entre-vista com um grupo de pessoas ou de documentos, de qualquer forma se contribui com a produção de conhecimento e com a produção de novos sentidos, mesmo é claro com efeitos e em níveis diferentes.

Problematizar a emergência e a proveniência dos discursos, considerando quais as condições que possibilitaram determinados saberes ao invés de outros, é uma tarefa ética de quem pesquisa revelando que a produção do conhecimento pode e deve funcionar como estratégia política de desembaraço de certas relações de dominação.

Justifica-se assim a necessidade de tomar o conceito família-cuidado, questionando outras possibilidades de se falar sobre o campo da família, sem tornar um conceito universal e invariável.

Uma genealogia-cartográfica poderia, assim, questionar os modos como documentos pulverizados no cotidiano sobre uma família-cuidado, ancoram-se de certa forma nos saberes psi no sentido de fornecedores de seus modelos de conduta. Dá-se então que a correlação entre regimes de verdade, normatizações e formas de subjetivação podem ser investigadas, tomando excepcionalmente as marcas identitárias como jogos de verdade que performam uma família-cuidado.

### **3.3 História da família-cuidado como acontecimento**

Frente às subjetivações pulverizadas no cotidiano sobre uma família-cuidado, seriam sujeitos meros observadores passivos? A Psicologia ou alguns teóricos deste campo seriam os maiores responsáveis pelas subjetivações? Foucault (2010), contrariando o conceito de alienação, levanta o questionamento sobre o que é o governo das almas: “Lá mesmo onde o constrangimento não está em jogo, lá mesmo onde a obrigação jurídica não está em jogo, é nesse domínio que a direção faz com que remeta-se à vontade do outro”. (FOUCAULT, 2010, p. 87). Direção, no entendimento do filósofo, está ligado ao governo das almas, o governo de si e dos outros.

Governo ou direção, segundo o autor, possuiria desta forma algumas características básicas: em primeiro lugar é que não existe cessão de vontade, pois não há renúncia à própria vontade, mas se quer o que o outro quer que eu queira. Neste sentido, os sujeitos das famílias-cuidado querem o que os *experts* querem que elas queiram. E sendo algo voluntário, não há cessão de vontade, como nas obrigações jurídicas, mas vontades coexistentes e inteiras.

Outra característica do governo de si e dos outros é que não havendo coerção, não há limites, onde famílias-cuidado são livres para não mais desejarem ser dirigidas ou serem dirigidas onde lhes for mais conveniente, imperando o princípio da liberdade (FOUCAULT, 2010).

Foucault (2010) acredita que ao invés de estrutura para o direcionamento de si e dos outros, o que há são técnicas que correlacionam vontades distintas, mas inteiras, onde o jogo é querer aquilo que o outro quer ou, no caso desta pesquisa, querer aquilo que os saberes psi querem. Isto aconteceria pelo fato de que a finalidade da direção é a própria direção, algo capaz de proporcionar certa relação consigo mesmo:

Por consequência, se chamarmos subjetivação à formação de uma relação definida de si consigo, pode-se dizer que a direção é uma técnica que consiste em ligar duas vontades de maneira que elas retem uma em relação a outra continuamente livres; de as ligarem de tal maneira que uma queria isso que quer a outra, mas isso com uma finalidade de subjetivação, quer dizer, de acesso a uma certa relação de si consigo. O outro e a vontade do outro são para mim aceitos livremente para que eu possa estabelecer de mim para comigo mesmo uma certa relação. É essa, me parece, forma geral que se pode dar a essa noção de direção. (FOUCAULT, 2010, p. 90).

Desta forma, ao realizar esta pesquisa, não se concebe um sujeito fundante, isto é, não se elege que Erikson, Freud ou outro teórico esteja no topo dos saberes psi de onde emanariam os conhecimentos transbordando ao campo de uma família-cuidado. Ao contrário, a análise aqui empreendida entende que mesmo os grandes autores psi são, antes de tudo, produtos de longos e conflitantes jogos históricos-políticos, fruto das condições do que se pôde ou não ser dito em sua época. Do mesmo modo que antes da Psicanálise era inconcebível correlacionar a sexualidade com modos de subjetivação, as noções eriksonianas de identidade feminina, contemporaneamente sofrem muito mais retaliação do que antes da ascensão dos movimentos feministas. As análises aqui empreendidas objetivam, antes de tudo, perscrutar os modos que as práticas psi fomentam uma certa ontologia de uma família-cuidado.

### **3.4 Pesquisa por processualidade**

Fica então a pergunta: para o acompanhamento destes processos e discursos sobre a família-cuidado, deve-se partir de onde? A cartografia orienta o pesquisador-cartógrafo a partir, não do “começo”, mas do meio, onde a imanência e não a transcendência deve ser privilegiada. Como os processos já estavam ocorrendo quando se empreende uma pesquisa, a processualidade remete que todos os momentos constituem a pesquisa, da produção de dados

a publicação dos resultados (KASTRUP; BARROS, 2010). A partir do pré-projeto com as avós a escolha pela família-cuidado ou da inicial técnica de entrevista ao método genealógico-cartográfico com materiais do cotidiano já ocorriam processos produção de dados e problematização. E mesmo focalizando agora os estudos para a questão da família-cuidado, a questão da avosidade acaba sendo inevitável a esta pesquisa:

A ‘hipótese avó’ é bem reconhecida pela ciência como o meio pelo qual a **evolução permitiu que as mulheres ao amadurecerem fossem avós e não mães de novas crianças**. Hoje em dia cresce o papel de avós como tutores dos netos, mas há também o outro lado da moeda: há situação em que os avós entram em conflito com os pais por ultrapassarem os limites de interferência na educação dos netos sem a concordância dos pais. Usando o bom senso, a chance de sucesso é grande: **avó tem que ser avó e mãe tem que ser mãe** (TEIXEIRA, 2008, s/p - grifos meus).

As materialidades aqui analisadas, tal como a “hipótese avó”, antes de serem exemplos coletados sobre uma família-cuidado universal, são colocadas em análise como agenciamentos dos efeitos de regimes de verdade/governo. Ao mesmo tempo em que descreve/subjetiva seus sujeitos, ao mencionar a hipótese avó, este artigo que se encontra na internet, além de abordar fisiologicamente a avosidade por meio da menopausa, as avós possuiriam mais tempo para cuidado dos descendentes, performam uma realidade fomentando as marcas identitárias de papel social, muito comum nas pesquisas em ciências humanas e sociais (SPINK, 2004).

Davies e Harré (1990) orientam sobre a substituição de papel social pelo termo posição social devido ao naturalismo intrínseco ao conceito. Tal como o conceito de identidade feminina, papel social remete a algo fixo, pronto e acabado, não conseguindo dar conta das múltiplas e paradoxais situações cotidianas (DAVIES; HARRÉ, 1990). Quando o autor enfatiza “avó tem que ser avó e mãe tem que ser mãe” significa, basicamente, dizer o posicionamento destas pessoas (SPINK, 2004).

Ao colocar em análise textos contemporâneos que fortalecem uma família-cuidado, problematiza-se também o próprio conceito de contemporâneo que, conforme Agamben (2009) se caracteriza justamente pela inatualidade e anacronismo com o que é habitual. Parafraseando o autor, não basta viver na mesma época dos textos escritos para deles ser contemporâneo, se faltar uma certa crítica intempestiva, certamente não é deles contemporâneo.

Ser contemporâneo daquilo que se analisa, de materialidades sobre uma família-cuidado é ter uma atenção cartográfica capaz de perceber a constante luta entre consolidadas

linhas enunciativas e novas linhas de fuga, não se deixando cegar pelas luzes de seu século – que Agamben (2009) lembra originalmente significar “*saeculum*” como tempo de vida. Ao invés disso, cabe ao cartógrafo, buscar enxergar o escuro dos textos de sua época, que ao colocá-los em análise, de certa forma, retira-os de sua opacidade característica.

Se o conhecimento é resultado de lutas e não descobre leis, mas as inventa como afirma Foucault (1999), cabe a genealogia-cartográfica colocar em análise materialidades aparentemente inócuas – um *folder* de curso religioso, uma letra de música, notícias veiculadas na internet – mas, que por serem apenas aparentes, são estrategicamente chamadas de documentos do cotidiano.

Foucault (1999) alega que a antinomia platônica que separou saber e poder, chamando-o de “o grande mito ocidental”, é o maior objetivo a ser alcançado a quem faz pesquisa. Para cumprir este objetivo, a política contida nas materialidades analisadas será uma vertente sempre retomada nesta pesquisa, já que podem ser tomadas como instrumentos políticos do cotidiano tanto subjetivando quanto sendo subjetivado por eles.

Conforme Kastrup e Barros (2010), a cartografia compreende que a produção de subjetividades possui como principais características a processualidade, o movimento e a transformação. Se a processualidade indica que se está sempre em “meio” ao processo de pesquisa, seja recebendo uma correspondência em casa ou visitando páginas da internet, o método cartográfico implica numa prática cotidiana ao invés de uma aplicação particular.

Outra questão da produção de subjetividades refere-se ao entendimento da função dispositivo que a cartografia trabalha. Entendendo o dispositivo como “[...] estratégias de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”. (FOUCAULT, 1979, p. 246), estas estratégias compreendem o conjunto heterogêneo entre o dito e o não dito, possuidoras de um jogo que tem como função principal a resposta de urgências. Neste sentido o Estatuto das Famílias não é apenas um documento isolado, mas uma resposta a urgências, provocando um movimento político em várias direções.

Para a cartografia, a função do dispositivo ocorre em três movimentos-funções. O primeiro movimento-função é o de referência, um dispositivo que funciona com certa regularidade que pouco varia em sua repetição devido ao efeito de suas práticas (KASTRUP; BARROS, 2010). Para onde desviariam as práticas psi que ainda operam fora de uma perspectiva de gênero, se não fossem os primeiros estudos ericsonianos sobre identidade feminina servindo de referência ao colar “cooperação” ao conceito de identidade feminina?

A explicitação das linhas emerge como o segundo movimento-função à cartografia. Esta se refere às linhas do processo de produção em que ocorre efetivamente a exploração da

pesquisa, tal quando se usa o conceito de família-cuidado: “Utilizamos aqui a noção de explicitação de maneira ampliada, explorando a potência que os processos de devir-consciente possuem de produzir subjetividades”. (KASTRUP; BARROS, 2010, p. 83).

Da confluência das funções referência e de explicitação pode surgir o movimento-função de transformação-função. Ao acionar o que escapa da repetição, como o Estatuto das Famílias, este movimento produz efeitos de produção transformando a realidade e questionando os conceitos tradicionais sobre a família. Conforme Kastrup e Barros (2010), paradoxalmente, a função de referência ao criar seus territórios, possibilita também contornos passíveis de serem experimentados produzindo uma desterritorialização, tal como nas marcas identitárias que ao afirmar um conceito produz outra série de conceitos-negações: se família é cuidado, não é isso ou aquilo outro.

Outra característica da abordagem cartográfica é sua perspectiva geográfica, pois acompanha processos simultâneos, que aqui incluem livros acadêmicos, *blogs* pessoais, ou seja, processos transversais que possibilitam acompanhar múltiplos movimentos. Transversalidade esta que permite dizer afirmar que são as materialidades sobre uma família-cuidado, muitas vezes pulverizadas no cotidiano e, de certa maneira, peformadas por modelos psi, que fortalecem uma ontologia do presente.

Proveniente das pesquisas foucaultianas sobre a história da sexualidade, bem como dos estudos cartográficos em que se reflete em termos de desnaturalização dos fenômenos sociais, traça-se a partir deste momento, algumas linhas genealógico-cartográficas, que podem ser tomadas como os eixos de trabalho desta pesquisa. A fim de problematizar a evidência desta família-cuidado, neste primeiro eixo será discutido um traçado histórico-político sobre o tema analisado, bem como algumas condições que possibilitaram tornar a família um enunciado de cuidado mediante suas implicações articuladas ao campo da saúde.

## 4 A LINHA FAMÍLIA-CUIDADO E O CAMPO DA SAÚDE

Neste capítulo, se objetiva acompanhar algumas linhas históricas e políticas que tecem um diagrama sobre esta atual família-cuidado. Como efeito de herança, o conceito de desestrutura familiar capturado de uma notícia – dentre inúmeras outras disponíveis pela internet, inicia estas problematizações:

A desestruturação familiar é o fator que mais leva os jovens para o caminho das drogas. Quem garante é o professor Cornélio Schwambach, do Colégio Bom Jesus, que falou sobre o assunto para educadores num encontro nacional, ontem em Curitiba. Este foi o resultado de uma pesquisa feita por ele para a sua tese de mestrado, em 2001. Para Cornélio a escola tem um papel muito importante para mudar este quadro, já que a família não está conseguindo cumprir sua parte (PARANÁ ON LINE, 2002).

Em suas pesquisas sobre o desenvolvimento da medicina, Foucault (1979) concluiu ter havido dois grandes modos de medicalização no ocidente: o primeiro teve como foco a lepra e vigorou principalmente do século XVI ao XVII, onde a exclusão purificava seus doentes pelo método médico-político da quarentena. Contudo, segundo o filósofo, a partir do século XVIII, mesmo com a constante aglomeração humana nas cidades, a mortandade causada pela peste, tornou a vida humana valiosa perante os ideais da Revolução Industrial.

Como urgência histórica forjou-se neste período discursos científicos, tanto pelo da polícia médica e da medicina social conferindo aos médicos o título de especialistas na administração dos espaços coletivos, quanto saberes como a estatística e a demografia, possibilitando a sofisticação da quarentena numa higiene pública na forma da vigilância e do controle de um novo conjunto, agora denominado de corpo populacional (FOUCAULT, 1979). Ao conformar um discurso biomedicalizante sobre a população, a família entendida como seu núcleo, ocupa cada vez mais uma posição estratégica de governo.

Proveniente deste discurso biomedicalizante, encontra-se pulverizado nos mais diversos discursos, sejam religiosos, jurídicos, psicológicos dentre outros, o enunciado de desestrutura familiar, como uma desestabilização da essência de uma família-cuidado, tendo como uma de suas piores consequências a capacidade de afetar negativamente a saúde de seus membros. Contudo, cartograficamente percebe-se que ao ancorar-se no conceito de desestrutura familiar, apenas uma configuração de família, uma família-cuidado, emerge como evidência histórica, onde seu “papel”, sua “identidade” é o cuidado.

Os discursos costurados por enunciados de famílias desestruturadas apresentam, não apenas como domínios de realidade a série que une família-cuidado-saúde, mas a possibilidade de se oferecerem como ofertas ao governo sobre a vida. Biopoder foi o termo cunhado por Foucault (1977) para estas problematizações sobre a apropriação das tecnologias, particularmente as biomédicas, sobre os modos de existência, objetivando o melhor aproveitamento dos corpos.

As taxas de reprodução, de nascimentos, de morbidades, de óbitos assim como as doenças e as pestes passam a ser objeto de permanente vigilância, enfim, heterogêneos fenômenos universais e acidentais passam a fornecer diversos critérios de normalidade (1999b). Tudo o que escapa da norma e que pode vir a reduzir a produtividade de um modelo desejável de população e das famílias, na perspectiva da biopolítica se torna um problema a ser antecipado e prevenido.

Por meio da vigilância e do controle, pouco a pouco a família tornou-se medicalizada e medicalizante, tendo como peça fundamental neste processo de normatização a relação corpo-saúde especialmente com a emergência do privilégio da infância:

O retângulo pais-filhos deve se tornar uma espécie de homeostase da saúde. Em todo o caso, desde o fim do século XVIII, o corpo sadio, limpo, válido, o espaço purificado, límpido, arejado, a distribuição medicamente perfeita dos indivíduos, dos lugares, dos leitos, dos utensílios, o jogo do "cuidadoso" e do "cuidado", constituem algumas das leis morais essenciais da família. E, desde esta época, a família se tornou o agente mais constante da medicalização. A partir da segunda metade do século XVIII ela foi alvo de um grande empreendimento de aculturação médica (FOUCAULT, 1979, p. 199-200).

Como estratégia de controle social, o discurso medicalizante torna-se um campo de justificativas e códigos morais que passam a agir no nível da vida cotidiana da população, o qual não tem como foco propriamente a cura, mas fundamentalmente a organização do tecido social a partir de regras de conduta e regras arquitetônicas/administrativas (FOUCAULT, 1979). Mas de que modo a relação corpo-saúde e o privilégio da infância foram articuladas de modo a tornar a família num enunciado de cuidado? A sexualidade, ou melhor, o governo pela sexualidade pode auxiliar a compreender estas articulações.

#### 4.1 Do governo pela sexualidade a confissão das desestruturas

Foucault (1977) sustenta que o governo da população por meio do controle sobre o corpo humano tornou o saber sobre o sexo, e não o ato propriamente dito, o foco de disputa do poder desde o século XVII. O corpo, objeto por excelência das práticas biomedicalizantes, lenta e sutilmente sexualizou-se como estratégia de regimes do saber.

Ao articular a forma de manifestação e produção de verdades nos documentos cotidianos, não como algo neutro e “transcendental”, mas uma relação agonística, de relações de poder, por meio de uma genealogia-cartográfica parece possível considerar sua força política. E foi por meio de pesquisas em documentos cotidianos sobre as técnicas de confissão que Foucault (2003) conseguiu analisar a proveniência e a emergências de diversas formas de controle sobre a vida.

De acordo com esse autor, a Igreja usou de meios confessionais a fim de expurgar os chamados pecados da carne. A confissão consistiria na técnica de alcançar a verdade sobre todos os atos que escapavam aos códigos cristãos visando o arrependimento e consequente absolvição:

A tomada do poder sobre o dia-a-dia da vida, o cristianismo a organizara, em sua grande maioria, em torno da confissão: obrigação de fazer passar regularmente pelo fio da linguagem o mundo minúsculo do dia-a-dia, [...] ritual de confissão que aquele que fala é ao mesmo tempo aquele de quem se fala; apagamento da coisa dita por seu próprio enunciado. [...] O Ocidente cristão inventou essa surpreendente coação. (FOUCAULT, 2003, p. 212-213).

O filósofo chama a atenção que se deve ter com os acidentes e desvios da proveniência dos discursos e o que eles proporcionam aos acontecimentos. A confissão, mesmo tendo origem heterogênea nas práticas religiosas, passou a retirar da penumbra os discursos, regendo o que podia e o que não podia ser dito (FOUCAULT, 1979), dando inclusive, condições de possibilidade para os atuais instrumentos de pesquisa científicos.

Como orelha do poder, as práticas confessionais não apenas suscitaram o olhar vigilante sobre os comportamentos cotidianos, como se aprimoraram as estratégias de regulação e controle social, lançando inclusive as bases para a inauguração de novas formas de saber, inclusive as biomedicalizantes. (FOUCAULT, 2003).

Mas como as técnicas de confissão, antes relegadas aos imaculados confessionários, tornaram-se um instrumento laico e próprio do controle social, especificamente sobre uma família-cuidado? Foucault (2003) argumenta que a partir do aperfeiçoamento da confissão



oral para os registros escritos, transformando vozes espaçadas e soltas num acumulado múltiplo e passível de quantificação e controle foi o principal efeito destas estratégias.

De certo modo, é possível cartografar como as rústicas confissões orais ao passarem para a forma escrita na modalidade do inquérito foram proveniências para que hoje o cotidiano das famílias-cuidado seja tranquilamente invadido pelo olhar biomedicalizante do biopoder, indo de organismos estatísticos a profissionais da saúde. Como instrumentos reguladores, de uma determinada população, o Guia de Cadastramento Único de Famílias Indígenas se constitui como alguns dos efeitos destas estratégias de inquérito.

Através da quantificação e do controle, o filósofo entende que no ocidente ninguém mais do que a Psicanálise pode ser considerada tão determinante para o apogeu das técnicas de confissão/inquérito. Ao articular a triangulação edipiana – pai-mãe-filhos – ao descobrimento dos traumas, ou seja, ao tornar a confissão como uma técnica de saúde, os estudos freudianos não apenas provocaram a rediscussão sobre a subjetividade, como possibilitaram todo um aperfeiçoamento da produção de verdade no ocidente se estendendo inclusive ao senso comum (FOUCAULT, 2003).



“Adesivo de carro” (2011)

Espalhado em *blogs*, *e-mails* e em outras materialidades, é possível cartografar o conceito de uma família desestruturada traçando linhas enunciativas em volta de certo binarismo. Numa primeira análise, uma linha de dizibilidade dá os contornos de uma família estruturada, em que se prevalece uma “saúde” tanto financeira quanto emocional. É possível por meio desta materialidade, também perceber uma grande ressonância na definição de saúde da Organização Mundial da Saúde, como “[...] um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças” (BRASIL, 1977). Em oposição dicotômica, na família desestruturada, além do maior número de filhos e gravidez na adolescência, dificuldades financeiras e problemas com álcool e tabagismo caracterizam sua configuração de patologia. Uma ontologia formada por uma família desestruturada parece ser composta por uma linha enunciativa muito forte que correlaciona diretamente doenças/enfermidades e condições sócio-econômicas.

Como regular esta família desestruturada? Ao contrário do entendimento desta pesquisa, esta parece ser uma questão implícita as tecnologias biomedicalizantes. E mesmo o conceito de desestrutura familiar se encontrando ultrapassado academicamente, pode ser em cima desta vontade de “estruturar” as famílias um dos motivos das mais variadas tecnologias biomedicalizantes capturarem sustentações de verdades tanto no meio religioso, jurídico, pedagógico e nos saberes psi, servindo-se inclusive como ofertas de serviço ao Estado. E são principalmente pelas técnicas de inquérito e de exame e sua relação com a verdade, que estes saberes são executados.

Foucault (1999a) ao problematizar a naturalização da verdade, aponta que mesmo o procedimento de inquérito tendo origem heterogênea, por volta do século XII, ao substituir o flagrante delito no campo jurídico torna-se a principal forma de conhecer a verdade no ocidente. O autor defende que com a emergência de regular a riqueza produzida pelas populações a partir dos séculos XVII e XVIII, possibilitam que por meio da autenticação da verdade mediante o inquérito o nascimento de diversas ciências empíricas, inclusive a Medicina.

Com a necessidade de um maior controle biopolítico da população, o inquérito como verificação daquilo que foi feito não deixa de existir, mas cede sua centralidade as técnicas de exame ancoradas em torno da normalidade:

Ele se ordena em torno da norma, em termos do que é normal ou não, correto ou não, do que se deve ou não fazer. Tem-se, portanto, em oposição ao grande saber do inquérito, [...] um novo saber, de tipo totalmente diferente, um saber de vigilância,

de exame, organizado em torno da norma pelo controle dos indivíduos ao longo de sua existência (FOUCAULT, 1999a, p. 70).

Tendo como objeto a regulação biopolítica dos corpos, é por meio do exame de uma família nuclear que o século XIX assiste a emergência de diversos saberes: “[...] tais formas de análise deram origem à Sociologia, à Psicologia, à Psicopatologia, à Criminologia, à Psicanálise” (FOUCAULT, 1999a, p. 12). Além disso, possibilitou também o entrelaçamento das ciências empíricas como a Medicina com a Psicologia no que tange regimes de verdade e formas de condução da conduta familiar.

Neste sentido, inquirir e examinar, ou seja, verificar aquilo que as famílias fizeram e como estas famílias estão fazendo perante os critérios de normalidade, passa a ser objeto de diversos saberes que possibilitam levantar indicadores como renda e classe social fornecendo a uma razão de Estado a possibilidade de intervir ou não com políticas sociais.

A fina linha que separa uma família estruturada de outra desestruturada pode assim ser cartografada quando as famílias passam a ser articuladas ao seu nível de independência do Estado. A cartografia possibilitada é que, tanto mais uma família será estruturada quanto menos depender dos suportes sociais, tendo em vista a positividade dos indivíduos, ou seja, detentores de alguma autonomia para recorrer a iniciativa privada quando necessário.

Sob a ótica neoliberal, as famílias desestruturadas oneram o Estado e, conseqüentemente, todos aqueles que pagam impostos, pois dependem dos recursos públicos e de políticas sociais, se tratando de indivíduos negativos despossuídos da propriedade de si mesmos (CASTEL; HAROCHE, 2001).

De igual modo, a articulação da temática reprodutiva das famílias – natalidade, casamentos, divórcios e óbitos – com a saúde da população, uma série reprodução-saúde-economia se forja. Tendo no discurso da sexualidade o modo de intervir no controle da população, as famílias também podem ser taxionimizadas de desestruturadas quando há um excesso de filhos.

Para Foucault (1977), foi proveniente as teorizações do modelo sexo-saúde, inaugurados pela Psicanálise, que se consolidaram o principal dispositivo do poder sobre a vida: a sexualidade. Em sua obra “A história da sexualidade I”, o autor explica que três elementos no discurso científico foram cruciais para o estabelecimento do dispositivo da sexualidade no ocidente: a) ao transformar o sexo como acesso a própria inteligibilidade e a verdade por meio da Psicanálise; b) ao ampliar as justificativas científicas sobre as condutas de reprodução e; c) a hipótese repressiva (FOUCAULT, 1977).

O discurso da repressão ocidental do sexo ou hipótese repressiva, na verdade foi apenas parte do ocultamento do que o autor chama de monarquia do sexo:

[...] onde hoje vemos a história de uma censura dificilmente suprimida, reconhecer-se-á, ao contrário, a lenta ascensão, através dos séculos, de um dispositivo complexo para nos fazer falar do sexo, para lhe dedicarmos nossa atenção e preocupação, para nos fazer acreditar na soberania de sua lei quando de fato, somos atingidos pelos mecanismos de poder da sexualidade. (FOUCAULT, 1977, p. 148).

Se por um lado a identificação da masturbação como precocidade da sexualidade nas crianças e o corpo histórico da mulher permitiu as regulações biopolíticas da população, por outro os controles de natalidade e a psiquiatrização das perversões sexuais contribuíram com as disciplinas anátomo-políticas sobre o corpo (FOUCAULT, 1977).

Foi de forma lenta e gradual, conforme o autor, que o ocidente moderno articulou a sexualidade como um problema familiar. Foucault (2003) argumenta que concomitante ao nascimento do problema da população emerge também a individualização dos corpos, possibilitando uma biopolítica ao mesmo tempo totalizante e individualizante, como racionalidade de governo dos Estados modernos, que substitui de vez o antigo modelo soberano do causar a morte ou deixar viver por um causar a vida e devolver a morte.

Em seu curso intitulado “Os anormais” (2001) Foucault estuda os modos que os regimes de verdade da psiquiatria do fim do século XVIII, forjam a emergência da categoria da criança masturbadora, cujo ato passa a ser considerado etiologia de múltiplas enfermidades, o que intima a família como instituição fundamental para seu controle ao mesmo tempo em que tal categoria se torna proveniência para as atuais categorias de anormalidade/deseestrutura.

No entanto, o que torna o conceito um verdadeiro problema não está somente em adjetivar alguns indivíduos ou algumas famílias de anormais ou desestruturadas, mas reside na sua intrínseca condição de perigo social, como uma chaga a ser extirpada.

A relação anormal-perigoso, para Foucault (2001) se efetiva quando os saberes psiquiátricos, ainda em constituição e sensíveis pelo problema jurídico da dificuldade de julgar os crimes sem interesse, conseguem capturar estes casos que escapavam tanto do domínio da razão quanto da loucura, isto é, do campo jurídico e psiquiátrico, respectivamente. Isto ocorre quando alguns inquéritos psiquiátricos conseguem deslocar a clássica definição de loucura como demência ou ausência de razão para uma loucura móvel por meio da noção dos instintos. Com o desenvolvimento deste conceito se vê nascer uma série de problemas que somente esta especialidade afirma ser capaz de examinar:

É patológico ter instintos? Dar livre curso a seus instintos, deixar agir o mecanismo dos instintos, é uma doença ou não é uma doença? [...] Existem instintos que seriam instintos anormais? É possível agir sobre os instintos? É possível corrigir os instintos? Existe uma tecnologia para curar os instintos? É assim, vocês estão vendo, que o instinto vai se tomar, no fundo, o grande tema da Psiquiatria. (FOUCAULT, 2001, p. 166).

Tendo esta proveniência, o problema dos instintos passa a ser um vetor que dará condições de possibilidade para que mais tarde os saberes psi tornem-se as ciências do comportamento, constituindo critérios de normalidade/anormalidade. O que é normal e anormal às famílias? É normal as figuras femininas serem mais cuidadoras que as masculinas? E as famílias pobres terem muitos filhos, não é perigoso? Conceitos tradicionais como identidade e papel social serão algumas das análises fornecidas generosamente pelos discursos psi.

Um dos efeitos desta vontade de normalizar dos saberes psi pode ser a pulverização de inúmeros discursos que anunciam como perigo iminente estas famílias desestruturadas, restando, portanto, aos regimes de verdade que defendem uma desestruturação familiar, prevenir esta enfermidade anunciando seus sintomas em *folders*, *e-mails* e outras materialidades. É assim que as regulações biopolíticas e disciplinares distribuídas em inúmeras materialidades do cotidiano servem-se de certo modo de uma saudável família proposta pelos saberes psi como modelos do eu, disseminando inclusive quais as condutas de reprodução desta família-cuidado. Um filho e um cão, como unidades de investimento, parecem ser normais para um excelente cuidado sócio-econômico – observado nas famílias características das campanhas publicitárias, em que a família se resume a um pai, uma mãe e um filho.

Em contraste, a família desestruturada, conforme a imagem capturada, não apenas exemplifica, mas performa que nestas famílias prevalece um “descontrole” de natalidade, pois o número de membros desta seria proporcional as suas mazelas. Como estratégias sobre o corpo, tomadas aqui como corpo-saúde, compreende-se pelos estudos foucaultianos tais regulações, como as grandes diretrizes políticas sobre a viver.

E por que o corpo, e especificamente o sexo? No entendimento de Foucault (1979), a proveniência se inscreve a tudo o que se refere ao corpo, como lugar dos acontecimentos mais sutis e singulares, mas que possibilitam novas articulações. Já o sexo rege-se por uma lógica ainda mais simples: “[...] o sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie”. (FOUCAULT, 1977, p. 80).

Percebe-se que o controle biomedicalizante sobre a vida, por meio do dispositivo da sexualidade, possui uma profunda relação sobre uma família-cuidado e suas formas de manutenção. Segundo o autor, o termo dispositivo é utilizado por suas características de acesso ao corpo e a vida, e constitui-se como: a) um conjunto heterogêneo entre o dito e o não dito; b) um jogo de mudanças de posições e de funções; e c), tendo como objetivo principal a resposta a uma urgência histórica: “O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”. (FOUCAULT, 1977, p. 246).

Ao lançar a palavra-chave “família desestruturada” num mecanismo de busca da internet, torna-se possível perceber o quanto o conceito continua servindo de subsídio aos mais diversos campos de saber. Das ciências psi às ciências jurídicas passando pelo campo da educação e da saúde, dos 117.000 resultados o termo é facilmente encontrado desde como justificativa para o chamado “fracasso escolar” no campo da Educação até em processos envolvendo adolescentes em conflito com a lei no campo jurídico.

Sendo o corpo-saúde, um alvo estratégico nas regulações biopolíticas e disciplinares desta família-cuidado, a saúde torna-se um conceito operatório dessa ontologia da família-cuidado, constituindo o próximo objeto de análise.

#### **4.2 O agonístico campo da saúde na proveniência de uma família-cuidado**

Para Foucault (1977) a população, a cidade e a família são, somente após o século XVIII, os corpos a serem monitorados e higienizados. Somente com a emergência de uma razão de Estado como campo de justificativas para o gerenciamento da vida pelo Estado e a consolidação do saber médico-político na administração das cidades, a saúde da população e seu conjunto (natalidade, morbidade, mortalidade, pobreza...) entram definitivamente nos jogos de verdade do biopoder, tornando-se proveniência para uma família-cuidado.

Mas de que modo o campo da saúde ao invés de ser tomado como acontecimento, transformou-se ao longo do tempo num objeto naturalizado, ao ponto de cuidado, saúde e família comporem uma série única?

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à

convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, Art. 227).

Conforme Pinto (1999), as Constituições brasileiras – que ao todo foram oito em duzentos anos de história –, ao mesmo tempo em que reordenam as instituições e seus pactos regentes, rearranjam também as relações de força dos grupos sociais que constituem a sociedade. A Constituição Federal de 1988, como parte da economia geral do poder, tem em seu artigo 227 um instrumento do exercício de poder que determina o cumprimento desta série cuidado-saúde-família. Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005) fazendo uma análise do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que se ancora nas determinações desta Constituição, argumentam sobre tamanha responsabilidade incumbida à família, em especial as mais pobres, se se considerar que muitas vivem abaixo da linha da pobreza: “[...] como as famílias poderiam assegurar os direitos de acesso à saúde, educação, alimentação, esporte e lazer, conforme disposto no artigo 4º? Quem está sendo negligente? A família ou o Estado?” (BRASIL, 2005, p. 47).

Portanto, o campo da saúde se apresenta relevante a discussões sobre esta família-cuidado. Foucault (1979) já havia observado que foi por meio do controle sobre a saúde que a medicina galgou um notório espaço entre as demais ciências e no final do século XVIII, sua influência política no ocidente foi tão grande nas formas de convivência das cidades ao ponto de forjar as bases de toda a saúde pública ocidental.

Utilizando-se do discurso universalista das ciências naturais, como uma estratégia do biopoder sobre a vida, as práticas biomedicalizantes sutilmente tornaram-se o principal modelo explicativo da ciência, ultrapassando inclusive seu privilegiado campo, a saúde, alcançando outros campos de saber (BIRMAN, 2005). Tal universalização, que toma como enfoque uma identidade única na forma de uma família-cuidado, passa a servir de baliza a todas e quaisquer configurações familiares, na qual a desestrutura passa a ser uma diferenciação natural.

Birman (2005) afirma que dois grandes fatores foram fundamentais para a consolidação das perspectivas naturalistas/biomedicalizantes: o primeiro refere-se ao discurso calcado nos argumentos biologicistas, onde por meio de uma lógica causa-efeito, seriam suficientes não só para sanar os problemas da saúde, como também as questões sociais e econômicas.

O outro grande fator foram os surtos epidêmicos que permitiam práticas higienistas por meio do esquadrinhamento urbano e social, acrescentando ainda mais popularidade à

eficiência médica (BIRMAN, 2005). Na proveniência das séries que compõem a família-cuidado, a correlação famílias pobres e enfermidades são alguns dos transbordamentos destes fatores.

Mas além da correlação enfermidade-pobreza a desestrutura também se compõe por outras séries como enfermidade-carência afetiva: “A ausência dos pais, pais separados cria no adolescente a sensação de vazio. A droga compensa a carência afetiva”. (PARANÁ ON LINE, 2002) e seriações que correlacionam enfermidade-incredulidade “[...] Se a fé cristã fosse cultivada em todos os lares, não existiria rebeldia por parte dos filhos, nem delinquência juvenil, nem uso de drogas, nem prostituição, muito menos os males por estes causados” (CURSO FAMÍLIA FELIZ, s/d). Pobreza, carência afetiva e incredulidade são algumas linhas cartográficas nas composições que a enfermidade/desestrutura se apresenta. E é para estruturar as famílias que os esquadrinhamentos biomedicalizantes se justificam estabelecendo as relações de causa-efeito destas enfermidades.

Outro importante momento que ressalta a saúde longe de ser um objeto natural, mas forjada em acontecimentos repletos de relações agonísticas, conforme Martins (2008), ocorreu na década de 50, quando as perspectivas biomedicalizantes se ampliam com o lançamento do Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais, o DSM.

Ancorado numa nova estratégia de tornar universal e técnico o discurso sobre a saúde, o foco passa a ser o campo somático, convertendo grande parte destes saberes em discursos anatômicos e neurofisiológicos (MARTINS, 2008). Os corpos-saúde passam assim, a ser meticulosamente esquadrinhados com seu foco nas “anormalidades”, composição semelhante aos atuais discursos das famílias desestruturadas.

Martins (2008) aponta que a psiquiatria biológica na busca de retomar o campo dominado pelas abordagens humanistas, restringe o “falar sobre”, ou seja, despe todo o histórico do paciente deixando apenas um corpo a ser observado. Com este corpo-saúde, um “neo-biologicismo” passa a ser ancorado nas disciplinas neurofisiológicas:

[...] retira do sofrimento seu significado íntimo e pessoal e transforma a dor em um problema técnico. A submissão à regulação faz com que a população recorra sem cessar a consumos (de medicamentos, hospitais, serviços de saúde mental etc.) cuja produção é monopolizada pela instituição médica (MARTINS, 2008, p. 333).

Para Bauman (1999) toda esta racionalidade e tecnicismo presente na ciência contemporânea são resquícios do que ele chama de “projeto moderno”, onde para alcançar a sociedade ideal se constituirá necessário tornar previsíveis os fenômenos sociais. Este



discurso teria sua proveniência nas ciências naturais que, conforme Bauman (1999), tomam a “natureza humana” como um objeto pronto, sendo suas ambivalências controladas mediante categorizações. Assim, pretendendo eliminar tudo o que é imprevisível e anormal, os discursos eugênicos e racistas teriam emergido como alguns dos efeitos destas naturalizações.

Levitt e Dubnet (2005), no *best-seller* “*Freaknomics*”, correlacionaram como a legalização do aborto num determinado período acarretou na diminuição dos índices de criminalidade em anos posteriores. Após explicarem como uma solicitação individual para a realização do aborto desencadeou numa lei estendida a todo o país, os autores defendem que mais do que quaisquer políticas públicas de segurança, os abortos foram os principais fatores de redução dos crimes nesta nação:

Ora, pobreza na infância e um lar com pai (ou mãe) ausente são dois importantes previsores de futuro comportamento criminoso. Como a maioria dos cerca de um milhão e meio de mulheres que abortaram, anualmente, utilizando-se da legalização eram pobres, adolescentes e solteiras, era de se esperar que, caso aquelas crianças tivessem nascido, o número de criminosos quinze a vinte anos à frente teria sido maior. Logo, a redução da criminalidade teria sido um bônus, não previsto, da legalização do aborto. Usando **técnicas estatísticas sofisticadas**, Levitt estima que a legalização do aborto explica cerca de metade da queda do nível de criminalidade nos Estados Unidos entre 1990 e 2000. (LEVITT; DUBNET, 2005, p. 6, grifo meu).

Contudo, a legalização do aborto, menos que um “bônus” na diminuição da criminalidade como defendem os autores implica, sobretudo, na perigosa correlação pobreza-criminalidade, justificando tanto um controle biomedicalizante quanto um discurso de melhoramento genético principalmente sobre as famílias pobres. Consoante a esta questão, Gaudenzi (2009), afirma que medidas autoritárias sobre as políticas de saúde, tornam-se cada vez mais comuns justamente por se ancorarem nas ciências epidemiológicas e estatísticas.

Vale ressaltar que ao invés de compreender as premissas de Freakonomics como exemplos que representam a realidade, constituem antes de tudo como dispositivos que performam a realidade, isto é, dispositivos que sustentam e fortalecem determinados discursos ao invés de outros.

Em outro trecho continuam os autores Levitt e Dubnet, (2005, p. 15-16, grifo meu):

Acontece que, quando se trata de criminalidade, nem todas as crianças nascem iguais. Ou mesmo parecidas. **Décadas de estudo** demonstraram que uma criança nascida em um **ambiente familiar adverso** tem muito mais probabilidade que outras de se tornar um bandido.

É possível cartografar que o termo “décadas de estudo” constitui-se, de certa forma, num discurso neutro já que exige o posicionamento político do autor que nada faz além de demonstrar “fatos da realidade”. No entanto, são justamente os discursos esparsos e aparentemente desconectados que nutrem uma razão de Estado (FOUCAULT, 2008). Um dos efeitos desta forma de discurso é a responsabilização do “ambiente familiar adverso”, pulverizado como “problemas de famílias desestruturadas”, como principal responsável pela violência e criminalidade, individualizando e reduzindo a complexidade das injustiças e das desigualdades econômico-sociais.

Se ao invés de tomar a história da saúde como um evento linear e natural e passar a concebê-la como um acontecimento heterogêneo repleto de disputas e interesses, torna-se possível compreender como o controle sobre mecanismos da saúde das populações e de uma família-cuidado se constitui numa das principais estratégias da arte de governar.

Segundo Foucault (1979) com a medicalização noso-política no século XVIII, a emergência do biopoder se forja a partir de três grandes fatores: a) justificando-se pela necessidade de se evitar novos surtos epidêmicos, o Estado passa a centralizar não apenas o campo da saúde, mas todos os problemas da cidade, inclusive os cotidianos, tornam-se objetos de uma maciça observação e controle; b) Para dar conta destes objetivos, novos saberes como a demografia e a epidemiologia emergem, concomitantemente a controles regulatórios sobre o aleitamento e as amas-de-leite, permitindo assim; c) o estabelecimento dos aparelhos do poder na observação e controle dos corpos (FOUCAULT, 1979).

Nesta centralização dos problemas, emergência de novos saberes regulatórios e o estabelecimento de aparelhos de poder, o biopoder de modo sutil se forja mediante algumas estratégias noso-políticas. O corpo das cidades – com higiene e controle social da arquitetura urbana –, o corpo populacional – com as estimativas sociais sobre a longevidade e a saúde –, e o corpo familiar – com o cuidado com os corpos em crescimento – como estratégias de governo, concebem a família como o principal objeto da governamentalidade (FOUCAULT, 1979).

E por que a família? Na obra “História Social da Criança e da Família”, Ariès (1978) em seus estudos sociais e iconográficos apontam a infância como produto de uma longa e demorada invenção social, que se inicia somente no século XIII. Foucault (1979) entendeu que somente com a articulação da crescente necessidade de mão-de-obra mediante a Revolução Industrial e conseqüente mortandade causada pelas pestes, a vida humana, e especificamente a criança, torna-se efetivamente valiosa. A partir deste momento emerge o privilégio da infância, onde as crianças passam a ser compreendidas como potenciais adultos,

tornando a família a principal responsável, se não econômica ao menos moral, pelo cuidado à sua saúde a fim de garantir futuros e produtivos adultos (FOUCAULT, 1979).

Com a emergência destes novos objetivos e saberes no século XVIII, os hospitais não conseguiam acompanhar as transformações sociais e apresentavam tantos problemas – de ordem administrativa, financeira e de higiene – que se começou a questionar sua necessidade de existência (FOUCAULT, 1979). Proveniente da necessidade de substituir ou pelo menos modificar a figura dos hospitais, a família, que com o privilégio da infância, tornara-se responsável pelo crescimento saudável dos corpos, emerge como estratégia ímpar, visto que na hospitalização a domicílio os cuidados serão individuais e principalmente não custosos ao Estado (FOUCAULT, 1979).

Se de início o hospital era a principal instituição assistencial aos pobres e a doença, sua função passa a ser de apoio, visto que a família medicalizada-medicalizante passava a ser “[...] constituída como primeira instância da saúde, à rede extensa e contínua do pessoal médico e ao controle administrativo da população”. (FOUCAULT, 1979, p. 205). Somente após estes acontecimentos noso-políticos, isto é, provenientes de toda uma política de subjetivação sobre as famílias, com a qual se articulou tanto a responsabilização pela criança quanto a substituição hospitalar que se emerge esta família-cuidado da qual os saberes psi, jornalísticos e do cotidiano utilizam em seus discursos.

Além destes fatores que possibilitaram a arte de governar mediante a medicalização da família, é preciso ainda somar a estes a emergência da política neoliberal. Tal necessidade se deve, desde meados do século XX, articulado ao gradativo discurso biomedicalizante da vida, a gestão da saúde como o novo parâmetro de ideal, onde os “novos desviantes” não são mais os loucos, mas todos aqueles que não cuidam da saúde de seus corpos, onde se inclui a saúde das crianças (ORTEGA, 2008).

Mas é preciso observar que até o século XX, saúde era tomada no sentido higienista, ou seja, apenas como sinônimo de ausência de doenças. As críticas a este modelo dicotômico se consolidaram somente em 1977, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) passa a definir: “Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças” (BRASIL, 1977).

Assim, ao passar do modelo saúde-doença para uma integração biopsicossocial, novas linhas de articulações se tornam possíveis, emergindo inclusive novos modos de intervir sobre esta família-cuidado.

### 4.3 Integração biopsicossocial ou fragmentação do corpo-saúde da família-cuidado?

Como tronco de uma raça, a conceituação de saúde se apresenta como estratégica nas agonísticas proveniências<sup>17</sup> em torno dos discursos e das práticas de uma família-cuidado.

Em 1964 Gerald Caplan lança nos EUA a obra “Princípios de Psiquiatria Preventiva”, que mais tarde se torna referência nas práticas psiquiátricas, tendo a prevenção da saúde mental das coletividades realizada por equipes comunitárias, seus novos pressupostos. (PENIDO, 2007).

As contemporâneas inserções de profissionais de saúde nos domicílios, justificado com vigilância e controle da saúde da população (LANCETI, 2009), por meio do cotidiano das famílias-cuidado, de certo modo possui sua proveniência das práticas contidas tanto nos enunciados de Caplan quanto nos da OMS.

De modo específico, foi George Engel em 1977, o primeiro teórico a sistematizar o modelo biopsicossocial inserindo o aspecto “psíquico” e “social” buscando suprir a defasagem que as perspectivas biomedicalizantes apresentavam (DE MARCO; CÍTERO; MARTINS, 2007). Conforme Spink (2007) as articulações provocadas neste campo teórico, concomitantemente afetaram as práticas, ampliando a oferta de especialidades nas áreas da saúde com o recrutamento de outros profissionais, de um lado pela Psicologia e do outro pelo Serviço Social.

Contudo, mesmo de início emergindo como uma crítica aos modelos da época, a inserção dos aspectos psicológicos e sociológicos, antes mesmo de trazerem uma maior integração de fatores conforme se propunha, o discurso biopsicossocial se essencializou como a “unidade” de trabalho no campo da saúde (PENIDO, 2007; TRAVERSO-YÉPES, 2001).

E de modo análogo a atualização ocorrida das práticas de inquérito para as de exame, as proveniências analisadas aqui possibilitam cartografar que alguns discursos biopsicossociais, além de estarem ancorados nos discursos biomedicalizantes por meio de práticas de normatização, possibilitaram todo um aperfeiçoamento no modo de capturar as práticas que escapavam do discurso biomédico.

Ao abordar a questão pelo viés da Psicologia da saúde o tema se complexifica: “Se psicologia da saúde é definida como campo, ela não seria exclusividade do psicólogo, da mesma forma que psicologia médica, interconsulta e psicossomática não deveriam ser exclusividade de médicos ou outros profissionais” (DE MARCO, 2003, editorial). Na prática,

---

<sup>17</sup> Agonísticas proveniências remete a quão múltiplas e contraditórias podem ser a constituição dos discursos.

mesmo já ancorada no discurso biopsicossocial, quando a Psicologia se inseriu no contexto da saúde pública sua prática ficou relegada às atividades da área “mental”, ainda operando numa perspectiva biomédica (SPINK, 2007; TRAVERSO-YÉPES, 2001).

É preciso salientar que de modo algum se questiona as contribuições que o modelo biopsicossocial trouxe aos estudos das ciências humanas e sociais e ao campo da saúde. O que esta análise pretende é problematizar o modo como a fissura aberta pela definição “biopsicossocial” no campo da saúde, foi sendo forjada até se tornar outro modo de fragmentar as possibilidades de existência, inclusive no cotidiano das famílias.

Ao invés de fissura, antes parece ter havido um deslocamento de boa parte do discurso biomédico para o biopsicossocial conforme as análises de proveniências realizadas. Isto talvez possa ser melhor explicitado quando se observa que as práticas em saúde ao mesmo tempo em que tiveram ampliadas suas ofertas de serviço, também possibilitaram normalizar a vida cotidiana e as formas de viver agora por meio de um tricotômico discurso corpo-mente-ambiente (TRAVERSO-YÉPES, 2001).

***Todas as gestantes precisam de cuidados, mas algumas delas  
precisam de atenção redobrada.***

*São as gestantes que:*

- *Têm menos de quatro anos de estudo.*
- *São adolescentes.*
- *Não têm companheiro.*
- *Têm mais de 35 anos de idade.*
- *Tiveram complicações em gravidez anterior.*
- *Têm alguma doença como aids, diabetes, anemia, sífilis, pressão alta, epilepsia, hepatite, lupus.*
- *Têm problemas do coração.*
- *Fumam, usam álcool ou outras drogas.*
- *Já tiveram muitos filhos.*
- *Estão vivendo em situação de risco: fome, abandono, maus-tratos, desamparadas.*

Pensando no corpo-saúde como realidade biopolítica, ao colocar em análise o modo como se encontra disposto o estratégico discurso biopsicossocial do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2007), de modo sutil pode-se cartografar que a identidade das famílias desestruturadas de alguma forma se compõe por indivíduos desestruturados biopsicossocialmente.

Numa perspectiva biopsicossocial – mas operada dentro de um discurso biomedicalizante, um espectro maior de desestrutura familiar se torna possível, a partir destes indicadores como escolaridade e faixa etária até o número de filhos.

Mas como seria possível analisar práticas como a do UNICEF por um viés médico-higienista, já que seriam minimizados perante tamanha filantropia que realizam? Embora o termo carregue um forte apelo caritativo e sem qualquer intenção política, a filantropia emerge deliberadamente entre a iniciativa privada e o Estado, conforme Donzelot (1986), justamente para sanar o paradoxo capitalista do livre mercado e liberdade individual coexistindo com a pobreza e a desigualdade social “[...] esses dois eixos da estratégia filantrópica substituíram as técnicas antigas do poder soberano com novas formas positivas de poder: conselhos efetivos, em vez de caridade humilhante, norma preventiva, em vez de repressão destrutiva.” (DONZELOT, 1986, p. 57).

Ao cartografar mais detalhadamente as fronteiras que dividem o modelo biomédico da perspectiva biopsicossocial, dependendo do modo de aplicação, é possível perceber uma linha opaca e tracejada. Quando as práticas biopsicossociais operam se fragmentando anátomo-politicamente, ou seja, tomam corpo-mente-ambiente como objetos de vigilância e de controle, acabam por se performarem também como processos de normatização, mesmo se justificando pela segurança e boa saúde da população e das famílias:

O período pós-parto é novo para a mulher. Há felicidade, mas também existem preocupações. A família e a equipe de saúde devem prestar atenção para os sinais de apatia, tristeza, irritabilidade, choro, raiva, rejeição ao bebê. Todos esses sinais podem ser sintomas de depressão pós-parto e indicam que a puérpera precisa ser atendida por profissionais de saúde mental (psicólogo ou psiquiatra) (UNICEF, 2011, p. 55-56).

Isto significa outro modo, quando certas práticas se ancoram e propõe uma perspectiva biopsicossocial como alternativa e colocam o objeto “mental” como exclusivo a psicólogos e psiquiatras, pode fortalecer ainda mais dicotomias como mente-corpo e saúde-doença (DE MARCO, 2003). E um efeito colateral de se operar por dicotomias deste tipo

pode ser que ao invés de aceitar a multiplicidade de configurações familiares, impera um discurso forjado em concepções binárias como famílias estruturadas vs. desestruturadas.

Cartografar algumas linhas que escapam dos discursos fragmentados objetivando encontrar outros modos de agenciamento, outros diagramas sobre as famílias passam a ser o próximo objeto de análise.

#### 4.4 Saúde ampliada como linha de fuga para a família-cuidado

*“Saúde é o resultado do  
desenvolvimento  
econômico-social justo”*

Sergio Arouca  
(FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2011).

A Declaração de Alma-Ata de 1978, certamente se destaca como referência pelas primeiras críticas consistentes às políticas de saúde como negação de doença (ALMA-ATA, 1978). Dentre suas contribuições, está a inclusão da saúde como condição de acesso econômico-social para a produção de vida. Partindo de uma saúde participativa e multisetorial, incluem-se:

[...] além do setor saúde, todos os setores e aspectos correlatos do desenvolvimento nacional e comunitário, mormente a agricultura, a pecuária, a produção de alimentos, a indústria, a educação, a habitação, as obras públicas, as comunicações e outros setores (ALMA-ATA, 1978).

Já no início do século XX, com a expansão das Ciências Humanas, o campo da saúde, até então domínio exclusivo da biomedicina, passa a sofrer inúmeras críticas. Os movimentos da Saúde Coletiva e de implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) constituem algumas práticas reflexivas interessantes/importantes como crítica as perspectivas biomedicalizantes. (BIRMAN, 2005).

Sem aprofundar-se nesta temática, pois fugiria ao escopo deste trabalho, convém ressaltar que nos discursos da Saúde Coletiva e do SUS, mesmo que sejam permanentemente capturados pelo biopoder, constituem-se como movimentos que buscaram negociar com os códigos, portanto, uma prática de liberdade no próprio interior do discurso biologicista, problematizando a saúde pública em geral (BIRMAN, 2005). Pode-se dizer que o Estatuto das

Famílias, de maneira semelhante, passa a problematizar algumas linhas, tanto de uma família-cuidado como de uma possível “família desestruturada” quando tece suas críticas aos discursos universalizantes.

Neste sentido, ao ampliar a saúde como campo de possibilidades, emerge uma linha de fuga que escapa da saúde como negação de doença/desestrutura e, conseqüentemente, minimiza a necessidade de práticas biomedicalizantes. O acesso à saúde, nesta perspectiva, bem mais que segurança biopolítica de um corpo-mente-ambiente, pode ser compreendido como uma agência, visto que se articula a uma multiplicidade de fatores, favorecendo outras possibilidades de viver.

Outro ponto a se destacar, é que nesta saúde produtiva, que coloca nos cuidados primários os principais meios para alcançar novas medidas sanitárias e sociais, as linhas que compõem a família-cuidado podem ser enfraquecidas, já que se responsabilizam inúmeras redes. Ao operar de modo inverso a responsabilização exclusiva das famílias, graças aos processos gêmeos da desregulamentação dos mercados e das privatizações do neoliberalismo (BAUMAN, 2008), ao fomentar linhas como a política de alimentação, educação e habitação, a Declaração de Alma-Ata assim como o SUS possibilitam que a saúde seja operada por uma ampla rede como suporte social.

E quando os meios de comunicação se apóiam em pesquisas, divulgando que a “família desestruturada leva jovens às drogas”, ao invés de estarem apenas demonstrando os fatos, já performam certa perspectiva, que neste caso específico, remete a do neoliberalismo que tende a responsabilizar exclusivamente as famílias por suas condições. Isto porque, cartograficamente, se forem engrossadas outras linhas, isto é, caso estes “fatos” fossem trabalhados por coordenadas mais amplas, como por exemplo, incluir uma maior complexidade de fatores como a desigualdade e a injustiça social, o naturalismo “famílias desestruturadas” teria possibilidade de ser descartado.

Proveniente da definição de saúde da OMS e das provocações iniciadas pela Declaração de Alma Ata, a Carta de Ottawa foi outro marco temporal internacionalmente importante para o campo da saúde, e conseqüentemente para a família-cuidado. Emergida durante a 1ª Conferência Internacional Sobre a Promoção da Saúde, em 1986, este documento passa a fortalecer o conceito de promoção de saúde e dos cuidados sobre a vida, possibilitando mais críticas as intervenções tecnicistas (BRASIL, 1986).

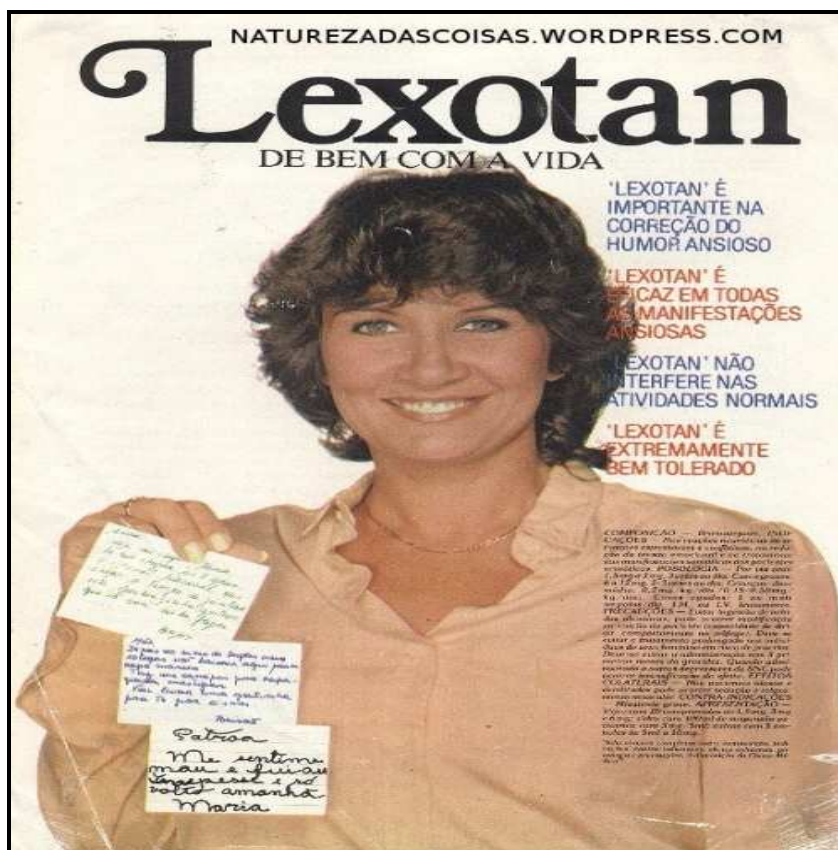
Dentre os pré-requisitos para uma efetiva promoção da saúde, a Carta de Ottawa levanta como compromissos: a inclusão permanente da promoção da saúde nos projetos políticos, melhor organização sócio-ecológica dos recursos naturais, reforço a autonomia e



responsabilidade das ações comunitárias, possibilidade de meios para lidar com a própria saúde e adversidades, reorientação dos serviços sanitários, além de fomento a capacidade de se tomar decisões e controle sobre a própria vida (BRASIL, 1986).

Ao responsabilizar diversos setores sobre a saúde das populações, as linhas operadas por estas declarações constituem-se como linha de fuga para família-cuidado, já que, de maneira diferente de discursos como os do UNICEF, descentralizam o cuidado como atribuição exclusiva da família, e principalmente da mãe. Deleuze e Guatarri (2004) defendem que o principal motivo desta exclusiva centralização e maciça responsabilização dos pais nos dias atuais, provém da instauração do Complexo de Édipo pela Psicanálise como essência primária na resposta para todos os traumas e problemas. Segundo o autor, com a privatização das famílias pelo capitalismo, o Édipo se forja como solução final – já que tudo rebate no Édipo –, e a família deixa de ser produtiva e reprodutiva e passe a ser a unidade consumidora por excelência. Numa perspectiva rizomática, o mundo não começa nos pais, pois estes também fazem parte de outros inúmeros processos, assim, os pais podem ser concebidos como outra agência, visto que possibilitam conectar os filhos a estes processos (DELEUZE; GUATARRI, 2004). É por isso que se argumenta que estas linhas operadas, como a promoção da saúde, ao articular saúde e cuidado num sentido ampliado tem como um de seus efeitos, o enfraquecimento dos desenhos/discursos que enfatizam a necessidade exclusiva de uma família-cuidado.

A relevância das críticas tanto pela Declaração de Alma Ata quanto pela Carta de Ottawa foi proveniente do modo como a saúde era então operada. Não diferente de outros países, particularmente no Brasil até a década de 1970, o que se via no campo da saúde era um avanço das indústrias biomedicalizantes com os indicadores sociais evidenciando extremas carências nas condições sociais existentes (BIRMAN, 2005). Uma “cultura do remédio” foi um dos efeitos desta família medicalizada-medicalizante:



Fonte: (HULK, 2010).

A modelo da imagem acima sorri ao mesmo tempo em que segura três recados diferentes. Pode ser dito que são diferentes pelo fato de que cada manuscrito constitui grafia e cor própria, remetendo a suas várias funções na família: mãe, esposa, patroa. Dos três recados, o último é o mais legível onde se observa o recado de Maria, que reporta a patroa dizendo “que se sentiu mal e só volta amanhã”. Do lado esquerdo da modelo, em letras garrafais e em cores vermelho e azul, quatro frases argumentam a favor do medicamento: “‘Lexotan’ é importante na correção do humor ansioso”; “‘Lexotan’ é eficaz em todas as manifestações ansiosas”; “‘Lexotan’ não interfere nas atividades normais”; “‘Lexotan’ é extremamente bem tolerado”. Logo abaixo, em letras bem menores, se encontram informações técnicas como composição, precauções e efeitos colaterais. Coroando a imagem, um subtítulo sintetiza tudo o que se quer passar às suas consumidoras: “de bem com a vida”.

Nas perspectivas biomedicalizantes articuladas a uma política neoliberalista, uma saúde-remédio é correlacionada como objeto de consumo, que para se sentir bem, torna-se um “bem” a ser adquirido pelas famílias-cuidado. “‘Lexotan’ não interfere nas atividades normais” se apresenta como um enunciado relevante na composição da série que articula

mulher-mãe-trabalhadora que para não terem suas atividades normais atrapalhadas necessita cada vez mais consumir remédios.

Apesar da imagem não ser tão recente, é comum encontrar várias publicidades de medicamentos remetendo a estas questões como bem estar e a qualidade de vida. Nos verbetes do site do NU-SOL<sup>18</sup>, qualidade de vida é assim descrita:

Termo volátil, com pretensões a ser elevado a estatuto de conceito. Seu uso articula saúde, propriedade, educação, segurança, vida e morte. Constitui-se, atualmente na sociedade de controle, em um produto-marketing, propriamente dito, ou em um recomendável aditivo agregador de valor a qualquer produto que pretenda atingir aceitação uniforme (NU-SOL, 2011, s/p).

Conforme o mesmo verbete, sua proveniência advém da transformação do conceito de saúde da OMS, que correlaciona “completo bem estar” a um Estado-Providência (NU-SOL). Como produto-marketing, no dia-a-dia, é possível observar inúmeros Lexotans se articulando ao conceito de saúde, uma saúde-remédio, que objetiva colar consumo de medicamentos com uma possível qualidade de vida. Contudo, conforme Álvaro Nascimento pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública, a maior causa de intoxicação humana no Brasil se dá pelo uso excessivo de medicamentos (NASCIMENTO, 2009).

Emergindo como fissura na longa tradição biomedicalizante no Brasil e uma ação de combate a Ditadura, o Movimento da Reforma Sanitária brasileiro pode ser considerado como uma linha de fuga no modo como a saúde era até então operada (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2011). A repressão militar, que tinha como escopo a Educação, ignorava o cunho político das discussões acadêmico-estudantis em torno da Saúde, o que possibilitou a emergência das bases do SUS em 1986, durante a 8ª Conferência de Saúde (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2011).

Até antes da implantação do SUS, o acesso à saúde só era garantido às famílias-cuidado cujos trabalhadores tivessem carteira assinada (BRASIL, 2006). Como linha de fuga, com a implantação do SUS, a partir da aplicação da Lei n.º 8.080 decretada em setembro de 1990 pelo Congresso Nacional, ampliam-se as discussões em torno do campo da saúde, buscando evidenciar quais são suas condições de acesso, relacionando tanto os problemas da desigualdade social quanto as políticas públicas (BRASIL, 2009). Como prática de liberdade, este novo modelo passa a ser dimensionado pelas demandas da população, que ao invés de

<sup>18</sup> Núcleo de Sociabilidade do Programas de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.nu-sol.org/verbetes/index.php?id=52>>. Acesso em: 31 out. 2011.

impor as famílias-cuidado uma atitude dependente e passiva, passa a ser responsabilizada e co-participante nas políticas da saúde (BRASIL, 2009).

O Programa Saúde da Família, atualmente denominado Estratégia de Saúde da Família (ESF), constitui uma grande conquistas do SUS no que concerne aos cuidados primários (LANCETTI, 2010). O Ministério da Saúde o define como uma “[...] estratégia estruturante dos sistemas municipais de saúde visando à reorientação do modelo de atenção e uma nova dinâmica da organização dos serviços e ações de saúde”. (BRASIL, 2002).

Por se constituir como uma estratégia de cuidado primário, quando bem integralizado, o ESF consegue minimizar casos graves como violência doméstica, comportamentos agressivos por álcool e drogas em seu início, ou seja, ainda no interior das próprias famílias (LANCETTI, 2009). Tal eficiência se deve a sua capilaridade, tendo como escopo atender de 600 a 1000 famílias – 2.400 a 4.500 habitantes – numa equipe composta por um médico, um enfermeiro, dois auxiliares de enfermagem e até seis agentes comunitários de saúde (BRASIL, 2001).

Com a atenção focada nos cuidados primários, além de colaborar com o princípio de universalidade do SUS, práticas como a do ESF podem minimizar as linhas que se ancoram no individualismo neoliberalista, que centralizam a família como principal suporte social da sociedade. Contudo, Foucault (1979, p. 217) dirá “[...] o poder, na verdade, não se exerce sem que custe alguma coisa”, é ancorado nesta premissa que se elegem dois efeitos colaterais que esta modalidade de prática pode ocasionar.

Ao tomar contato com a complexidade cotidiana na qual os indivíduos se encontram, pode ser que esta proximidade, não com os níveis elementares dos problemas sociais, mas lá onde os efeitos histórico-políticos da sociedade são mais palpáveis e as mudanças econômicas e jurídicas são mais sentidas, tal proximidade pode fortalecer o uso reducionista do conceito de famílias desestruturadas, e aí estaria um primeiro efeito.

Utilizando-se das palavras-chave “PSF” “família desestruturada”, por meio de um mecanismo de busca da internet, é fácil encontrar diversos textos que apontam esta correlação. Destacam-se aqui dois.

Rauter (2011, p. 104-105) em análise sobre os discursos dos profissionais de saúde relembra que na década de 1990, a violência contra crianças e adolescentes foi o tema que mais se destacou no meio acadêmico da área da saúde e conclui a autora: “[...] em todos os artigos aparecem referências a uma ‘desestruturação familiar’” (RAUTER, 2011, p. 104-105).

Já na tese defendida por Silva em 2010, intitulada “Atenção primária em saúde e contexto familiar: análise do atributo ‘centralidade na família’ no PSF de Manaus”, nos

discursos analisados, tendo como porta-vozes os agentes comunitários de saúde, o termo família desestruturada aparece com frequência e de modo análogo as “vozes” das materialidades aqui analisadas. Se aqui se diz que os agentes de saúde são porta-vozes é para não reforçar que o discurso da família desestruturada é um discurso apenas dos “menos letrados”, mas como discurso que é, faz ver e faz falar, e se encontrando pulverizado nos mais variados meios (FOUCAULT, 1979), inclusive o acadêmico.

O segundo efeito colateral que se pretende analisar aqui de práticas como as do ESF se relaciona diretamente ao conceito de sociedade de controle. Durante a supracitada investigação realizada sobre o conceito de “PSF” e “famílias desestruturadas”, mediante uma atenção a espreita, foi possível encontrar uma edição da Revista Brasileira de Saúde da Família sobre a mesma cidade desta pesquisa, Campo Grande/MS. Apesar de não haver qualquer menção da articulação com “famílias desestruturadas”, há uma interessante tabela contendo as metas do ESF para a referida cidade:

Metas de expansão até 2012					
Cobertura					
Ano	População	ESF no ano	%	População	SB no ano
2005	749.770	(alcançada)	22%	161.000	01
2006	764.765	30	35%	266.000	30
2007	780.060	19	43%	332.500	19
2008	795.661	24	52%	416.500	24
2009	811.574	13	57%	462.000	13
2010	827.805	17	63%	521.500	17
2011	844.361	27	73%	616.000	27
2012	861.248	18	79%	679.000	18

Fonte: Brasil (2005, p. 72).

É interessante frisar que para esta pesquisa genealógico-cartográfica interessa muito mais a proposta de cobertura, do que se tais metas foram alcançadas ou não interessa colocar em análise o modo como a saúde das famílias se articula de forma direta as estratégias biopolíticas de controle.

Conforme Deleuze (1992) os estudos foucaultianos tinham como escopo as sociedades disciplinares, que se iniciaram por volta do século XVIII. Em tais sociedades se destacava a família, a escola, a fábrica, o hospital e a prisão, visto que, de um modo geral, eram nas instituições fechadas que as disciplinas anátomo-políticas eram duramente forjadas (DELEUZE, 1992).

No século XX, especificamente após a Segunda Guerra Mundial, tais sociedades passam a ser operadas pelas sociedades de controle (DELEUZE, 1992). Quando se diz sociedade de controle, o autor não cogita que as severas disciplinas deixarão de existir cedendo de modo brusco a outro modelo. Pela sutileza característica dos mecanismos do poder – haja dito como algo produtivo-, de um modo muito mais sofisticado e talvez mais aterrorizador, os indivíduos e as famílias ao mesmo tempo em que se encontram mais libertos, nunca na história humana se viram tão submetidos aos sistemas de controle:

O controle não é uma disciplina. Com uma estrada não se enclausuram pessoas, mas, ao fazer estradas, multiplicam-se os meios de controle. Não digo que esse seja o único objetivo das estradas, mas as pessoas podem trafegar até o infinito e ‘livremente’, sem a mínima clausura, e serem perfeitamente controladas. Esse é o nosso futuro (DELEUZE, 1992, p. 05).

Pela biopolítica se tratar de um poder que faz viver, o objetivo destas políticas sociais passa a ser o controle da população oferecendo estes suportes sociais para a família. Protocolos, visitas domiciliares, hábitos cotidianos, enfim todas as estratégias biomedicalizantes agora estão inseridas nos domicílios das famílias. E como na metáfora das estradas, o controle das condutas se trata de um ganho paralelo a estas práticas sobre a saúde, o que poderia inclusive diminuir quaisquer formas de resistências a estas biopolíticas.

O controle massivo da população pela saúde assim como a centralização da família como raiz dos problemas sociais constituem dois grandes efeitos colaterais de práticas como as do ESF na análise aqui empreendida.

Visto que a desigualdade e a injustiça social constituem-se numa condição intrínseca para sanar os problemas da saúde, proveniente destes processos, as pesquisas sobre os Determinantes Sociais da Saúde também foi um dos efeitos das coordenadas implantadas pelo SUS. Utilizando da noção ampliada de saúde, médicos e pesquisadores das ciências humanas e sociais, além de personalidades do âmbito político, cultural e empresarial contribuíram para novos entendimentos acerca da saúde como potência de vida. (BUSS; FILHO, 2007).

Conforme Buss e Filho (2007), estas pesquisas que iniciaram seus estudos pela relação entre pobreza e saúde, passando num segundo momento para as consequências da estratificação sócio-econômica, possuem atualmente como objetivo analisar a produção de iniquidades, ou seja, situações evitáveis causadas pela injustiça social.

Neste sentido, séries como “mulher-mãe-trabalhadora” explícito na propaganda do Lexotan, assim como na série “medicalização-doença-deseestrutura” no adesivo das famílias,

podem ser enfraquecidas, visto que para se produzir saúde já não se depende de modo exclusivo a questões identitárias e a intervenções medicalizantes.

Contudo, a perspectiva de se trabalhar a saúde como potência de vida ao mesmo tempo em que traz a possibilidade de diminuir a centralização da família também modifica a razão de Estado. Justificada pelo discurso da prevenção, pelo fato da biopolítica do ESF oferecer apenas um suporte social mínimo, tal estratégia parece apenas permitir que as famílias pobres continuem no jogo de mercado. Nesta razão de Estado, investir um mínimo de potência de vida objetivando uma economia de mercado, o ESF, tem como ponto de aplicação a desigualdade, na medida em que acaba também por marcar estas famílias como novos anormais, já que não é em qualquer família que esta política recai, mas nas famílias em vias de desfiliação, isto é, daquelas que se localizam nas franjas do tecido social.

Desfiliação será o termo que Castel (1994) inscreve como superação do vácuo produzido pelo binômio exclusão/inclusão: sujeitos excluídos não estão “fora da sociedade”, da mesma forma que o sujeito pode estar incluído, mas não ter quaisquer direitos garantidos. O autor problematiza este conceito a partir do eixo do trabalho e pelo vínculo social e familiar, eixos estes que possibilitam ou não a existência social dos sujeitos.

A partir destes eixos, algumas zonas constituem o modo como os sujeitos são inscritos no tecido social: na primeira, uma zona de integração é possível quando há um trabalho permanente e um forte vínculo social; na zona de vulnerabilidade, já há alguma instabilidade tanto no trabalho quanto nos vínculos sociais; na terceira zona, a da desfiliação é marcada pela ausência de trabalho e de vínculos sociais/familiares; por fim, na zona de assistência estariam os sujeitos em que impera a incapacidade total e a extrema dependência assistencial (CASTEL, 1994).

Para não deixar estas famílias em vulnerabilidade e em vias de desfiliação se deslocarem para a zona da assistência e passarem a depender totalmente do Estado, são forjadas estratégias como as do ESF e do UNICEF. Dito de outro modo, quando a família-cuidado ou mães/avós e outras figuras femininas – mesmo medicalizadas via Lexotan – falham, Estado e instituições filantrópicas emergem fornecendo alguns suportes sociais básicos. Pode ser que o preço de oferecerem tais suportes seja a recentralização do problema na própria família – agora certificadamente desestruturada –, ao mesmo tempo em que minimiza paradoxo capitalista de sujeito de direitos, sem garantia de direitos (DONZELOT, 1986).

Como no caso do ESF, a implantação do SUS, a Reforma Sanitária e as Pesquisas dos Determinantes Sociais mesmo constituindo acontecimentos históricos importantes para o

campo da saúde e para as famílias, sendo os acontecimentos forjados numa agonística, estes movimentos insurgentes quando instituídos/capturados pelas relações de poder acabam por conformar novas estratégias biopolíticas.

Ainda que o campo da saúde passe a ser operado por coordenadas bem mais amplas, incluindo a promoção da saúde e os cuidados primários, torna-se possível cartografar algumas espessas linhas biomedicalizantes que permanecem performando a centralização de diversos problemas sociais na família.

E mesmo esta centralização da família sendo estendida como comum as famílias de todas as classes sociais, seus efeitos por fim deságuam de um modo mais particular nas famílias pobres. E é esta linha que articula as famílias-cuidado mais pobres como principal foco de investimento das políticas sociais o próximo objetivo de análise desta pesquisa.



## 5 A LINHA FAMÍLIA-CUIDADO E O CAMPO SOCIAL

*Acho uma bobagem isso de país do futuro.  
Zweig predisse e Obama declarou que o  
Brasil já chegou ao futuro...  
de quê? Do neoliberalismo?  
Não quero o Brasil como país  
do futuro e sim como país de justiça social,  
livre da fome e da miséria, país de liberdade e  
paz, sem trabalho escravo, devastação  
ambiental e ilhas de prosperidade cercadas de  
exclusão social por todos os lados.*  
FREI BETTO<sup>19</sup>

A partir deste ponto, objetiva-se traçar uma linha histórico-política, mediante a articulação existente entre questão social e a família-cuidado. Se na linha anterior foi traçada uma análise sobre como o campo da saúde constitui esta família-cuidado, nesta linha, coloca-se em análise a assistência social e seus efeitos sobre este desenho.

O deslocamento de uma linha saúde para a linha da questão social e políticas sociais se apresenta relevante nesta pesquisa genealógico-cartográfica. Mesmo a saúde e a assistência social sendo suportes sociais básicos para os indivíduos, sob a perspectiva neoliberalista, é possível cartografar que se tratam de linhas muito distintas. Enquanto a saúde, como acontecimento histórico no ocidente, foi colada a um objeto de consumo, a assistência social parece não seguir o mesmo caminho, e se direciona de modo quase exclusivo numa séria que inclui famílias-cuidado-pauperismo, configurando por isso outras coordenadas.

### 5.1 Algumas linhas da questão social

De modo a articular a questão social e sua relação com a centralidade da família, colocam-se em análise alguns documentos do cotidiano, e enquanto alguns são mais discretos,

---

<sup>19</sup> Imaginário, Futuro e Utopia. Entrevista ao Projeto Revoluções. Disponível em: <<http://revolucoes.org.br/v1/conferencia/entrevista-com-frei-betto>>. Acesso em: 19 out. 2011.

outros correlacionam diretamente as famílias pobres como proveniência aos diversos problemas sociais existentes, no qual a violência se destaca. Neste sentido, para compreender o modo como funciona a aplicação de algumas políticas sociais contemporâneas, antes se faz necessário colocar em análise os modos como a questão social se articula com os discursos e efeitos nas famílias-cuidado.

Para Castel (1998) a questão social emerge como os modos de existência capazes de questionar o conjunto social, numa espécie de “efeito bumerangue”, em que certos grupos fracassados perifericamente acabam por questionar a coesão e harmonia de seu centro. É possível cartografar que a atual “família desestruturada” emerge como parte deste “efeito bumerangue”, questionando tanto a centralização da família quanto a tradicional família nuclear.

Conforme este autor, um primeiro grupo faz parte da “teoria da desvantagem”, ou seja, todas aquelas pessoas que não conseguem sobreviver por conta própria e por isso são isentas do trabalho – crianças, idosos, doentes, etc. Um segundo grupo seria constituído de pessoas que podem trabalhar, mas não trabalham, onde se incluem os indigentes e desempregados (CASTEL, 1998). Para se compreender em maiores detalhes este primeiro grupo/linha da questão social, constituído pelos isentos do trabalho, optou-se pela criança/juventude e sua relação com a família e as políticas sociais, como objeto das análises seguintes.

Dentre os diversos efeitos que as famílias desestruturadas ocasionariam, além dos problemas com a saúde e consequente necessidade de práticas biomedicalizantes, como consequência “natural”, outro agravante de sua obscura existência é ser a principal produtora de violência por meio de seus frutos: os menores infratores<sup>20</sup>.

Na internet, é possível encontrar inúmeros casos de matérias e entrevistas articulando “família desestruturada” e “menores infratores”. Por remeter diretamente à violação das leis, dentre os vários campos de saber em que estas articulações se encontram pulverizadas, a área jurídica se destaca. Segue abaixo os fragmentos de duas matérias provenientes do campo jurídico que articulam os temas menor infrator e família desestruturada:

Folha da Região - Dados do ano passado da Polícia Militar mostraram que cerca de 95% dos crimes e furtos leves são praticados por menores. O que a Justiça tem feito para reverter a situação? Joel Furlan - Para o problema da infância não há como apontar apenas uma solução, porque o que leva um adolescente a cometer um ato

---

<sup>20</sup> Conforme explicitado logo no início desta dissertação, diferente do politicamente correto “adolescentes em conflito com a lei” utiliza-se o termo menores infratores exatamente como se encontra nos atuais discursos do cotidiano.

infracional é uma série de fatores. **O principal fator na minha opinião, é a família desestruturada.** Tem aqueles adolescentes que cometem atos esporádicos, que normalmente não reincidem porque a família apóia. Já aquele que não tem a estrutura familiar volta a praticar. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê várias medidas que vão desde advertência até a internação na Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor). Só que ao mesmo tempo que o ECA prevê essas medidas, o Estado não dá as condições ideais para aplicá-las. Na teoria, o ECA é perfeito mas na prática é extremamente complicado porque há limitações na hora de agir. O adolescente que pratica o ato infracional é ouvido e as medidas são aplicadas (FURLAN, 2002, s/p - grifo meu).

Agora o segundo fragmento:

A triste história de Bruno se confunde com a de centenas de jovens do Distrito Federal que passaram a roubar, matar e traficar depois que se envolveram com entorpecentes. A constatação está na pesquisa Perfil do adolescente infrator, feita pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). O relatório de 61 páginas, ao qual o Correio teve acesso, mostra que 64% daqueles com menos de 18 anos que praticaram atos infracionais graves confessaram fazer uso de substância ilícita. [...] **O estudo (veja arte) ainda revela que meninos e meninas em conflito com a lei fazem parte de famílias desestruturadas, são reincidentes e consideram a escola pouco estimulante.** A educação, aliás, não é prioridade na vida de quem trocou as brincadeiras por armas. [...] Grande parte dos menores infratores ouvidos pela Promotoria da Infância estacionou no ensino fundamental (55%), mesmo com idade para estar no ensino médio. A maioria (43 no total) cursa ou parou na 6ª série do ensino fundamental. Outros 35 desistiram ou estão matriculados na 5ª série. (ARAÚJO, 2011, s/p - grifo meu).

O primeiro fragmento intitulado “Família sem estrutura, menor infrator” trata-se de uma entrevista de um jornal regional a um promotor da Vara de Infância e Juventude ocorrida em 2002 – quando ainda vigorava a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM). Já a segunda é de 2011, com o título “Pesquisa mostra que 64% de adolescentes infratores são usuários de drogas” (ANEXO C), em que se divulgam os resultados de uma pesquisa proveniente da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude.

Reforça-se que não se objetiva colocar em análise o conteúdo das matérias ou quem as assina, mas a forma como os discursos são articulados. É preciso salientar nas materialidades apresentadas aqui que, mesmo passados nove anos entre uma matéria e outra, tendo como enunciado as famílias desestruturadas, constituem-se em discursos que fazem parte de um arquivo (FOUCAULT, 1982). E é neste mesmo arquivo que se pode encontrar o discurso contido no Curso Família Feliz, Freakonomics e em outras materialidades outrora analisadas.

Visto que os conceitos de “menor infrator” e de “família desestruturada” em geral compõem um discurso que naturaliza a complexidade dos problemas sociais, estas

materialidades compõem um campo de visibilidade e enunciabilidade que se atualiza nas estratégias biopolíticas que focalizam a necessidade de investimentos numa família-anormal. Problematicar este social indicando suas proveniências e seu efeito na emergência dos acontecimentos sobre as famílias passa a ser uma necessidade nesta pesquisa.

Segundo Castel (1998), a primeira configuração do social é o sócio-assistencial tomado como um conjunto de práticas de integração e proteção das parcelas mais carentes de uma comunidade. Partindo do critério de pertencer à comunidade e de sua comprovada incapacidade de trabalhar esta forma de assistência só evoluiu consideravelmente em fins do século XIII, com uma maior racionalização da gestão do social tanto pelos governos locais quanto pela Igreja, por meio da tutela (CASTEL, 1998). É preciso explicitar que neste momento a família ainda não possui as mesmas conotações de hoje, ou seja, ainda não havia o privilégio da infância e em consequência o modelo da família nuclear ou de uma família desestruturada.

A questão social propriamente dita surge somente após a Revolução Francesa junto com as promessas de igualdade e livre comércio, tendo de um lado, o princípio da igualdade de direitos e do outro, o liberalismo de mercado (CASTEL, 1998; SILVA, 2004). O problema da questão social residiria no pressuposto da intervenção mínima do Estado que se constitui, conforme Silva (2004) no paradoxo provocado pelo livre acesso ao trabalho, mas sem garantia alguma de acesso a este. Ou seja, direito ao trabalho não significa acesso a trabalho.

Pode-se cartografar que a escolha do jovem proveniente de família pobre foi – e ainda é em muitos casos – uma figura estratégica de investimento, pois com esta localização privilegiada, tem deslocado para si tanto os problemas da desigualdade social quanto a falta de acesso aos direitos mais básicos.

Foucault (2001) ao pesquisar o conceito de anormalidade, observa que a partir do século XVIII, a família nuclear já instituída como modelo pelos regimes de verdade da época, tem nos discursos de anormalidade dos saberes psiquiátricos e jurídicos, uma importante participação na consolidação do tema da delinquência juvenil no ocidente. O indivíduo a ser corrigido seria então uma figura que emerge como objeto destes regimes.

Entendido como aquele que escapou das normatizações, seu interessante diagnóstico consistiria na impossibilidade de provar sua presença, exceto por sua frequência constante, constituindo-se no exato limite da indizibilidade (FOUCAULT, 2001). Tendo como contexto o fracasso da família e suas instituições próximas, como a escola e a igreja, ao escapar de suas regulamentações, como nos atos de delinquência, a figura do indivíduo a ser corrigido passou

a produzir, desde o século XIX, outro interessante paradoxo com esta situação, que foi a emergência de diversas instituições para corrigir o incorrigível (FOUCAULT, 2001).

Cartograficamente, pode-se perceber que a linha traçada entre a necessidade de manter um certo *status quo* e entre a figura do indivíduo a ser corrigido há uma forte proveniência que se destaca aqui para compreender a emergência das políticas sociais relacionadas aos jovens em conflito com a lei.

Mas antes desta questão ser tratada, atendendo os objetivos desta pesquisa genealógico-cartográfica em analisar as linhas que constituem a família e as políticas sociais, faz-se preciso colocar em análise outro importante suporte institucional no Brasil. Neste sentido, para melhor compreender o atendimento deste primeiro grupo da questão social constituído pelos isentos do trabalho, se analisa a partir de agora a chamada Roda dos Expostos.

## **5.2 Proveniências das políticas sociais da questão social no Brasil**

Del Priore (2000) afirma que a Roda dos Expostos teve origem nos antigos monastérios europeus e recebe este nome devido à roda que geralmente havia numa parte do muro por onde se podiam deixar doações aos apartados monges. Com a miséria e o infanticídio prevalecendo nestes lugares, segundo a autora, deixar uma criança na Roda já poderia garantir alguma sobrevivência, pelo menos até os sete anos de idade, podendo inclusive seguir algum ofício clerical (DEL PRIORE, 2000). Contudo, conforme Leite (1997), o abandono de crianças nas Rodas se tornou tão frequente, que esta acabou se disseminando por quase todas as colônias, transformando-se na principal instituição com esta finalidade.

No Brasil, a Roda dos Expostos, que inicia suas atividades no século XVIII é considerada o primeiro estabelecimento oficial de assistência às crianças desamparadas, e também o de maior duração, sendo extinto somente na década de 1950. (CRUZ; HILLESHEIM; GUARESCHI, 2005). Se no início as Rodas emergiram como oferta ao acolhimento das crianças, no século XIX e em específico no século XX, a infância e adolescência passam a ganhar contornos de questão social, visto que suas existências passam a ser as do futuro da nação, o que forja a emergência de outras políticas.

O Código de Menores de 1927, que tanto determina o encerramento das Rodas, quanto institui a Doutrina da Situação Irregular, pode ser considerado um importante marco

temporal que inaugura uma nova fase no atendimento das políticas sociais a este primeiro grupo da questão social (CRUZ; HILLESHEIM; GUARESCHI, 2005).

Cruz, Hillesheim, Guareschi (2005) abordando a questão da infância e das políticas públicas, apontam como as ciências psi e as práticas jurídicas ancoradas na Doutrina da Situação Irregular, foram as principais proveniências para diversas intervenções intrusivas nas condutas consideradas desviantes de crianças e adolescentes oriundas de famílias pobres. Em consonância as conclusões destas autoras, uma difícil equação que esta pesquisa consegue cartografar constitui-se no pensamento cristalizado de que quanto maior o número de crianças de pobres, maior é a violência:



Fonte: ARAÚJO, 2011.

Conforme Passetti (1986), a emergência da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) de dezembro de 1964, que institui as FEBEMs, possuía como principal pressuposto o conceito científico de desagregação familiar. Para o autor (1986), utilizando do discurso biopsicossocial, passa a retirar o caráter patológico sobre a questão do “menor infrator”, e desloca-o às especialidades sócio-psicopedagógicas – que dentre os diversos saberes implicados também se encontram os saberes psi –, objetivando “reintegrar” os jovens a sociedade.

Dentre os diversos dados fornecidos pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) que constituem a supracitada matéria sobre o “menor infrator”, este último merece algum destaque: “26% não possuem planos para futuro e 29% não têm sonhos”. Diversas respostas academicistas podem se levantar como porta-vozes desta resistência muda. Como poderia alguém em sã consciência hoje não ter planos para o futuro? Não ter seus sonhos de consumo?

Numa sociedade como a nossa, onde não há garantias legais de trabalho, o chamado ‘mundão’ (a rua, o crime e os grupos infratores) se torna estratégia de vida e como tal pode vir a fazer parte de estratégias de poder para restaurar, manter ou quebrar a ordem. O que o proletariado faz com seus filhos bastardos deve ser perguntado a ele antes de esboçarmos respostas acadêmicas. O que estes ‘menores’ aspiram, além da prisão, manicômio ou morte abrupta, deve ser perguntado a eles. Perguntas políticas para soluções de poder. (PASSETTI, 1986, p. 37).

Como estratégias de vida, a resistência juvenil parece estar de modo direto, ligado as ausências de garantias de sobrevivência e de direitos a consumir o que outros consomem, pensamento próprio da cultura capitalista em que vivem. Como parte deste efeito bumerangue que questiona seu centro, parecem de igual modo apontar fracassos tanto no sistema educacional, no sistema jurídico e no instituído modelo tradicional de família.

E se a Febem agora é passado<sup>21</sup>, no que concerne a relação entre políticas sociais e infância, na sociedade de controle, a partir de 1990, o ECA passa a direcionar a punição por meio da política de Liberdade Assistida, que atualiza a antiga Liberdade Viguada de 1927 e a Liberdade Assistida de 1979, ambas focadas no menor infrator (SANTOS, 2006). Além disso, Santos (2006) também ressalta que os inúmeros discursos que cogitam a redução da maioria penal parecem apenas fazer eco aos enunciados conservadores tendo como meta, apenas tornar suportável o insuportável.

Como corrigir estes “incorrigíveis”? Para tentar responder esta obscura questão, uma linha que emerge, articula a série “estudos-família desestruturada-uso de drogas”. Em um trabalho de revisão de artigos científicos entre 1997 e 2003, Gallo e Willians (2005) analisaram os fatores de risco associados às condutas dos adolescentes em conflito com a lei. Dentre os fatores, diversos estudos nos quais os autores se embasam, compartilham da

<sup>21</sup> Aliás, um tenebroso e inesquecível passado, visto que encerra suas atividades em 2006 com inúmeros casos de rebelião e denúncia por maus tratos. Cf. LIMA, C. N de. O fim da Era FEBEM: Novas perspectivas para o atendimento socioeducativo no Estado de São Paulo. Dissertação. 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-09032010-151702/pt-br.php>>. Acesso em: 17 out. 2011.

correlação entre baixo Quociente de Inteligência e adolescentes que infringem a lei e a ordem:

Capacidade verbal baixa e problemas de aprendizagem também se associam fortemente a outros fatores que contribuem para a conduta infracional. Quando tais dificuldades estão presentes, surgem dificuldades na escola e, por sua vez, tais dificuldades podem levar a uma série de problemas escolares, culminando em problemas de comportamento. (GALLO, WILLIAMS, 2005, p. 85).

É possível, também aqui, cartografar os mesmos pressupostos da notícia analisada anteriormente que correlacionava família desestruturada e uso de drogas: “A desestruturação familiar é o fator que mais leva os jovens para o caminho das drogas” (PARANÁ ON LINE, 2002). Uma forma de analisar estes estudos que tomam como base tais correlações, podem ser realizados por meio da análise dos pressupostos neoliberais da perspectiva do capital humano.

A teoria do capital humano, segundo Foucault (2008b), foi um modo que os teóricos neoliberais conseguiram apaziguar o impasse entre o capitalismo e as desigualdades sociais. Em linhas gerais, esta teoria foi formulada de modo a deslocar os problemas das desigualdades intrínsecas do capitalismo ao baixo investimento em saúde e educação no capital humano dos indivíduos. Conforme o pensamento neoliberal, é proveniente a fatores inatos – hereditariedade – e adquiridos – como baixa escolaridade –, que cada indivíduo passa a ser compreendido como uma empresa (FOUCAULT, 2008b), e será a falta de investimento no capital humano e não a desigualdade capitalista que tornarão possível explicar os motivos dos adolescentes entrarem em conflito com a lei.

É interessante articular este conceito para esta pesquisa, visto que toda a política de crescimento no Ocidente se ancora nas políticas de investimento no capital humano, sejam elas políticas econômicas, sociais, culturais ou educacionais (FOUCAULT, 2008b). Numa lógica ancorada no empreendedorismo de si, em que cada indivíduo deve competir para sobreviver, será preciso compreender a resistência destes desfilados a ter sonhos e planos para o futuro, pois na lógica neoliberal não será possível *happy end* sem investir em uma família-cuidado e no capital humano.

Quando casos como o do índio Galdino<sup>22</sup>, queimado vivo por um grupo de jovens aparentemente sadios e abastados, a teoria do capital humano parece falhar visto que estes elementos escapam do discurso já constituído.

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL23764-5598,00.html>>. Acesso em: 31 out. 2011.



Neste sentido, será preciso situar que mesmo parecendo a mesma figura, menor infrator e jovem em conflito com a lei se tratam de dois enunciados distintos, o que performa novos marcadores na ontologia da família-cuidado.

Embora a proveniência de ambos remeta ao privilégio da infância e a biomedicalização da família no século XVIII (FOUCAULT, 1979), a figura do menor perigoso e a figura da criança em perigo quando serializados pela classe social, dois eixos de articulação inscrevem intervenções específicas: no primeiro caso, com a delinquência se atrelando as famílias pobres, e por isso mesmo desestruturadas, a estratégia de intervenção é para com a reabilitação/ressocialização, num discurso próprio do modelo prisional, onde se pune para ressocializar. (SANTOS, 2006).

Já a criança em perigo esta contida nos discursos que naturalizam uma infância normal que pode ser corrompida, cabendo a família protegê-la dos riscos. Numa sociedade de controle, onde o risco e futuro estão atrelados, investir no capital humano e gerir os riscos se constitui em formas de controlar o futuro, portanto, mais do que nunca a família-cuidado deve prevenir o risco das crianças desviarem-se das normas (HILLESHEIM; CRUZ, 2005).

Desta maneira, a sociedade de controle ao forjar o Estatuto da Criança e do Adolescente, o conceito de jovem em conflito com a lei emerge não apenas para deslocar a criminalidade como atributo aos adolescentes de família pobres, mas para incluir a juventude de um modo geral, em que o capital humano não foi investido suficientemente.

E mesmo havendo esta transição dos conceitos de menor infrator para adolescentes em conflito com a lei, é possível observar nas materialidades analisadas que o conceito de menor infrator ainda permanece colado quando proveniente das famílias pobres. Contudo, apesar de que a pobreza ainda se constitua em um forte indício de desestruturação familiar, o adolescente em conflito com a lei ao englobar todas as famílias, passa a incluir que as famílias desestruturadas não se tratam apenas de famílias pobres, mas constituem aquelas que falharam ao educar os jovens no caminho da normas/leis. Quando a mãe e a família-cuidado falham e quando estes sujeitos escapam das estratégias biomedicalizantes como o ESF, medidas sócio-educativas como as contidas no ECA vem para suprir esta demanda.

Neste sentido, a Liberdade Assistida se trata de uma atualização das técnicas biomedicalizantes como cura ao mal da questão social da infância e adolescência. Se tratam, sobretudo, de técnicas que se assemelham a estrada da metáfora deleuziana, em que ao mesmo tempo em que garante maior liberdade, permite também um maior controle sobre as resistências.

E se o capital humano é algo não apenas adquirido, mas pode ser herdado geneticamente, outra linha paralela e muito tênue às questões supracitadas remete a questão da delinquência como algo inato.

Se no curso Família Feliz e no *best seller* Freakonomics, foi possível ver o discurso religioso e economicista, respectivamente, disseminando o quanto de criminalidade provém das “famílias desestruturadas”, de modo semelhante uma equipe do *Institut National de la Santé et de la Recherche Medicale* (INSERM), exploram um “novo” transtorno de conduta ligado ao problema da delinquência e hereditariedade: o *Troubles Oppositionnels avec Provocation* (TOP), que traduzido seria algo como Distúrbios de Oposição por Provocação.

Atualizando o diagnóstico de Transtornos de Conduta contido no DSM-IV, a equipe de experts do INSERM – que vão da psiquiatria e psicologia, até epidemiologia, genética e etologia – justificam a necessidade do oferecimento de seus serviços à saúde pública e a redução dos custos referentes aos problemas de criminalidade com a promessa de que este transtorno é passível de tratamento ainda na gravidez:

A equipe de especialistas recomenda a utilizar os atuais exames de saúde e as revisões sistemáticas na primeira infância, infância e adolescência para detectar sinais precoces dos Transtornos de Conduta e identificar os fatores de risco familiar ou ambiental muito cedo, mesmo quando na gravidez<sup>23</sup>. (RELATÓRIO INSERM, 2005, p. 7).

Qual a sua frequência e seus sintomas? Quais as formas de prevenção e a terapêutica necessária? Estes são alguns dos questionamentos que seu relatório procura suscitar:

Durante o desenvolvimento da criança, estes sintomas são expressos em casa, na escola ou fora, especialmente pela idade da criança e do adolescente. Eles devem ser diferenciado de condução normal. Assim, eventos como ataques físicos, mentiras ou roubo de objetos, relativamente comum em crianças pequenas, tornam-se “anormal” se forem frequentes e persistirem para além da idade de 4 anos<sup>24</sup>. (RELATÓRIO INSERM, 2005, p. 2).

<sup>23</sup> *Le groupe d'experts recommande d'utiliser le dispositif actuel des bilans de santé et des examens systématiques de la petite enfance, de l'enfance et de l'adolescence pour dépister les signes précurseurs de trouble des conduites et identifier les facteurs de risques familiaux ou environnementaux très précocement, voire dès la grossesse.*

<sup>24</sup> *Au cours du développement de l'enfant, ces symptômes s'expriment à la maison, à l'école ou à l'extérieur, de manière spécifique selon l'âge de l'enfant et de l'adolescent. Ils doivent être différenciés des conduites normales. Ainsi, les manifestations telles que les agressions physiques, les mensonges ou les vols d'objets, relativement fréquentes chez le petit enfant, ne deviennent « anormales » que si elles sont très fréquentes et perdurent au-delà de l'âge de 4 ans.*

Defendendo o TOP como um dos possíveis precursores dos Transtornos de Conduta, também aqui a linha entre famílias pobres e criminalidade se cruzam. Argumentando que estas famílias estariam mais suscetíveis a desenvolverem o transtorno, por isso mesmo, em vários momentos do relatório os especialistas reforçam a necessidade de que o campo da saúde e o campo jurídico sejam articulados a fim de exorcizar este mal. (RELATÓRIO INSERM, 2005).

Mas quais poderiam ser as proveniências desta irresistível articulação? Uma possibilidade se encontra nas pesquisas realizadas por Foucault (2001) ao analisar a emergência da Psiquiatria e sua relação com a Medicina Legal, evidencia como a invenção da categoria dos instintos foi crucial para a consolidação deste campo dentro do sistema jurídico. O autor conclui que, pelo fato dos instintos se localizarem numa posição onde somente a Psiquiatria poderia detectar, foi este elemento que deu as condições de possibilidade de capturar todos aqueles casos que ainda escapavam da esfera do jurídico e do psiquiátrico (FOUCAULT, 2001).

Assim como a “descoberta” dos instintos garantiu o salvo-conduto para a consolidação a Psiquiatria, e posteriormente aos saberes psi (FOUCAULT, 2001), na atual sociedade de controle, o TOP como algo inato aos adolescentes em conflito com a lei, justificaria a necessidade de outra ordem de especialistas.

Contudo, antes de se constituir como uma falta de investimento no capital humano, a complexidade envolvida na difícil série articulada entre estudos-família desestruturada-uso de drogas também poderia ser compreendida de outra maneira. Dentre as possibilidades, podem-se citar os insignificantes suportes sociais, a gritante desigualdade social, aliados a cultura individualista, que acabariam por pressionar estes sujeitos desfilados, ou em vias de desfiliação, na adoção de uma postura hiperindividualizada que produziria todo o tipo de desengajamento social e político (CASTEL; HAROCHE, 2001).

A evasão escolar e o uso de drogas como alguns dos efeitos da hiperindividualização possibilitam a emergência de políticas sociais biomedicalizantes. O ESF, UNICEF e até mesmo o INSERM emergem no sentido de investir no capital humano destas famílias-cuidado antes que se “desestremem”, antes que seus jovens desistam ou se tornem contrários às regras do mercado adotando posturas ilegais, minimizando também assim, a relação trabalho/desemprego.

### 5.3 Se pode trabalhar, por que não trabalha?

Composto por todos aqueles que podem trabalhar, mas não trabalham, o segundo grupo da questão social que também compõe a ontologia das famílias-cuidado é colocado em análise, junto as duas grandes políticas sociais forjadas pelo ocidente contemporâneo e que necessitam nesta pesquisa serem explorados. Primeiro passa-se a analisar a questão da pobreza de modo a compreender esta difícil questão social: se os indivíduos destas famílias podem trabalhar, por que não trabalham?

Conforme Castel (1998) durante a Idade Média o cristianismo imprimiu na pobreza no ocidente três fortes características: uma intensa conotação religiosa – salvação para o rico caridoso e salvação para o pobre que aceita sua condição –; mendicância obrigatoriamente involuntária, caso contrário, considerada imoral e passível de repressão; e a proximidade geográfica, ou seja, auxílio somente dentro de determinados limites. Entre os fins do século XVIII e início do XIX, com a virada liberal – na economia com a Revolução Industrial e na política com a Revolução Francesa – minimiza-se o aspecto religioso deslocando-o ao âmbito propriamente econômico tendo no livre acesso ao mercado de trabalho a esperança de resolução da pobreza (CASTEL, 1998). E é também somente devido a este contexto liberal – junto às reformas médicas e hospitalares já analisadas –, que se pode falar propriamente de famílias-cuidado.

Contudo, mesmo o século XIX tendo avançado e consolidado o desenvolvimento industrial, a miséria e a falta de trabalho aumentava tão exponencialmente que tanto o capitalismo passa a ser questionado por movimentos socialistas utópicos – principalmente marxistas e anarquistas –, quanto faz emergir um novo acontecimento: o “desemprego”. (JERÔME, 1998).

Apesar de o mendigo válido<sup>25</sup> ser um produto genuinamente da Revolução Industrial, Jérôme (1998) afirma que foi somente em fins do século XIX e início do XX que a categoria “desempregados” passa a aglutinar toda uma grande massa de indivíduos, de pobres a indigentes sem trabalho. E foi em cima desta categoria dos que não conseguem se auto-sustentar que se inauguraram as grandes políticas sociais no ocidente.

O primeiro grande modelo foi a política social do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) proveniente da Grande Depressão de 1929.

<sup>25</sup> Termo utilizado por Robert Castel para as pessoas ativas, mas que não conseguiam se auto-sustentar por falta de trabalho. O autor enfatiza ser esta figura a contradição por excelência da questão social “[...] ganharás o pão com o suor de teu rosto”. Certamente, mas o que acontece, então, com aquele que não pode ganhá-lo, porque não pode trabalhar, não por incapacidade e, sim, por não ter trabalho?” (CASTEL, 1998, p. 92).

Foucault (2008b), ao estudar o nascimento da biopolítica no ocidente, afirma que o objetivo da política social no Estado de Bem-Estar seria uma relativa repartição do acesso aos direitos fundamentais ancorado nos seguintes princípios: a) ser um contrapeso a desigualdade social; b) socializar o consumo, com foco na transferência de renda e; c) seguindo uma lógica de recompensa, onde quanto maior o crescimento do Estado, mais esta política deveria ser generosa.

Estes princípios assistenciais em muito fazem lembrar a atual política de transferência de renda no Brasil conhecida como Bolsa-Família. Mas ao analisar as linhas onde tais pressupostos se sustentam, diferenças sutis indicam o modo, ou melhor, os fins a que estas políticas de transferência de renda se destinam.

Antes, faz-se necessário verificar como a política social do *Welfare State* passou a ser motivo de crítica aos ideais neoliberais, o segundo grande modelo ocidental. Se no Estado de Bem-Estar a política social servia de contrapeso a desigualdade, para os neoliberais isto seria um princípio anti-econômico, haja visto que a economia na perspectiva neoliberal não tem como fim a equalização do consumo, mas sobretudo, a estabilidade dos preços (FOUCAULT, 2008b).

Neste sentido, o autor afirma que a desigualdade tanto entre os salários quanto entre as oscilações dos preços constituem o cerne da política neoliberal, devendo-se, portanto, deixar a desigualdade agir, pois seria esta perspectiva a grande reguladora da sociedade. O desemprego neste ponto, conforme Foucault (2008b), não é de nenhuma maneira visto pela ótica do indivíduo ou das famílias mais carentes, mas uma situação parcialmente necessária pelas regras e pressupostos da economia neoliberal, no qual o desempregado seria apenas um trabalhador em trânsito ascendendo para uma ocupação mais rentável.

Uma cartografia possível para os efeitos destas políticas sobre a família-cuidado na atual sociedade de controle pode ser acompanhada por duas linhas de composição distintas e heterogêneas: de núcleo de investimento na anormalidade migra-se para o investimento no trabalho/sustento. As políticas sociais individuais recairiam na família como uma dupla captura, ora pelo desenvolvimento da personalidade, garantido pelos pulverizados discursos psi e perspectivas biomedicalizantes, ora pelos sonhos possíveis pelo empreendedorismo de si. Acompanhemos primeiro como as perspectivas desenvolvimentistas constituem-se em algo intrínseco nesta política.

No Brasil, uma importante – e polêmica – política social que pode ser articulada nesta relação família-trabalho-sustento é o Programa Bolsa Família (PBF):

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra o Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. (BRASIL, 2008).

Reconhecido mundialmente como um dos programas mais abrangentes e efetivos no combate a miséria (MENDES, 2009), não se ignora aqui os inúmeros benefícios que o PBF traz as famílias mais carentes, pelo contrário, objetiva-se trazer alguma contribuição a esta política, colocando em análise os efeitos que as condicionalidades e seu cadastro têm para estas famílias.

Ao se constituir por meio de condicionalidades, o PBF pode ser considerado uma política social individual, visto que o objetivo final de políticas ancoradas nos pressupostos neoliberalistas, não é tanto a transferência de renda as famílias pobres, mas o crescimento econômico geral, garantido por estas condicionalidades que, em tese, propiciariam a capitalização de todas as classes sociais para que cada família-cuidado se sustente por si só, senão pela propriedade privada (FOUCAULT, 2008b). Conforme a perspectiva neoliberal, uma política social privatizada pode ser resumida na seguinte forma:

Em linhas gerais, trata-se simplesmente de assegurar, não a manutenção de um poder aquisitivo, isso de forma alguma, mas de um mínimo vital para os que, de modo definitivo ou passageiro, não poderiam assegurar sua própria existência. É a transferência marginal de um máximo a um mínimo (FOUCAULT, 2008b, p. 196-197).

Como o objetivo é o mínimo vital, a transferência de renda é tirada apenas dos rendimentos mais altos, que voltariam para um subconsumo de qualquer jeito e servem para esta subsistência provisória (FOUCAULT, 2008b). Não é a toa que dentre as condicionalidades do Bolsa Família o critério maior é a renda, de modo mais preciso, se destina as famílias com até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total (BRASIL, 2008).

Das estratégias de transferência de renda a do imposto negativo<sup>26</sup> é o que caracteriza o que se pratica no Brasil. Proveniente da política neoliberal norte-americano, trata-se de uma política de transferência de renda que visa apenas atenuar os efeitos da pobreza, o que no fim pouco importa se é uma família pobre “boa ou má”, mas que os indivíduos estão abaixo da linha da pobreza (FOUCAULT, 2008b).

<sup>26</sup> Proposto por Milton Friedman, na modalidade do Imposto Negativo quem possui uma renda abaixo de um determinado valor recebe uma renda mínima em dinheiro, quem possui renda acima desta linha, paga imposto de renda (SILVA, 1997).

Tendo como enfoque a produtividade, este modelo de política objetiva separar as famílias que tem possibilidades de garantir sua própria subsistência – como educação e saúde, por exemplo – daquelas que não conseguem se sustentar. Neste sentido, o dever passa a ser a principal condição de acesso à cidadania: é dever da criança pobre frequentar regularmente a escola e tomar todas as vacinas, e principalmente, um dever dos pais garantirem que isto se cumpra, caso contrário, perde-se o benefício (BRASIL, 2008).

Esta também será uma forma de resolver – mesmo de modo muito precário – o impasse/resistência da evasão escolar, que teria como provável efeito a redução dos problemas provenientes dos adolescentes em conflito com a lei:

[...] O estudo (veja arte) ainda revela que meninos e meninas em conflito com a lei fazem parte de famílias desestruturadas, são reincidentes e consideram a escola pouco estimulante. A educação, aliás, não é prioridade na vida de quem trocou as brincadeiras por armas. [...] Grande parte dos menores infratores ouvidos pela Promotoria da Infância estacionou no ensino fundamental (55%), mesmo com idade para estar no ensino médio. A maioria (43 no total) cursa ou parou na 6ª série do ensino fundamental. Outros 35 desistiram ou estão matriculados na 5ª série. (ARAÚJO, 2011).

Assim, desloca-se o dever do Estado em garantir o acesso aos direitos previstos na Constituição para um dever da família tornar-se merecedora ou não destas políticas básicas (BERNARDES, 2006).

Conforme Mendes (2009), mesmo não havendo ainda estudos abrangentes o bastante demonstrando a real eficácia destas condicionalidades, os defensores deste sistema argumentam que se trata de uma estratégia para reduzir a evasão escolar e traçar melhores políticas públicas em relação à saúde e assistência social. Dentre seus efeitos, pode-se citar que por meio das condicionalidades, objetiva-se também engrossar os indicadores nacionais e internacionais de alfabetização, ao mesmo tempo em que a saúde das famílias pobres passa a ser vigiada em detalhe.

E um modo de garantir que tais condicionalidades sejam efetivadas é por meio do Cadastro Único (CadÚnico). Já em sua sétima versão em 2011, o CadÚnico constitui-se no principal instrumento para a inserção das famílias no programa, no qual um exaustivo questionário composto por 135 perguntas traçam um inquérito detalhado sobre a existência da pobreza:

[...] características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo); composição familiar (número de membros, existência de gestantes, idosos, mães amamentando, deficientes físicos); identificação e

documentação civil de cada membro da família; qualificação escolar dos membros da família; qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; rendimentos; e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros). (MENDES, 2009, p. 223).

O que o discurso das políticas com condicionalidades parecem dizer é que privacidade é um luxo que as famílias pobres não precisam ostentar. No texto “A vida dos homens infames”, Foucault (2003) observou como o cotidiano de pessoas simples do início do século XVIII passaria sem qualquer registro histórico não fosse seu internamento pelos mecanismos de institucionalização da época. Poderia-se questionar qual a importância destas fragmentadas vidas infames na composição da realidade ou que diferença faz para a realidade das políticas estes discursos pulverizados em materialidades? Sobre estas vozes espaçadas e difusas, Foucault (2003, p. 206), argumenta que não importa tanto a exatidão ou a veracidade destes materiais, importa antes que se constituem em “[...] fragmentos de discurso carregando os fragmentos de uma realidade da qual fazem parte”. E é nesta microfísica do poder, ou seja, a tomada das pessoas com os exercícios de poder, como no caso das famílias cadastradas no CadÚnico, que acabam por forjar estas tecnologias de governo (FOUCAULT, 2003). É neste sentido que não se questiona a privacidade da pobreza, os registros minuciosos não são uma invasão no cotidiano da família pobre já que este inquérito se justifica sendo para seu próprio bem.

Talvez aqui se possa cartografar que as linhas analisadas sobre a Estratégia de Saúde da Família e as condicionalidades do PBF se cruzam, quando o enunciado que as unem são as estratégias de uma sociedade de controle. Parece, portanto, que aqui se tem um ponto onde as relações de poder, os regimes de verdade e o cotidiano familiar são amarrados, tanto pelos dispositivos da saúde quanto pelos do social.

Visto que os dispositivos do poder sempre procuram responder certas urgências históricas, numa sociedade de controle onde tudo é objeto de vigilância (DELEUZE, 1992), com câmeras monitorando cada vez mais a tudo e a todos – de estabelecimentos comerciais, passando pelo trânsito nas ruas ao cotidiano de celebridades televisivas – como poderia o dia-a-dia das famílias pobres permanecer de fora? Neste contexto, os discursos biomedicalizantes passam a interrogar como estas famílias com suas configurações suspeitas, com sua característica desestruturada, passível inclusive de ser a produtora de toda uma “corja de infratores”, como seria possível deixar estas famílias fora de qualquer controle? Segundo Foucault (2003, p. 215): “[...] a intervenção de um poder político sem limites na relação



cotidiana torna-se, assim, não somente aceitável e familiar, mas profundamente almejada, não sem se tornar, por isso mesmo, o tema de um medo generalizado”.

Também por isso, vale citar que para esta nova versão do CadÚnico, por meio da auto-identificação, dois novos grupos sociais incrementam o programa: o Guia de cadastramento de famílias indígenas e o Guia de cadastramento de famílias Quilombolas (BRASIL, 2011).

Dos *check lists* burocráticos aos procedimentos “ISO”<sup>27</sup> das modernas organizações, o CadÚnico constitui-se num dispositivo singular no que se refere ao controle de qualidade dos cotidianos familiares, que de modo mais preciso remete ao controle geral das populações. Por meio das condicionalidades, os registros do trivial e do infame constituem-se assim como orelha e olho do poder, confissão e vigilância necessária para alcançar o “bem de todos”.

Por outro lado, justamente os sujeitos desfilados, ou seja, todos aqueles que ainda não possuem os direitos mais básicos acabam por ficar de fora<sup>28</sup>, além de serem as famílias mais pobres as que, de modo geral, tem maiores dificuldades em cumprir estas condicionalidades (MENDES, 2009).

É importante salientar outra forma de política que difere consideravelmente do imposto negativo que é a transferência de Renda Universal, onde um mínimo de recursos é repassado a todos os indivíduos, independente do trabalho ou de condicionalidades (SILVA, 1997).

No modelo da renda universal, além de reduzir em muito o estigma das famílias usuárias e os gastos com cadastros, fiscalizações e desvios em esquemas de corrupção, Mendes (2009) ainda argumenta que tanto entre a esquerda quanto a direita política, nas políticas sociais atuais persiste o que ele denomina de [...] uma certa ‘moral protestante’ vinculada ao trabalho assalariado que, embora já não responda por nem a metade dos ‘postos’ de trabalho do país, ainda norteia grande parte das ações e discursos políticos (MENDES, 2009, p. 225). Para o autor, mais que um anacronismo, as condicionalidades acabam por se tornar uma estratégia de fornecimento de mão-de-obra barata, fortalecendo as desigualdades sociais e reduzindo a potencialidade de autonomia dos sujeitos mais carentes.

<sup>27</sup> “ISO é a sigla da Organização Internacional de Normalização (International Organization for Standardization), com sede em Genebra, Suíça e que cuida da normalização (ou normatização) em nível mundial. (...). Ter um certificado ISO 9000 significa que uma empresa tem um Sistema gerencial voltado para a qualidade e que atende aos requisitos de uma norma internacional”. Disponível em: <<http://www.iso9000.com.br/basicas.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2011.

<sup>28</sup> Destaque para as famílias indígenas e quilombolas, que também precisam comprovar rendimentos. (BRASIL, 2011).

Pareceria também pouco caso considerar o estigma social dos usuários do PBF em relação aos benefícios recebidos. Contudo, proveniente de um longo discurso que correlaciona pobreza com “malandragem” e criminalidade, é possível cartografar a pulverização de enunciados sobre estímulo de natalidade por parte das famílias pobres para o recebimento do benefício. Além disso, outro efeito do PBF focar como “público-alvo” unicamente as famílias pobres, passa a ser a repugnância da chamada classe média: “O IBAMA<sup>29</sup> considera um crime a confecção de bolsas com couro de jacaré, mas não há lei que proíba a confecção de bolsas-família com o couro da classe média!” (ANEXO D). Por um mecanismo de busca, é fácil encontrar na internet esta frase pulverizada em inúmeros *sites* e *blogs*, que de certa forma compõe o discurso que a classe média nutre em relação a política do Imposto Negativo.

Para Ortega (2008) a cultura neoliberalista tende a reforçar uma constante descrença e aversão a dependência das políticas sociais, tendo como efeito a responsabilização cada vez maior dos indivíduos. Sob efeito do discurso do Imposto Negativo a questão social se torna um problema privado, assim imagens e frases soltas parecem sintetizar a aversão por todas as famílias-cuidado incapazes.

Ao realizar esta subdivisão das famílias, entre aquelas que conseguem se sustentar e aquelas que falham em sua própria subsistência, pode ser que esta aversão da classe média pelos beneficiários da Bolsa Família seja efeito de um racismo de Estado: “um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social.” (FOUCAULT, 1999b).

É preciso salientar que diferentemente do popular racismo étnico, de ódio pelo outro, o racismo de Estado estudado por Foucault (1999b) se vincula muito mais ao poder e seus regimes de verdade, como nas justificativas científicas sobre o controle dos indivíduos, ou seja, se vincula as formas de normalização da sociedade, em que as marcas identitárias possuem uma estratégica posição. Pelo fato da mãe ser a principal responsável pelo cartão do PBF, isto se torna também necessário algum destaque nesta pesquisa.

Os estudos de Donzelot (1986), que também focaram no modo como a normalização da sociedade tornou a família rainha e prisioneira da questão social, podem fornecer pelo viés identitário alguma contribuição. Conforme este autor, após a Revolução Francesa, o enfraquecimento da Igreja possibilitou a emergência do médico da família, concomitantemente elevando a figura da mãe como enfermeira do lar. Esta elevação do *status*

---

<sup>29</sup> IBAMA significa Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, órgão que, dentre outras atribuições, é responsável pela regulamentação de caça e pesca no Brasil.

*social* da mãe não apenas se tornou proveniência para os futuros movimentos feministas, como também lhe possibilitou o posto de principal responsável do cumprimento da normalização familiar: “[...] se o homem preferir o exterior, as luzes do cabaré, se as crianças preferirem a rua, seu espetáculo e suas promiscuidades, será culpa da esposa e da mãe” (DONZELOT, 1986, p. 46).

Em específico, retoma-se a linha de visibilidade pelas marcas identitárias de gênero, quando as perspectivas biomedicalizantes capturam os discursos feministas, novos efeitos sobre a família-cuidado se apresentam:

O discurso médico e o discurso feminista sobre a saúde com sua ênfase no risco e a responsabilidade pessoal estabelecem os parâmetros de avaliação moral e de distinção entre a mulher ‘boa’ e mulher ‘má’. A mulher ‘boa’ é responsável e vigilante, não quer ser um fardo para a família e para o sistema de saúde e faz da autonomia a sua bandeira política. Encabeçando a lista dos novos desviantes encontramos a mulher ‘má’, que é irresponsável e não se vigia, sendo uma carga para os demais, numa cultura como a nossa que trata a dependência como condição vergonhosa. (ORTEGA, 2008, p. 34).

É neste sentido que paira um discurso de que o PBF constitui um amplo estímulo de natalidade para mães e famílias “aproveitadoras e irresponsáveis”. Dentre os efeitos deste discurso se encontra anexo uma família-cuidado que não trabalha por que não quer, decorrendo inclusive na geração de “menores infratores”.

Para Bauman (2005), se a partir da década de 1960 no campo econômico a política neoliberal passou a permitir um mercado livre e desregulado, ao mesmo tempo o campo dos direitos sociais foram sendo “[...] substituídos um a um pelo dever individual do cuidado consigo mesmo e de garantir a si mesmo vantagem sobre os demais” (p. 34-35). É também neste contexto que a família, mais do que nunca, deverá assegurar que o cuidado – principalmente na saúde e na educação – torne-se um campo estratégico para produzir capital humano suficientemente competitivo. E mesmo que também seja a partir dos anos sessenta que houve uma maior igualdade de gênero, ainda hoje são as figuras femininas da família, e em específico as mães e as avós, as principais responsáveis por constituir estes indivíduos “bem cuidados”.

“Mulher boa” e “mulher má” constituem assim, dois tipos de cartografias possíveis sobre os discursos das famílias-cuidado: a primeira independente e competitiva, que num sentido neoliberal-sistêmico, se encontra apta em forjar capital humano de boa qualidade, contribuindo assim com o desenvolvimento social e econômico de seu país. Já a segunda constitui um fardo social, tanto por produzir um capital humano de baixa qualidade, quanto

por sua falta de caráter, exagerando no número de filhos para continuar a depender das políticas sociais.

Se para Deleuze e Guatarri (2004) a família deve ser concebida como uma agência, como uma dentre tantos outros procedimentos que conectam os sujeitos no mundo, também para Donzelot (1986, p. 89) muito mais que uma instituição ou origem primordial e sagrada da subjetividade humana, faz-se preciso cada vez mais, compreender a família moderna como um mecanismo: “[...] mecanismo maravilhoso, já que permite tanto responder à marginalidade com uma despossessão quase total dos direitos privados, quanto favorecer a integração positiva, a renúncia à questão do direito político por meio da busca privada do bem estar.”.

## **6 MAIS ALGUMAS LINHAS SOLTAS NO TECIDO DA FAMÍLIA-CUIDADO**

Partindo de que a palavra texto provém de um sentido têxtil, ao invés destes escritos finais fechar o trançado da pesquisa até aqui empreendida, pretende-se deixar mais algumas linhas soltas de modo a fomentar outras investigações sobre este campo-tema.

Quando questionavam que tipo de pesquisa estava realizando, por diversas vezes em tom de brincadeira, dizia estar fazendo uma pesquisa do avesso, tamanha a dificuldade de explicar em poucas palavras os pressupostos pós-estruturalistas. Mais tarde, esta resposta metafórica possibilitou compreender que, ao empreender uma genealogia-cartográfica, acompanhar processos vasculhando a proveniência e emergência de discurso sobre a família em variadas materialidades, foi como acompanhar a produção de uma extensa colcha de retalhos, em que se privilegiou o seu lado do avesso.

Diz-se isto pelos dois referenciais que a compõe. Pelos pressupostos cartográficos foi possibilitada a experiência de sentir a textura entre as costuras, ou seja, como os enunciados sobre a família possibilitam compreender como se constituem algumas amarrações entre diferentes discursos. Ao acompanhar distintas linhas enunciativas, isto é, linha proveniente ora de territórios acadêmicos, ora do senso comum, produz-se certa rugosidade, tal como a união entre retalhos considerados mais finos com tecidos mais baratos.

Assim, cuidado familiar como prática própria do feminino e como instituição primeira da saúde, antes de constituírem um tecido único, isto é, antes de serem verdades inquestionáveis, podem ser entendidas como séries distintas que quando unidas, acabam por constituir ontologias.

É certo que as diferenças entre os discursos provenientes de ambientes diversos existem e produzem ondulações variadas nestas realidades ontológicas, mas assim como um dos efeitos de se produzir uma colcha de retalhos é servir de cobertura, também os variados tecidos que compõem o discurso sobre a família-cuidado servem de justificativa a uma razão de Estado. De igual modo, quando algumas séries amarram um discurso de que são as “famílias desestruturadas” as grandes produtoras de “menores infratores”, serão os desenhos/diagramas formados por estas ontologias que acabam forjando determinadas intervenções sobre o campo da família.

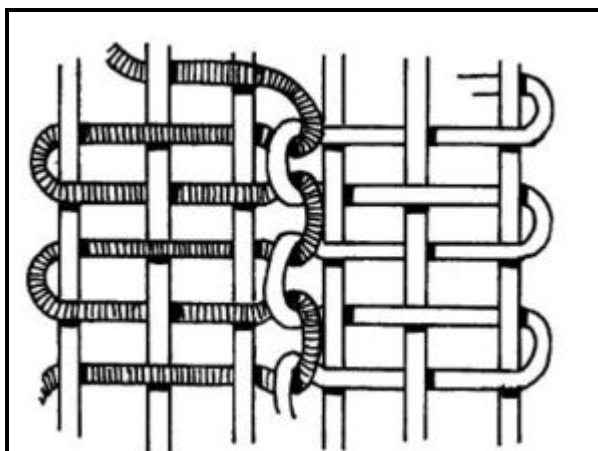
Pelos referenciais genealógicos foi possível investigar algumas proveniências das linhas e tecidos. Foi possível analisar o desafio em remendar/atualizar discursos rasgados ou já gastos pelo tempo, tal como os discursos biopsicossociais ancorados em pressupostos biomédicos.

A inserção de novos discursos e a sobreposição de tecidos sobre a família-cuidado pareceu provocar igualmente transformações em sua geografia. O Estatuto da Família e a inserção das mulheres no mercado de trabalho modificam o discurso da família-cuidado com novos relevos e fissuras, assim como o discurso feminista-competitivo sobrepujaram o tradicional discurso de cuidado materno.

Também o modo como as linhas/discursos psi penetram e costuram estes diferentes discursos não deixam de afetar seu acabamento. Diferente de um ato imparcial, ao fornecer modelos do eu e catalogar os tipos de sujeitos, também se está fornecendo algumas linhas à engenharia têxtil sobre a família. Nas linhas/séries que correlacionam de um lado menores infratores-famílias desestruturadas e de outro violência-drogas-educação, antes de necessitarem maior rigor de mecanismos de controle e instrumentos punitivos, podem e devem constituir indicadores da ineficácia de determinados discursos.

A longa trama que correlaciona violência e famílias pobres indica a necessidade de abandonar algumas linhas transcendentais. Partir dos pressupostos da imanência, por exemplo, poderiam constituir em outros modos de pesquisar sobre família. Mais do que centralizar a responsabilidade da família, talvez se da multiplicidade incalculável de existências familiares e suas possibilidades de existência possam contribuir com outras formas de investigação deste organismo social.

Como linha alternativa às pesquisas psi, que tomam a família como enunciado para o cuidado, entender suas funções como mecanismo e como agência dentro do território neoliberal, também podem constituir formas de retirar de opacidade alguns discursos ontológicos.



Exemplo da estrutura de um tecido<sup>30</sup>

<sup>30</sup> Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Engenharia\\_t%C3%AAxtil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Engenharia_t%C3%AAxtil)>. Acesso em: 11 nov. 2011.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

ARAÚJO, S. Pesquisa mostra que 64% de adolescentes infratores são usuários de drogas. **Correio Brasiliense**, Brasília, 24/05/2011. Disponível em: <[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/05/24/interna\\_cidadesdf,253539/pesquisa-mostra-que-64-de-adolescentes-infratores-sao-usuarios-de-drogas.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/05/24/interna_cidadesdf,253539/pesquisa-mostra-que-64-de-adolescentes-infratores-sao-usuarios-de-drogas.shtml)>. Acesso em: 14 set. 2011.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KATRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

\_\_\_\_\_. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

\_\_\_\_\_. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERNARDES, A. G. **Políticas da existência no campo da saúde**: o público como um dispositivo. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2006.

BIRMAN, J. A Physis da Saúde Coletiva. **Physis**: Revista Saúde Coletiva, n. 15 (Suplemento), p. 11-16, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Evolução institucional da saúde pública**. Brasília, 1977. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Carta de Ottawa. **1ª Conferencia Internacional sobre la Promoción de la Salud**, 1986; 2001. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/saude/default.cfm>>.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Prático Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Monitoramento da implantação e desenvolvimento das equipes de Saúde da Família no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Revista Brasileira Saúde da Família**. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/periodicos/rev\\_saude\\_familia\\_v6n8.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/periodicos/rev_saude_familia_v6n8.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **A construção do SUS: histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo**. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. Brasília. 2008. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 25 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios**. Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 480 p. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastro Único**. Brasília. 2011a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em: 25 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de Cadastramento de Famílias Indígenas**. Brasília. 2011b. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/capacitacao-cadastro-unico/arquivos/guia-de-cadastramento-de-familias-indigenas.pdf/view>>. Acesso em: 25 out. 2011.

BUSS, P. M.; FILHO, A. P. A Saúde e seus Determinantes Sociais. **Physis: Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 17, v. 1, p. 77-93, 2007.

BUTLER, J. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2002000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2002000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 mar 2011.

CARRASCO, C. Sustentabilidade da Vida Humana: Um assunto de mulheres? In: **A Produção do Viver: ensaios de economia feminista**. São Paulo: Cadernos Sempre Viva, 2003.



CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. (Org.). **Saudeloucura 4: grupos e coletivos**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTEL, R.; HAROCHE, C. **Propiedad privada, propiedad social, propiedad de si: conversaciones sobre la construcción del individuo moderno**. París: Fayard, 2001.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CURADO, J. C. **Gênero e os sentidos do Trabalho Social**. Campo Grande: UCDB, 2008.

CURSO FAMÍLIA FELIZ: **fator supremo da felicidade familiar**. Lição 9. s/d. [Publicidade entregue em domicílio – Campo Grande, 2010]. 1 folder.

CRUZ, L., HILLESHEIM, B.; GUARESCHI, N. Infância e Políticas Públicas: Um Olhar sobre as Práticas Psi. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 42-49, set./dez., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n3/a06v17n3.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011.

CRUZUÉ, J. Pr. Silas Malafaia debate Estatuto da Família na CCJ da Câmara Federal. **Blog Olhar Cristão**, 08/03/2010. Disponível em: <<http://olharcristao.blogspot.com/2010/05/pr-silas-malafaia-debate-estatuto-da.html>>. Acesso em: 09 dez. 2010.

DAVIES, B.; HARRÉ, R. Posicionando: a produção discursivas de “selves”. [Trad.: Mary Jane P. Spink, abril, 1996]. In: **Journal for the Theory of Social Behavior**, v. 20, n. 1, p. 43-63, 1990.

DECLARAÇÃO DE ALMA-ATA. In: **OMS**; Unicef. Primeira Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde; 1978, Set. 6-12; Alma-Ata (URSS). Disponível em: <<http://www.opas.org.br/coletiva/uploadArq/Alma-Ata.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2010.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo**. Lisboa: Assírio e Calvim, 2004.

DE MARCO, M. A.; CÍTERO, V. de A.; MARTINS, L. A. N. Revisando conceitos: o papel da psiquiatria moderna no hospital geral e na atenção primária. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 2007; v. 29, n. 2, p. 188. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v29n2/a19v29n2.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

DE MARCO, M. A (Org). **A face humana da medicina: do modelo biomédico ao modelo biopsicossocial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

**DICIONÁRIO DE GÍRIAS**, 2008. Disponível em:  
<<http://www.dicionariodegurias.com.br/giria.do?giria=186>>. Acesso em: 14 mar. 2011.

**DICIONÁRIO CRAVO ALBIN DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA**. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cravo Albin, 2002. Disponível em:  
<<http://www.dicionariompb.com.br/maramba/dados-artisticos>>. Acesso em: 14 mar. 2011.

DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

PARANÁ ON-LINE. **Família desestruturada leva jovens às drogas**, 23/07/2002. Disponível em: <<http://www.paranaonline.com.br/editoria/cidades/news/18416/?noticia=FAMILIA+DESESTRUTURADA+LEVA+JOVEM+AS+DROGAS>>. Acesso em: 23 maio 2011.

FERREIRA, A. Pragmatismo e história da Psicologia. In: FERREIRA, A.; BEZERRA, B. Jr. TEDESCO, S. (Orgs.). **Pragmatismos, pragmáticas e produção de subjetividades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

FERREIRA, A.; BEZERRA, B. Jr. TEDESCO, S. (Orgs.). **Pragmatismos, pragmáticas e produção de subjetividades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **La Arqueología del Saber**. Siglo Veintiuno Editores S.A. México: 1982.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau editora, 1999a.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**: curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

\_\_\_\_\_. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martin Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ditos e escritos IV**. Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ditos e escritos I**. Problematização do sujeito. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população**: Curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Do governo dos vivos**: Curso no Collège de France, 1979-1980: excertos – São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Biblioteca virtual Sergio Arouca**. Disponível em: <http://bvsarouca.icict.fiocruz.br/sanitarista05.html> Acesso em: 29 ago. 2011.

FURLAN, J. Família sem estrutura, menor infrator. Entrevista concedida a Juliana Colussi. **Folha da Região**, 17/08/2002. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2788&sid=3&tpl=printerview>. Acesso em: 14 set. 2011.

FURTADO, A. Novas configurações familiares aumentam tendência de avós cuidadoras de netos. **Acesso.com**, 26/03/2011. Disponível em: <http://www.acesa.com/direitoshumanos/arquivo/noticias/2011/03/26-avos/>. Acesso em: 14 set. 2011.

GALLO, A. E.; WILLIAMS, L. C. de A. Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. **Psicologia: Teoria e Prática**. v. 7, n. 1, p. 81-95, 2005. Disponível em: <http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/ptp/article/view/1028>. Acesso em: 17 out.2011.

GARCIA-ROZA, L. A. Neutralidade Científica. In: PAIM, A. **Liberdade acadêmica e opção totalitária**: um debate memorável. São Paulo: Artenova, 1979.

GAUDENZI, P. **Um olhar da bioética sobre o cuidado com a própria saúde no contexto da Saúde Pública e do exercício do biopoder na atualidade**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2009.

GERGEN, K. J. Movimento do Construcionismo Social na Psicologia Moderna. **American Psychologist**, v. 40, n. 33, p. 266-275, março, 1985.

GONÇALVES, C. R. **Responsabilidade Civil e Relações Familiares**. (Palestra) 05/05/2011. Campo Grande (MS).

HILLESHEIM, B.; BERNARDES, A.; MEDEIROS, P. F de. Leitura de uma Onda: pesquisa e observação. **Educação e Realidade**, v. 3, n. 34, p. 213-224 set./dez. 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9368/6719>. Acesso em: 15 mar. 2011.

HULK, M. **Lexotan para a mulher feliz**. 2010. Disponível em: <http://naturezadascoisas.wordpress.com/2010/11/16/lexotan-para-a-mulher-feliz/>. Acesso em: 15 ago. 2011.

IBÁÑEZ, T. O “giro lingüístico”. In: IÑIGUEZ, L. **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis, Vozes, 2004.

IBÁÑEZ, T. **Psicología Social Construccionalista**. Guadalajara: Universidade de Guadalajara, 1994.

ĨÑIGUEZ, L. **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis, Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. La psicología social en la encrucijada postconstruccionista: historicidad, subjetividad, performatividad, acción. In: GUARESCHI, N. M. (Org.). **Estratégias de invenção do presente: A psicologia social no contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

JEROME, G. Da invenção do desemprego à sua desconstrução. **Mana**, v. 4, n. 2, out. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010493131998000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493131998000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 fev. 2012.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E.; KATRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

KASTRUP, V.; BARROS, R. B. de. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, E.; KATRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LANCETTI, A. Notas sobre Humanização e Biopoder. Interface - Comunicação, Saúde, Educação. **Interface**, v. 13, supl. 1, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141432832009000500033&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832009000500033&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Saúde Mental, Atenção Primária Promoção da Saúde. In: **Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial**, 27 de junho a 1 de julho de 2010. Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2010, 210 p. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/smlancetti.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2011.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

\_\_\_\_\_. **Reensamblar o social: una introducción a La teoria actor-red**. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LEITE, M. L. M. A Infância no Século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, M. C. de (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. Cortez Editora, 1997.

LEVITT, S. D.; DUBNET, S. J. **Freakonomics: o lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MACHADO, R. Prefácio. In: FOUCAUL, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MARTINS, A. L. B. Biopsiquiatria e bioidentidade: política da subjetividade contemporânea. **Psicologia e Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 331-339, 2008.

MENDES, P. B. O Programa Bolsa Família entre a assistência condicionada e o direito universal. **Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia**, n. 27, 2009.

Disponível em:

<<http://www.universidadenomade.org.br/userfiles/file/Lugar%20Comum/27/12%20O%20Programa%20Bolsa%20Familia%20entre%20a%20assistencia%20condicionada%20e%20o%20direito%20universal.pdf>>. Acesso em: 31 dez. 2011.

MENEGON, V. M. Por que jogar conversa fora? In: M. J. Spink (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo, SP: Cortez, 1999.

MUNIZ, F. J. F. **Textos do Direito Civil**. Curitiba: Juruá, 1998.

NASCIMENTO, A. Medicamentos são a principal causa de intoxicação por agentes tóxicos no Brasil. Entrevista concedida a Informe Escola Nacional de Saúde Pública. **Agência Fiocruz de Notícias**, 14/08/2009. Disponível em:

<<http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2788&sid=3&tpl=printerview>>. Acesso em: 14 set. 2011.

ORTEGA, F. O corpo incerto. **Corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

PAPALLIA, D. E.; OLDS, S. W. **Desenvolvimento Humano**. 7. Ed. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 2000.

PASSETTI, E. **O Que é menor**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KATRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PASSOS, E.; KATRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PENIDO, C. M. F. **Embustes ‘Interdisciplinares’**: da especialização à polivalência - contribuições a partir do campo da saúde mental. 2007. Grupo Interdisciplinaridade na Saúde. Hospital das Clínicas da Universidade de Minas Gerais. Disponível em: <[http://www.hc.ufmg.br/gids/anexos/os\\_riscos\\_da Interdisciplinaridade. pdf](http://www.hc.ufmg.br/gids/anexos/os_riscos_da_Interdisciplinaridade.pdf)>. Acesso em: 26 maio 2010.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIOS - PNAD 2007. **Demografia e Gênero**. Brasília, v. 3, n. 11, out. 2007. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicadopresidencia/08\\_10\\_07\\_Pnad\\_PrimeirasAnalises\\_N11demografia.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicadopresidencia/08_10_07_Pnad_PrimeirasAnalises_N11demografia.pdf)>. Acesso em: 08 dez. 2008.

PINTO, C. R. J. Foucault e as Constituições brasileiras: quando a lepra e a peste encontram os nossos excluídos. **Educação e Realidade**, v. 24, n. 2, jul./dez., p. 33-55, 1999.

RAUTER, C. Percepções da violência nas praticas dos profissionais de saúde: famílias desestruturadas, tiroteios e outras estórias. **Passagens**. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v. 3, n. 1, p. 99-116, jan./abr., 2011. Disponível em: <[www.slab.uff.br/lcp/pas/artigos/v3n1a52011.pdf](http://www.slab.uff.br/lcp/pas/artigos/v3n1a52011.pdf)>.

RELATÓRIO DE IMPRENSA DO INSERM. Disponível em: <[www.inserm.fr/fr/presse/dossiers\\_presse/att00000407/DPTroubledesconduites.pdf](http://www.inserm.fr/fr/presse/dossiers_presse/att00000407/DPTroubledesconduites.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2011.

ROSE, N. Como se deve fazer a história do eu? **Educação e Realidade**, v. 26, n. 1, p. 33-58, 2001.

SANTOS, T. S. Liberdade assistida: uma tolerância intolerável. **Verve Revista do NU-SOL, Núcleo de Sociabilidade Libertária** do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, n. 9, 2006. Disponível em: <<http://www.nu-sol.org/verve/pdf/Verve9.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2011.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, n. 20, p. 71-99, 1995.

SILVA, M. O. da S. e (Org.). **Renda Mínima e Reestruturação Produtiva**. São Paulo, Cortez, 1997.

SILVA, T. T da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, R. N. da. Notas para uma genealogia da Psicologia Social. **Psicologia e Sociedade**, v. 16, n. 2, Ago. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822004000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822004000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 nov. 2010.

SILVA, N. C. da. **Atenção primária em saúde e contexto familiar**: análise do atributo 'centralidade na família' no PSF de Manaus. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/2599/1/ENSP\\_Tese\\_Silva\\_Nair\\_Chase.pdf](http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/2599/1/ENSP_Tese_Silva_Nair_Chase.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2011.

SPINK, M. J. **Linguagem e Produção de Sentidos no Cotidiano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Psicologia em diálogo com o SUS**: prática profissional e produção acadêmica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SPINK, P. K. O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**; 20. Ed. Esp., p. 70-77, 2008. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0102-71822008000400010>>.  
Acesso em: 20 ago. 2010.

TEIXEIRA, R. A. Menopausa pra quê? A importância de ser avó. **Canal ICB**. Instituto do Cérebro de Brasília, 05/2008. Disponível em:  
<[http://www.icbneuro.com.br/paginas/pdf/artigos/avo\\_artigo.pdf](http://www.icbneuro.com.br/paginas/pdf/artigos/avo_artigo.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2011.

TRAVERSO-YÉPEZ, M. A Interface Psicologia Social e Saúde: Perspectivas e Desafios. **Psicologia em Estudo**, v. 6, n. 2, p. 49-56, jul./dez. 2001. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/pe/v6n2/v6n2a07.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2010.

UNICEF. **Família brasileira fortalecida**. Brasília: UNICEF, 2007.

\_\_\_\_\_. **Guia dos Direitos da Gestante e do Bebê**. São Paulo: Globo, 2011.

## **ANEXOS**



## ANEXO A

da vida espiritual tenham real valor, devem apoiar-se no fundamento da verdade divina, ou seja, a Bíblia Sagrada.

A Bíblia e seus ensinamentos não deveriam faltar em nenhum lar, pois eles produzem belas transformações na vida dos que se submetem aos seus ensinamentos de amor e verdade. Felizes os lares onde a Bíblia é lida com frequência, e onde é praticada. Jesus aconselha: "Examinai as Escrituras, porque elas testificam de Mim."

#### 4 - Um Lar Modelo

O cultivo da vida espiritual é o melhor dom que podemos oferecer aos nossos filhos. Um lar onde convive amistosamente com Deus redundará em feliz convivência familiar. Em lugar tal, os pais serão amigos de seus filhos, e reinará um clima de permanente compreensão.

Dos lares verdadeiramente religiosos, os filhos saem dispostos para servir a comunidade. Saem obreiros responsáveis e fiéis, profissionais conscientes e compreensivos, patrões justos com seus empregados, comerciantes honestos e honrados, empregados corretos e cumpridores dos deveres. Em outras palavras: um lar cristão constrói a alma e o caráter dos filhos, que estes são bênção onde quer que atuem. Em suas vidas demonstram os nobres ensinamentos do Mestre, que nos ensinou o dever de amar ao próximo como a nós mesmos, e a Deus acima de tudo.

Os filhos que vivenciaram esse espírito de amor e serviço durante sua infância e juventude, dentro de casa, hoje sabem honrar aos seus pais, porque, acima de tudo, honram a Deus, mediante uma vida de bem e de obediência a Ele.

Curso

# Família Feliz

Fator Supremo da  
Felicidade Familiar



Lição 9

Há alguns anos, uma revista de Nova York publicou um estudo realizado sobre as famílias norte-americanas. De um lado estava o lar de Maximiliano Jukes, homem incrédulo, casado com uma jovem tão irreligiosa quanto ele. Até o momento em que se completou o referido estudo, observou-se que seus descendentes foram 1.206, dos quais 300 morreram cedo; 100 foram encarcerados por vários delitos; 109 se entregaram ao vício e a imoralidade; 102 puseram-se a beber; toda esta família custou ao Estado de Nova York 1.100.000 dólares (aproximadamente 2 bilhões, trezentos mil reais).

Por outro lado, examinou-se a família de Jônatas Edwards, homem cristão, que se uniu em matrimônio com uma mulher também cristã. Seus descendentes foram 729, dos quais 300 foram pregadores; 13 foram reitores de universidades; 6 autores de bons livros; 3 deputados e 1 vice-presidente da nação. Essa família não custou um dólar sequer ao Estado.

A grande diferença entre ambas as famílias não se deu por mero acaso. O marcante contraste entre as duas famílias ilustra o inegável poder da fé em Deus, que enobrece os lares, se cultivada com sabedoria.

Se a fé cristã fosse cultivada em todos os lares, não existiria rebeldia por parte dos filhos, nem delinquência juvenil, nem uso de drogas, nem prostituição, muito menos os males por estes causados.

#### 1 - As Maravilhas da Fé

Geralmente, os casamentos iniciam-se perante o altar, solicitando a bênção divina sobre sua nova vida. Algumas vezes, depois desse momento festivo, o casal descuida dos valores espirituais, causando infelicidade no lar.

A planta da felicidade não pode alcançar seu máximo desenvolvimento num lar em que não há terreno adequado para a fé. Contudo, que é a fé? É a confiança em Deus e a certeza de que podemos a Ele dirigir-nos e encontrar

auxílio oportuno, em todos os problemas de nossa vida. Nos lares em que se cultiva a fé, não existem o temor, a ansiedade, nem o desespero. Sempre reinam a paz, a alegria e a convicção de que o mesmo Deus que foi invocado no altar continua abençoando toda a família.

É certo que a fé alcança sua máxima manifestação quando a alma está a sucumbir-se "no vale da sombra da morte". Salmo 23:4. Os que têm cultivado a vida espiritual no lar ou na vida particular, não temem a morte. Sabem que se trata de um sono do qual despertarão.

A fé genuína é mais que uma atitude mental por meio da aceitação de princípios e doutrinas. É um poder que vitaliza o coração, enobrece o caráter de pais e filhos, e enche de felicidade toda a família. Não foi vão que Jesus exortou: "Tende fé em Deus". Marcos 11:22.

#### 2 - O Diálogo da Fé

Orar é dialogar com Deus. Como afirmou uma famosa autora, "é o ato de abrir o nosso coração a Deus como a um amigo". Orar é expressar espontaneamente as necessidades perante o Onipotente Ajudador, que sempre está disposto a dar o melhor para Seus filhos. "Pedi, e dar-se-vos-á", declara Jesus, e acrescenta: "Ou qual dentre vós é o homem que, se porventura o filho lhe pedir pão, lhe dará uma cobra? Ora, se vós, que sois maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais vosso Pai que está nos céus dará boas coisas aos que lhe pedirem?" Mateus 7:9-11.

Se você quer ter um lar feliz, unido e abençoado por Deus, inclua a oração como um hábito cotidiano, do qual participe toda a família. A família que ora de manhã e à noite, jamais fracassará. Os esposos serão mais unidos e felizes entre si; os filhos serão mais amáveis e obedientes a seus pais.

#### 3 - O Livro de todos os Lares

A fé e a oração proporcionam beleza à vida do lar, porque convidam a Deus para ser presente na família. Para que estes dois pilares



## ANEXO B



Riscos na  
gravidez

## Situações de risco na gravidez

Você quer  
estar certo, ou  
prefere ser  
feliz?

**Todas as gestantes precisam de cuidados, mas algumas delas precisam de atenção redobrada.**

São as gestantes que:

- Têm menos de quatro anos de estudo.
- São adolescentes.
- Não têm companheiro.
- Têm mais de 35 anos de idade.
- Tiveram complicações em gravidez anterior.
- Têm alguma doença como aids, diabetes, anemia, sífilis, pressão alta, epilepsia, hepatite, lupus.
- Têm problemas do coração.
- Fumam, usam álcool ou outras drogas.
- Já tiveram muitos filhos.
- Estão vivendo em situação de risco: fome, abandono, maus-tratos, desamparadas.

**Fique de olho:**

- As gestantes nessas situações necessitam de mais apoio da família e cuidados especiais do serviço de saúde.

**Atenção:**

- A pressão alta pode matar a mãe e o bebê.
- Sífilis, HIV/aids e hepatite podem passar da mãe para o bebê.
- Os exames identificam essas doenças, que podem ser tratadas durante a gravidez.
- O fumo pode causar nascimento de bebê com baixo peso.
- O uso contínuo de álcool durante a gravidez pode provocar deficiência mental no bebê.
- As drogas prejudicam o desenvolvimento e podem criar dependência química no bebê.

**A gestante tem o direito de mudar de função ou setor no trabalho se isso afetar a sua saúde ou a do bebê.**

05

## ANEXO C

## Perfil do menor infrator no Distrito Federal



## ANEXO D

